



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A MÃE DO AMBIENTE MATERNAL NO CÁRCERE:
VÍNCULOS E RUPTURAS**

Aluna: Ms. Dorcas Luisa Barretto Gominho
Orientadora: Dra. Veronique Donard

RECIFE – PE

2021

A MÃE DO AMBIENTE MATERNAL NO CÁRCERE: VÍNCULOS E RUPTURAS

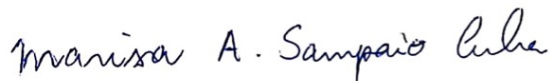
Tese apresentada pela doutoranda Dorcas Luisa Barretto Gominho ao Programa de Doutorado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, vinculada à linha de Pesquisa Psicopatologia Fundamental e Psicanálise, sob a orientação da Profª Dra. Veronique Donard, para obtenção do título de doutor.



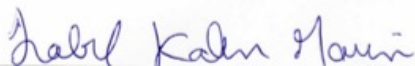
Profª Dra. Veronique Donard (UNICAP/PE) - Orientadora



Profª Dra. Maria Consuelo Passos (UNICAP/PE)



Prof. Dra. Marisa Amorim Sampaio Cunha (UNICAP/PE)



Profª Dra. Isabel da Silva Kahn Marin (PUC/SP)



Profª Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão (UFAL/AL)

G633m Gominho, Dorcas Luisa Barretto.

A mãe do ambiente maternal no cárcere ; vínculos e rupturas / Dorcas Luisa Barretto Gominho, 2021.

132 f. : il.

Orientadora: Verónique Donard.

Tese (doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2021.

1. Psicanálise. 2. Mãe e filhos. 3. Maternidade.

3. Prisões. I. Título.

Para Laura, Ana Maria, Andréia e Carla que se dispuseram em participar deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Meu amigo de todas as horas, minha fortaleza nos dias difíceis, **meu DEUS** e todos amigos espirituais quem eu confio, te louvo pela vida e pela sua presença em meu cotidiano.

À minha mãe (in memoriam), Isá, que tanto sonhou comigo sobre essa conclusão do doutorado. *Ao meu pai (in memoriam)*, Luiz, pelo carinho que me construiu. Às **minhas irmãs**, Malu e Rebeca, por torcerem pelas minhas conquistas. A **Edilene** e **Vanessa** minhas queridas companheiras.

A Rogério Gominho, meu marido, amigo e confidente, minha enorme gratidão. Você foi indispensável nessa trajetória. Obrigada pelo incentivo, apoio e paciência. Por suportar minhas ausências e por ser um companheiro sereno, sempre presente ao meu lado e dedicando-se a nosso filho, Rafael, presente de Deus.

Neuma, Ivone e Ronaldo (in memoriam) certamente essa tese não existiria sem a ajuda de vocês.

Querida Véronique, contar com seu acolhimento e orientação em vários momentos cruciais dessa trajetória me fez acreditar que a escrita de uma tese pode ser algo tranquilo de ultrapassar.

À banca examinadora (Isabel Kahn, Heliane Leitão, Consuelo Passos; Marisa Sampaio) escolhida a dedo, com a mente e com o coração. À Isabel Kahn por atender a participação na avaliação dessa tese. As professoras Consuelo e Marisa pelas contribuições adquiridas nas aulas porque engrandeceram o meu trabalho, trazendo maior coerência e clareza de ideias. À Heliane por ter gentilmente atendido o meu convite!

A toda a equipe que compõe o **Espaço Psicanalítico** e ao **Labore** por me proporcionar trocas tão entusiasmadas e suaves sobre os caminhos da teoria e da clínica psicanalítica. Todo meu respeito e admiração pelo trabalho que vocês realizam.

A minha amiga e companheira **Jaqueline Brito** pessoa tão estimada para mim.

A *Ramon Fonseca* e *Roberta Caldas* por estar ao meio lado nas tantas e idas e vindas para as aula do doutorado.

À *Glória Barros e Edmundo* tão queridos e tão estimados amigos.

Que angústia! Vivemos num mundo em forma de mãe! A sala, sua casa ou seu apartamento podem ser um espaço materno. Aliás a empresa na qual você trabalha também é um sistema que pode servir de mãe, boa ou má. Desde sempre, chama-se a universidade de Alma Mater. A igreja é claro, é nossa Santa Mãe, e também a pátria, a Mãe-Pátria. A viagem ao centro da Terra é, naturalmente, uma viagem no corpo da mãe. Tudo se organiza num dentro fora [...] Ninguém escapa.

Serge Leclaire, *Escritos Clínicos*

RESUMO

Essa pesquisa trouxe à tona a difícil realidade do tornar-se mãe em ambiente carcerário. A ruptura compulsória da relação mãe-filho frente ao tempo limitado de permanência da díade no presídio, a falta de suporte mais amplo foram aspectos destacados. O campo de pesquisa se construindo sobre o “Ambiente Maternal no Cárcere”. Ele foi entendido como o lugar onde se desenrola a trama de afetos vindos dos cuidados compartilhados na cela das gestantes e puérperas, que ultrapassa o ambiente interno (físico). Nele existe uma irmandade que se instalou em meio à comunidade daquelas mães deserdadas: ao enfrentarem dores e desamparo e, juntas, essas mulheres pactuam cuidados entre si. O campo de pesquisa foi atravessado pela questão da separação compulsória na díade mãe-bebê. O objetivo foi investigar as condições de possibilidade de ser mãe suficientemente boa no *Ambiente Maternal do Cárcere*. Por meio de estudo do conceito de mãe-ambiente, proposto por Winnicott, procedeu-se à análise das entrevistas não estruturadas, a partir da pergunta disparadora: “como é a experiência de tornar-se mãe no cárcere”. A interpretação psicanalítica foi o procedimento de análise dos dados. Os exemplos das entrevistas reportadas nesta tese sugerem, em suma, que para algumas mulheres a maternidade foi vivida em um ambiente extremamente hostil. Entretanto, outras afirmaram que a relação mãe-bebê foi debruçada sobre a esperança que a religiosidade oferece. As perspectivas psíquicas vividas no Ambiente Maternal no Cárcere foram transpassadas pelo medo e desamparo diante da separação compulsória o distanciamento dificultou o enlaçamento mãe-filho. O aleitamento materno não foi prolongado na construção de um vínculo afetivo da mãe com seu bebê, pois não houve participante da entrevista que amamentou até o prazo de seis meses proposto pela OMS. Houve uma ruptura precoce que atravessou o enlace afetivo da mãe com sua criança. A ruptura da relação mãe-bebê também trouxe uma condição para se pensar na maternidade no cárcere. O ser suficientemente bom passou por condições de vidas trágicas do tráfico de drogas. Foram relações amorosas episódicas durante as quais engravidaram que tornou a rede de apoio familiar frágil devido também à ausência do genitor da criança. As nuances particulares de cada entrevistada puderam ser apontadas pelas entrevistadas que durante a escuta clínica da pesquisadora emergiram traços do exercício do ser suficientemente bom naquele Ambiente Maternal no Cárcere.

Palavras-Chaves: Relação mãe-bebê. Ambiente maternal no cárcere. Psicanálise.

ABSTRACT

This research brought to light the difficult reality of becoming a mother in a prison environment. The compulsory rupture of the mother-child relationship in view of the limited time the dyad spent in the prison, the lack of broader support were highlighted aspects. The research field is being built on the “Maternal Environment in Prison”. It was understood as the place where the plot of affections unfolds from the shared care in the cell of pregnant and puerperal women, which goes beyond the internal (physical) environment. In it there is a sisterhood that installs itself in the community of those disinherited mothers: when facing pain and helplessness and, together, these women covenant to care for each other. The research field was crossed by the issue of compulsory separation of the mother-baby dyad. The aim was to investigate the conditions of possibility of being a good enough mother in the *Maternal Environment in Prison*. Through a study of the concept of mother-environment, proposed by Winnicott, the unstructured interviews were analyzed, based on the triggering question: “How is the experience of becoming a mother in prison”. Psychoanalytic interpretation was the data analysis procedure. The examples of the interviews reported in this thesis suggest, in sum, that for some women motherhood was experienced in an extremely hostile environment. However, others stated that the mother-baby relationship was focused on the hope that religiosity offers. The psychic perspectives experienced in the Maternal Environment in Prison were run through by fear and helplessness in face of compulsory separation, the distancing made the mother-child link difficult. Breastfeeding was not prolonged in the construction of an affective bond between the mother and her baby, as there was no participant in the interviews who breastfed until the six-month period proposed by WHO. There was an early break that crossed the mother's emotional bond with her child. The rupture of the mother-baby relationship also brought a condition to think about motherhood in prison. Being good enough went through tragic life conditions of drug traffic. They were episodic love relationships during which they became pregnant, what made the family support network fragile, also due to the absence of the child's parent. The particular nuances of each interviewee could be pointed out by each one of them, which emerged during the researcher's clinical listening with traces of the exercise of being good enough in that Maternal Environment in Prison.

Keywords: Mother-baby relationship. Maternal environment in prison. Psychoanalysis

RESUMEN

Esta investigación sacó a la luz la difícil realidad de ser madre en un entorno carcelario. La ruptura obligatoria de la relación madre-hijo ante el escaso tiempo que pasó la díada en la cárcel y la falta de un apoyo más amplio fueron aspectos destacados. El campo de investigación se está construyendo sobre el “Ambiente Materno en la Cárcel”. Se entendió como el lugar donde se despliega la red de afectos a partir del cuidado compartido en la celda de gestantes y puérperas, que va más allá del ámbito interno (físico). En él hay una hermandad que se ha instalado en la comunidad de esas madres desheredadas: ante el dolor y el desamparo y, juntas, estas mujeres acuerdan cuidarse unas a otras. El campo de investigación estuvo atravesado por el tema de la separación obligatoria en la díada madre-hijo. El objetivo fue investigar las condiciones de posibilidad de ser una madre suficientemente buena en el *Ambiente Materno de la Cárcel*. A través de un estudio del concepto de madre-ambiente, propuesto por Winnicott, se analizaron las entrevistas no estructuradas, a partir de la pregunta desencadenante: “cómo es la experiencia de ser madre en la cárcel”. La interpretación psicoanalítica fue el procedimiento de análisis de datos. Los ejemplos de las entrevistas relatadas en esta tesis sugieren, en suma, que para algunas mujeres la maternidad se vivió en un entorno extremadamente hostil. Sin embargo, otros afirmaron que la relación madre-bebé se centró en la esperanza que ofrece la religiosidad. Las perspectivas psíquicas vividas en el Ambiente Materno en la Cárcel fueron traspasadas por el miedo y el desamparo ante la separación obligada, el distanciamiento dificultó el vínculo madre-hijo. La lactancia materna no se prolongó en la construcción de un vínculo afectivo entre la madre y su bebé, ya que no hubo participante en la entrevista que amamantara hasta el sexenio propuesto por la OMS. Hubo una ruptura temprana que cruzó el vínculo emocional de la madre con su hijo. La ruptura de la relación madre-bebé también trajo una condición para pensar en la maternidad en cárcel. El ser suficientemente bueno pasó por trágicas condiciones de vida del tráfico de drogas. Fueron relaciones amorosas episódicas durante las cuales en que se quedaron embarazadas, que hicieron frágil la red de apoyo familiar debido también a la ausencia del genitor del niño. Los matices particulares de cada entrevistada podrían ser señalados por ellas que, durante la escucha clínica de la investigadora, emergieron huellas del ejercicio de ser suficientemente bueno en ese Ambiente Materno en la Cárcel.

Palabras clave: Relación madre-bebé. Ambiente materno en cárcel. Psicoanálisis.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS, FIGURAS E IMAGENS

Gráfico 1: Taxa de encarceramento feminino no Brasil entre julho e dezembro 2019 20

Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ZlZWZmNzktNjRlZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Quadro 1: Quantitativo de mulher privadas de liberdade no Brasil, em junho de 2017 21

Fonte: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf

Gráfico 2: Faixa etária dos filhos em estabelecimento período de julho a dezembro 2019 ... 21

Fonte:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoib2ZlZWZmNzktNjRlZi00MjNiLWZhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Quadro 2: Estabelecimentos penais com cela/dormitório adequado para gestantes por UF . 23

Fonte: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf

Quadro 3: Caracterização das mulheres encarceradas que foram entrevistadas 33

Imagem 1: Espaço utilizado para a entrevista com Laura e Ana Maria 34

Imagem 2: Visão frontal da cela 15..... 35

Imagem 3: Local da entrevista de Andréia e Carla 36

Imagem 4, 5 e 6: Dormitório exclusivo para gestantes e puérperas 37

Relato 1: Anotações de Carla sobre religiosidade 112

Relato 2: Anotações de Carla sobre religiosidade..... 113

Relato 3: Anotações de Carla sobre religiosidade..... 114

Imagem 7 e 8: Espaço onde se realizam as práticas religiosas..... 115

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO	16
PARTE I - ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 - Notas sobre a argumentação da tese.....	20
1.1 Cárcere feminino.....	20
1.2 Vertentes da pesquisa sobre o encarceramento	26
CAPÍTULO 2 – Construção do método.....	32
2.1 Definindo o problema e os objetivos	32
2.2 Circunscrevendo o campo da pesquisa	32
2.3 Caracterizando a amostra	33
2.4 O trabalho de campo	36
2.5 Análise e discussão dos dados	37
2.6 A pesquisa de campo: traços da pesquisa psicanalítica	38
PARTE II - VÍNCULOS AFETIVOS MÃE-BEBÊ.....	43
CAPÍTULO 1- O espaço de um bebê	44
1.1 Considerações em torno da maternidade	44
1.2 Desadaptação e desamparo	48
CAPÍTULO 2 – A experiência de tornar-se mãe na perspectiva winnicottiana	51
2.1 Delimitando o início.....	51
2.2 A Mãe-Ambiente.....	54
2.3 Dependência absoluta	59
PARTE III.....	65
ENTREVISTAS E DISCUSSÃO	65
CAPÍTULO 1.....	66

1.1 Laura	67
1.2 Ana Maria	75
1.3 Andréia.....	80
1.4 Carla	85

CAPÍTULO 2 – Discussão

2.1 Aspectos suficientemente bons do <i>Ambiente Maternal no Cárcere</i>	95
2.2. Um ambiente inóspito, transpassado pela separação e o abandono	98
2.3. Religiosidade e esperança	104

Relato 1	109
-----------------------	-----

Relato 2	110
-----------------------	-----

Relato 3	111
-----------------------	-----

2.4. Últimas considerações.....	112
---------------------------------	-----

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO	116
--------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	121
--------------------------	-----

APRESENTAÇÃO

A experiência dentro de um presídio com mães e bebês traz radicalmente a vivência da violência e as dificuldades e desafios de se buscar significações para rupturas e faltas, dentro de um sistema legítimo, ético e que resgate laços de solidariedade e respeito humano.

Isabel da Silva Kahn Marin, *Laço mãe-bebê: intervenções e cuidados*

Esta pesquisa de doutorado deve sua existência ao impacto causado em mim pelo episódio “Após nove meses, chega o momento da separação entre mãe e filha”, do site TV UOL. Era inimaginável, para mim, o fato de uma relação primária ter período de separação predefinido por lei. Achei um tema arrebatador. Minhas inquietações sobre aquelas mães e a saúde emocional de seus bebês se multiplicaram.

Ao mesmo tempo que tive o ímpeto de estudar esse cenário, temores surgiram em mim. Lembrei-me de uma frase outrora lida: “o medo é a medida do bom senso”. Não a incorporei como uma verdade, porque pensar sobre o bom senso e o seu aliado (o medo) me paralisaria. Como o acaso existe e sempre nos ajuda, tive uma surpresa. Senti uma ousadia e agarrei-a. Servi-me dela e investiguei sobre essa realidade que me causava uma certa dose de curiosidade e de espanto.

Aportei no presídio feminino pela primeira vez em fevereiro de 2015, para sondar a viabilidade da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, localizada em João Pessoa-PB, ser o porto seguro para um futuro trabalho de doutorado. Fiz os contatos necessários para marcar a minha ida e tive êxito. A diretora do presídio aceitou-me, e as entrevistas com as gestantes e parturientes encarceradas foram garantidas. A minha escolha por este cárcere foi impulsionada por ser o presídio feminino da cidade onde moro. Sendo assim, tal localização geográfica facilitaria os meus deslocamentos para uma provável coleta de dados de um doutoramento.

A partir do meu ingresso no doutorado, em 2016, fui ao encontro de referências bibliográficas. As condições inapropriadas impostas à mulher encarcerada que vivencia um dos períodos da reprodução, seja gravidez, parto e/ou puerpério (nesse caso, incluído o recém-nascido), são denunciadas. Em tese, este assunto é abordado pelo viés da Psicologia Social, da Enfermagem e do Direito. Algumas raras exceções envolvem a psicanálise. Tais discussões se referem: às consequências do ambiente prisional para a gestão e puerpério; à eficácia e a implementação das políticas públicas; às representações sociais das mães e grávidas apenadas; à aplicabilidade do

princípio de dignidade da pessoa humana para ao estudo de mães e crianças atrás das grades, denunciando a dramática situação à qual as mulheres encarceradas são submetidas. Esta primeira revisão bibliográfica reforçou minha convicção de que a psicologia clínica e a psicanálise necessitavam adentrar-se mais nessa realidade. Indiscutivelmente, é urgente a atenção de pesquisadores, assim como de defensores dos direitos humanos e de legisladores, para que este tema se torne imprescindível nas discussões da sociedade e do governo federal, pois implicam em provisões, implementações e proposições de melhoria de políticas públicas que possibilitem ações institucionais na assistência à saúde de gestantes e puérperas em privação de liberdade.

Ao longo da escrita optei por uma *presentificação*, que muitas vezes se materializa no revezamento dos tempos verbais, mas que vai muito além da pura questão gramatical. Trata-se de recuperar a voz autoral presente na grande tradição ensaística, mas também agir de maneira com quem se anule certa impessoalidade que por muito tempo é prescrita dentro dos textos acadêmicos. O princípio da empatia não pode se submeter a um pretense distanciamento do pesquisador com os sujeitos envolvidos na pesquisa, ao passo que obviamente não deve se deixar seduzir por simplificações no que diz respeito à análise por um suposto desvio provocado por sentimentalismos desnecessários. O mais importante, sempre, é enxergar os sujeitos envolvidos como humanos em toda a sua complexidade e quando nossa voz se *presentifica* isso promove também a nossa própria humanização e engrandece sobremaneira tal relação entre o pesquisador e aqueles que estão dentro do universo que é estudado.

INTRODUÇÃO

É incivil ater gestantes e puérperas à posição de vítimas ou agressoras. As considerações teóricas desta tese e, conseqüentemente, os resultados obtidos, sugerem reflexões sobre as singularidades da relação primária no cárcere que se assentam sobre os não ditos, os silêncios sobre o exercício da maternidade suficientemente boa no ambiente prisional.

Tal fato abre uma questão considerável à lógica da lei de execução penal, pois indica que a ordem jurídica, que organiza o campo normativo de uma instituição carcerária, não é isolada, mas por razões que desconhecemos, em alguns casos, a questão da gestação e puerpério não recebe o devido cuidado sobre a singularidade do ciclo gravídico puerperal.

Não é por demais pontuar a relevância de uma teia emocional peculiar sobre esse tipo de encarceramento feminino. O que percebo, por seu turno, é que a lógica da Psicologia não atinge de pronto essas mães, pois em alguma medida existe certa limitação ao exercício do profissional no contexto da prisão.

De mais a mais, acredito que a experiência de tornar-se mãe no cárcere, ultrapassa o plano discursivo da legislação penal. Se assim não o for, penso que a experiência de se tornar mãe no cárcere tornar-se-á de menos valia para o estudo das ciências humanas, isto é, as necessidades do ciclo gravídico-puerperal ficarão à margem de cuidados.

A psicanálise foi a orientação que impulsionou a escrita desta tese. Donald Woods Winnicott foi escolhido por ser um dos psicanalistas que teorizaram sobre a imprescindibilidade da figura materna para o desenvolvimento físico e o amadurecimento emocional infantis, temas tão caros e presentes nos estudos com bebês. A importância da mãe é soberana, pois as bases da saúde mental de qualquer indivíduo são amoldadas, na primeira infância, por essa mulher, através do meio ambiente fornecido por ela. Foram muitos os temas abordados por Winnicott ao longo de sua produção teórica. Destes, selecionei o conceito de mãe-ambiente para subsidiar a compreensão do termo *Ambiente Maternal no Cárcere*.

Winnicott apontou que, no início do desenvolvimento da criança, o ambiente que a circunda, representado principalmente pela mãe, pode se configurar de maneira a suprir as necessidades do bebê, quando é denominado suficientemente bom, propiciando-lhe alcançar as satisfações de suas necessidades físicas e emocionais. Há situações, no entanto, em que este ambiente falha. Sendo assim, em que medida, a sordidez prisional e o tolhimento da liberdade (essências do cárcere) caracterizariam também o tornar-se mãe no *Ambiente Maternal no Cárcere*?

É sobre as possibilidades do exercício da mãe em ser suficientemente boa no contexto de separação compulsória diante da relação mãe-bebê na prisão que esta tese pôde ser construída. Para tanto, circunscrevi a noção de mãe-ambiente, no que diz respeito ao período da vida da criança de zero a seis meses de idade, à análise e discussão das narrativas de quatro mulheres apenadas, Laura, Ana Maria, Andréia e Carla, que passavam ou haviam passado pela experiência de ser mãe no cárcere. Fato este que justifica o meu empenho de estudar as possibilidades que a compreensão teórica e o desdobramento da escuta clínica puderam me oferecer diante dos eixos teóricos de análise das entrevistas: mãe-ambiente; ambiente facilitador; mãe suficientemente boa.

Neste trabalho, durante as entrevistas, Laura, Ana Maria, Andreia e Carla contaram experiências que me fizeram acreditar que a experiência de tornar-se mãe em contexto carcerário foi narrada em situação de transferência e da escuta clínica da pesquisadora.

Para facilitar a leitura do estudo do tema “A mãe do *Ambiente Maternal no Cárcere*: vínculos e rupturas”, expus o assunto em três partes:

- **Parte I: “Estratégias de investigação”.** Desenvolvo os capítulos: “Notas sobre a argumentação da tese” e “Construção do método”, onde faço considerações acerca do contorno dos traços da pesquisa e do estudo do tema que este trabalho se propôs a exaltar.

- **Parte II: “Vínculos afetivos mãe-bebê”.** Nessa parte, são privilegiados tanto o processo de subjetivação, quanto o desenvolvimento físico do bebê, uma vez que se sabe que esses processos caminham juntos e que eles se organizam mutuamente a partir da presença de um adulto importante para o bebê – a mãe ou alguém que exerça cuidados maternos. No primeiro capítulo, “*O espaço de um bebê*”, mostro que um bebê, ao nascer, vem a ocupar um lugar psíquico que lhe precede, perpassado por idealizações, ao passo que sua condição de dependência absoluta e sua experiência de desamparo subordinam sua vida psíquica à espera de um outro que lhe proporcionará os cuidados necessários, presença imprescindível para a sua sobrevivência tanto física, quanto emocional. O ponto em que o ser humano “agarra-se” aos objetos do mundo exterior, é a abertura mantida para o outro e, nesse ponto, homogênea do estado de desamparo do bebê. Posteriormente, no capítulo dois, “A experiência de tornar-se mãe na perspectiva winnicottiana”, chamo a atenção do leitor sobre a necessidade, para o ego incipiente do bebê, de uma mãe-ambiente que exerça sua maternidade de forma suficientemente boa, dentro de uma atmosfera tenra e silenciosa, pois é necessária ao enlace a díade mãe-bebê, que começa antes da gestação e por toda a vida.

- **Parte III: “Entrevistas e discussão”.** Essa parte se subdivide em dois capítulos, que contemplam os itens indicados no título. O capítulo 1 trata do material de pesquisa coletado por meio de

entrevistas, propondo uma análise das falas das entrevistadas, entretecida com minhas primeiras considerações. O capítulo 2 aporta uma reflexão mais aprofundada, tentando mostrar a possibilidade de existência de um *Ambiente Maternal no Cárcere*, formado pelo coletivo das ocupantes da cela 15, que dê índices de poder ser suficientemente bom para o desenvolvimento do bebê, ao tempo que perpassado por condições adversas que dificultam ou impedem o processo, trazendo para a mãe vivências de perda e de abandono, reforçando a situação de desamparo experienciada pelo bebê. O mesmo capítulo mostra como a espiritualidade e a religiosidade vêm ao encontro das angústias vividas por essas mães, colmatando a desesperança e, com isso, a possibilidade, em alguns casos, de continuar oferecendo ao bebê presença e cuidados suficientemente bons.

- As considerações finais, *À guisa de uma conclusão*, sintetizam os resultados, abrindo novas perspectivas para pesquisas ulteriores.

PARTE I - ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO 1 - Notas sobre a argumentação da tese

1.1 Cárcere feminino

Tratar de questões relativas ao sistema carcerário brasileiro traz de imediato à mente a situação de superlotação e precariedade. No Brasil, a taxa de encarceramento feminino cresce a galope, em milhares, como ilustrado no Gráfico 1:

Gráfico 1: Taxa de encarceramento feminino no Brasil entre Julho e Dezembro de 2019



O ingresso de mulheres gestantes para cumprimento de regime fechado¹ se constitui uma questão que merece atenção. “Em relação ao número total de vagas, é possível observamos um déficit total de 5.991 vagas, perfazendo uma taxa de ocupação de 118,8% presas no Brasil” (BRASIL, 2019, p.7). A seguir, o Quadro 1 e o Gráfico 2 trazem uma síntese dos principais dados do sistema penitenciário nacional:

Quadro 1 – Quantitativo de mulheres privadas de liberdade no Brasil, em junho de 2017

¹ Entende-se como regime fechado, de acordo com a Lei de Execução Penal, a forma de confinamento indicado para o condenado sob pena privativa de liberdade e que, para o cumprimento desta, destina-se como local a penitenciária.

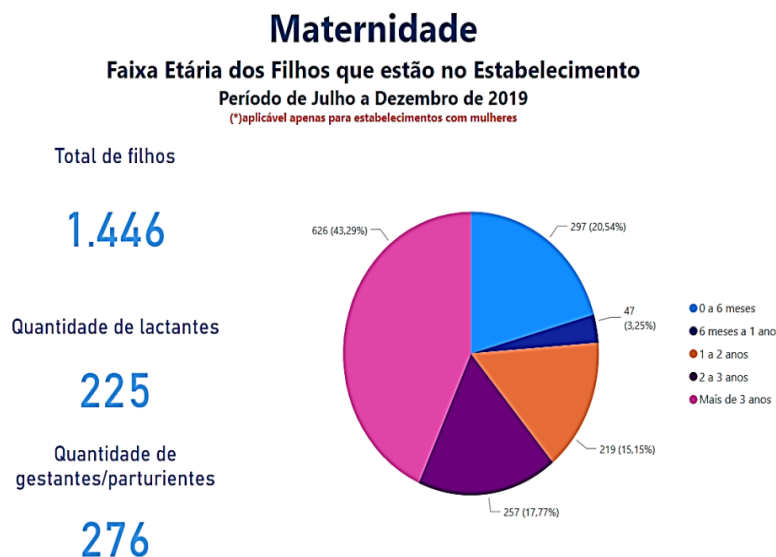
Mulheres privadas de liberdade no Brasil junho de 2017

Brasil - junho de 2017	
Total da população prisional feminina	37.828
Sistema Penitenciário	36.612
Secretaria de Segurança e Carceragens*	1.216
Total de vagas para mulheres	31.837
Déficit de vagas	5.991
Taxa de Ocupação	118,8
Taxa de Aprisionamento	35,52

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junho /2017; IBGE, 2017.

* Dados referentes a dezembro de 2016.

Gráfico 2 – Faixa etária dos filhos em estabelecimento período de julho a dezembro 2019



O artigo “Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia” (ALCÂNTARA; SOUSA; SILVA, 2018) considera que os dados apontam para um campo de estudo e de intervenção complexos. É alarmante intuir que o déficit de vagas tende a crescer. Nesse sentido, existem medidas protetivas a este público? Quais são os dispositivos legais que amparam as especificidades da gestação e puerpério, em ambiente prisional? As respectivas implementações abrangem as federações brasileiras?

Em tese, a diáde mãe-bebê é respaldada pelo Art. 5, L, da Constituição Federal de 1988: “Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) destaca: “Art. 9º O Poder Público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade”.

A Lei de Execução Penal², 11.942/2009, estabelece direitos às apenadas. É assegurado às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Nas páginas seguintes, comentarei sobre seus Art. 83, § 2º e Art. 89 e se de fato a respectiva implementação atinge as unidades da federação brasileira.

O art. 83, § 2º assegura que: “Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade”. Esse artigo atende ao período de amamentação ressaltado na campanha “*Amamentação é a Base da Vida*” (BRASIL, 2018), a qual assegura: “É importante o leite materno para o desenvolvimento das crianças até dois anos e exclusivo até os seis meses de vida, orientação preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”.

A partir do Quadro 2, que lista os estabelecimentos penais com cela/dormitório adequado para gestantes, por unidade federativa, vemos que o proposto pelo art. 83, § 2º não é abrangente à realidade prisional, pois 22,22% - referente aos estados: TO, RR; RN, PI, AP, AC o quais não contam com berçários. Por mais que o direito de amamentar seja garantido, mães e bebês vivem em celas comuns às demais apenadas. Esta realidade é preocupante e hostil à saúde física das puérperas e bebês, pois poderão ser acometidas pela insalubridade das celas comuns da prisão.

² A [Lei 7.210/1984](#) institui a 1ª. versão da Lei de Execução Penal Brasileira. A Casa Civil citou novas determinações, dando a origem da [Lei 11.942/2009](#). Ela assegura às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Isso significa que até 2009, gestantes e parturientes brasileiras não possuíam celas apropriadas.

Quadro 2 – Estabelecimentos penais com cela/dormitório adequado para gestantes por UF

Estabelecimentos penais que têm cela/dormitório adequado para gestantes, por Unidade da Federação

Há cela adequada/ dormitório para gestantes? (apenas para estabelecimentos com vagas para mulheres)		
UF	N	%
AC	0	0,0
AL	1	33,3
AM	3	33,3
AP	0	0,0
BA	2	25,0
CE	1	3,6
DF	1	100,0
ES	5	83,3
GO	5	9,3
MA	1	14,3
MG	5	4,0
MS	4	33,3
MT	1	16,7
PA	2	22,2
PB	2	40,0
PE	2	33,3
PI	0	0,0
PR	1	25,0
RJ	2	25,0
RN	0	0,0
RO	3	15,8
RR	0	0,0
RS	1	7,7
SC	3	27,3
SE	1	33,3
SP	8	36,4
TO	0	0,0
Total	54	14,2

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junho/2017

O artigo 83 é complementado pelo o art. 89. Este último assegura que “a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa”.

Apesar do artigo 89 assegurar o direito da criança a permanecer com a mãe durante o período de amamentação, os estados citados anteriormente não possuem creches. Esta realidade traz a seguinte consequência: a direção dos respectivos presídios se atém ao período de amamentação exclusiva. Após esse término, efetiva a separação compulsória.

[...] A presença de bebês junto de suas mães em ambiente prisional, é uma realidade em algumas prisões e representam uma grande polêmica, em que se pese a avaliação de prejuízos e benefícios para as crianças. No Brasil, ainda que o filho possa ficar junto de sua mãe presa por sete anos, o mais comum é que a sua permanência seja

limitada ao período de amamentação exclusiva, seis meses. Embora tratem-se de mulheres presas, seus direitos fundamentais permanecem, e amamentar é um deles. (MARIANO; SILVA, 2018, p.2).

Além disso, não descarto que a superlotação no berçário seja iminente por três motivos principais: (1) gravidez gemelar; (2) variação no número mensal de ingressas, após o *trânsito em julgado* - decisão judicial da qual não se pode mais recorrer; (3) aquelas que aguardam a *audiência de custódia* (apresentação do preso a um juiz nos casos de prisões em flagrante, o qual analisará a continuidade da prisão ou a concessão de liberdade).

Outrora, a legislação brasileira não definia o período mínimo de permanência da criança junto à mãe reclusa, mas assegurava à criança o direito de ficar junto a esta durante o período de amamentação. Sendo assim, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC), a partir resolução n.4, de 15 de julho de 2009, estipulou: “Art.3.º Após a criança completar um ano e seis meses deve ser iniciado o processo gradual de separação que pode durar até seis meses.”.

As diretrizes e considerações anteriormente expostas sofrem dificuldades em sua implementação nos presídios femininos. A legislação que prevê a existência de berçários e creches mostra a divergência entre a lei impressa e as estruturas físicas das penitenciárias brasileiras.

O sistema penitenciário brasileiro enfrenta atualmente uma crise crônica, causada pelo aumento significativo de ingressas. Soma-se a isso a tendência de os sistemas de justiça priorizar as penas privativas de liberdade, o que caminha para um maior agravamento do quadro. Essa crise configura-se como uma questão de ordem social e pública, convocando toda a sociedade a se implicar na proposição de melhoria, resolução desta problemática. Uma questão de ordem social e pública que sejam executadas e publicadas pesquisas em Psicologia acerca desta temática. (ALCANTARA; SOUSA; SILVA, 2018, p.90).

No cárcere, a maternidade é atravessada pela insalubridade e inospitalidade. Além disso, as gestantes e puérperas têm que aceitar o ônus da separação compulsória. Além do mais, é possível que aqueles programas, que se referem às informações sobre o aleitamento materno e seus benefícios, não se detenham ao vínculo da mãe-bebê durante esses primeiros meses de vida da criança. Entender que a importância da amamentação é, apenas, atribuir à mãe a responsabilidade pela sobrevivência física da criança, é estudá-la de forma limitada.

[...] a mãe que estiver orientando suas relações com o bebê à sua própria maneira estará fazendo o melhor que pode pelo seu filho, por ela e pela sociedade em geral. Nenhuma regra de alimentação é mais importante que a relação dos dois. Por outras palavras, a única base autêntica para as relações de uma criança com a mãe e o pai, com as outras crianças e, finalmente, com a sociedade, consiste na primeira relação

bem-sucedida entre a mãe e o bebê, entre duas pessoas, sem que mesmo uma regra de alimentação regular se interponha entre elas, nem mesmo uma sentença que dite que um bebê deve ser amamentado ao peito materno. (WINNICOTT 1945c [1944], p.36).

Não existem garantias de que apenas o aleitamento materno solidifique a relação dessa díade. O primordial é o afeto neste vínculo, pois acredito que nem toda demanda do bebê é uma necessidade fisiológica (fome) para ser atendida.

Ao fazermos uma pesquisa convencional, nos moldes médico-científicos, acerca do tema da amamentação, encontramos, com frequência, inúmeros dados que indicam as vantagens e os efeitos da amamentação em relação à saúde orgânica do bebê. Esse fato é comprovado por meio de estatísticas que apontam baixas taxas de mortalidade e morbidade infantis quando as crianças são alimentadas no seio. O discurso científico privilegia as qualidades nutritivas e imunológicas do leite materno, deixando de lado os aspectos intersubjetivos da relação mãe-filho, estabelecidos no ato de amamentar[...] Importa ressaltar a relevância dos aspectos psíquicos, relacional e intersubjetivo para, assim, abrir um campo de entendimento que extrapola a prevenção das doenças orgânicas e a função puramente alimentar, da amamentação. Portanto, é importante evidenciar a ligação estrita do processo de amamentação aos fatores subjetivos, sensoriais e afetivos... (MARIN, 2016, p. 271-272).

Quando essa formação de laços se estabelece no contexto prisional, a relação mãe-filho pode sofrer diversas influências do próprio sistema carcerário. Uma delas seria a restrição do espaço físico. Os limites do berçário podem impedir que o bebê de passeie por outros ambientes, sinta outros cheiros; ouça outros sons, bem como engatinhe e ande.

[...] Julga-se necessário espaços exclusivos para mãe e criança, fornecimento das características básicas para o cuidar da criança (fraldas, roupas, produtos de higiene, alimentação diversa, brinquedos, espaço físico arejado e com plantas, facilidade de acesso a outros familiares) (ORMEÑO; STELKO-PEREIRA, 2015, p.443).

A publicação, “O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações” (FRANÇA; PACHECO; TORRES, , 2016) traz referências teóricas, técnicas e éticas, além de afirmar que a prática de pesquisa nas prisões do país é complexa.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconhece as mazelas do sistema prisional brasileiro e seu fracasso enquanto instituição capaz de funcionar conforme a própria Lei de Execução Penal (LEP). Esta não é observada, ao contrário é permanentemente descumprida. Cumpre ressaltar que a inobservância da lei, suas diretrizes, seu caráter, etc., é fonte inesgotável de sofrimento para os presos... O conhecimento dos fenômenos psicológicos constituintes do psiquismo de quem quer que seja e no caso de pessoas presas adquire um grau de importância considerável... O tema é bastante complexo e se faz necessário a continuidade e aprofundamento do debate e pesquisas

que impeçam soluções simplistas, economicistas e milagrosas para a problemática do sistema prisional brasileiro. (FRANÇA; PACHECO; TORRES p.110-128).

1.2 Vertentes da pesquisa sobre o encarceramento

O artigo, “Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional” (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018), enfatiza sobre a função do pesquisador, bem como dos demais profissionais, no contexto prisional.

[...] Devemos fortalecer práticas de cuidado na perspectiva da redução de danos, buscando parceiros dentro e fora das prisões que ajudem a minimizar os efeitos perversos do encarceramento na maternidade... e contribuam na para a promoção de saúde neste ambiente. (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2018, p. 112-113).

O filho cuja mãe se encontra sob o cumprimento de pena, estando junto a ela ou não, merece uma atenção especial da sociedade. “A prisão da mãe reconfigura o ambiente de desenvolvimento da criança, necessitando de políticas públicas específicas que deem conta da condição particular desse grupo de crianças” (STELLA, 2006, p.32). Além disso, é oportuna a análise de quais seriam os aspectos (que atrapalham ou favorecem) o desenvolvimento da criança no ambiente prisional incluindo o nascimento e a permanência da criança.

Assim, em teoria, a convivência da criança pequena dentro dos presídios é defendida por considerarem-na saudável para o relacionamento mãe-criança. Porém, não há uma padronização internacional de tratamento destinado a mães com filhos, havendo diferentes manejos de tratamento pelo mundo, muitos dos quais ao invés de beneficiarem o desenvolvimento infantil e a maternidade, prejudicam-no. (ORMEÑO; STELKO-PEREIRA, 2015, p.435)

O artigo “A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática” (CÚNICO; BRASIL; BARCINSKI, 2015) trouxe resultados de um estudo em bases de dados internacionais de publicações entre 2003 e 2014. Para as autoras, a maternidade no contexto de encarceramento assume contornos específicos e diversos daquela maternidade exercida fora das grades da prisão.

Se para as mulheres, de modo geral, a maternidade se configura como uma experiência complexa, para aquelas que estão privadas de liberdade ela adquire nuances ainda maiores.[...] Isto porque o próprio ato transgressor que deu origem ao cárcere é visto como um ato egoísta, uma vez que acarretou na distância e na ausência forçada da mãe para com seus filhos. Sendo assim, a própria reclusão faz com que estas mulheres não alcancem o ideal do que é frequentemente associado à boa mãe... (CÚNICO, BRASIL, BARCINSKI, 2015, p. 525).

A pesquisa na área de enfermagem “Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática” (SANTOS; BISPO, 2018) aponta que a temática pode ser resumida em categorias: vivenciando a maternidade no ambiente hostil da prisão; relação mãe-filho e formação do vínculo no cárcere e sofrimento psíquico da separação do binômio.

[...] a díade mãe-filho está exposta a situação de vulnerabilidade com repercussões em todo o processo biopsicológico da criança e da mãe, que serão prejudicados nesse contexto de cárcere e deverão ser atendidos, a fim minimizar as complicações. (SANTOS; BISPO, 2018, p.9).

Os dados apresentados pelo artigo “Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional” (FERRARI; FAM, 2016) trazem a perspectiva de que existem mães que acreditam que ter a companhia dos filhos implica desassossego.

[...] Pode-se dizer que estar ali, com os filhos, naquelas circunstâncias, associado à dificuldade inerente ao papel de ser mãe 24 horas, algumas delas distante de outros filhos, parecia ser vivido mais como um castigo do que um privilégio. (FERRARI; FAM, 2016, p.1166).

O artigo “Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro” (BRAGA; ANGOTTI, 2015) mapeou a percepção de gestantes e puérperas presas em relação ao exercício da maternidade em espaços de privação de liberdade. Foram seis estados brasileiros ao longo de nove meses de estudo, totalizando mais de 80 detentas. Os resultados da pesquisa apontam para o paradoxo envolvendo a hipermaternidade e a hipomaternidade. Falas e percepções trouxeram a opinião de que a maternagem na prisão é permeada por ambiguidades como excesso de convivência *versus* ausência de convivência; isolamento *versus* participação do cotidiano prisional; melhora do espaço físico quando da presença de bebê *versus* aumento do rigor disciplinar; mulher presa *versus* mulher mãe.

Durante o período de convivência entre mães e bebês na unidade prisional, estas exercem uma hipermaternidade [...] A permanência ininterrupta com a criança é a regra no tempo de convivência permitido, sendo esse período permeado pelo rigor disciplinar e tutela do exercício da maternidade[...] Quando a convivência cessa e a criança é retirada do convívio materno (entregue para a família ou encaminhada para o abrigo), ocorre a transição da hiper para a hipomaternidade. Chamamos de hipo (diminuição) e não de nula maternidade a vivência da ruptura, pois as marcas da maternagem interrompida, da ausência advinda da presença de antes, seguem no corpo e na mente da presa... (BRAGA; ANGOTTI, 2015, p. 235-236).

O encarceramento dos filhos junto às suas mães não pode ser visto como totalmente benéfico ou prejudicial, já que existem importantes pontos positivos e negativos, assim como é visto na

pesquisa “Maternidade atrás das grades: particularidade do binômio mãe e filho” (MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016):

A permanência da criança com a mãe mesmo que em um ambiente precário, intramuros, não tira a grande importância de se ter a presença materna, o calor e o vínculo necessários para que se estabeleça uma relação saudável consigo mesma e com as outras pessoas. Percebe-se entre as participantes em diferentes trechos, ao abordar a temática, que a presença da criança no ambiente carcerário nos primeiros meses é vista como positiva. Mediante a sensibilidade materna perante a restrição carcerária, muitas pensam em abrir mão do convívio com o filho. Estas vivem o conflito do desejo por permanecer junto a sua criança nesse ambiente desfavorável e o medo de separar-se dela e perder o vínculo. Outras, porém, preferem que a criança tenha contato com o mundo exterior do que a influência negativa do cárcere no seu desenvolvimento. (MIRANDA; MATÃO; MALAQUIAS; SOUZA, 2016, p. 2241-2242).

O artigo “Significando o amamentar na prisão” (MARIANO; SILVA, 2018) trouxe a conclusão de que o desmame é enfrentado com sofrimento pela mulher presa. Ainda assim, as suas entrevistadas tiveram a incerteza sobre a decisão sobre qual seria o melhor tempo para o desligamento de seus filhos e ainda apontou que: “[...] para mãe presa a sensação de segurança que ela vivencia, estando com a criança ou não perde-se por completo com a separação de seu filho e sua agonia de separação se inicia simbolicamente e também concretamente com a demanda pelo desmame” (p.10).

Nesse cenário insalubre, comprometedor à saúde mental das encarceradas e de desrespeito aos direitos das mães e gestantes, existe a sustentação para a implementação em território nacional de políticas eficazes para proteção do vínculo mãe bebê. Essa afirmação também é vista nos seguintes estudos qualitativo-documental: a) “Maternidade atrás das grades em busca da cidadania e da saúde: um estudo sobre a legislação brasileira” (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015); b) “A maternidade e o cárcere: uma análise de seus aspectos fundamentais” (RONCHI, 2018); c) “Sistema carcerário feminino: uma análise de políticas públicas de segurança com base em um estudo local (SANTOS; REZENDE, 2019); d) “O aleitamento materno no cárcere a luz do Estatuto da Criança e do Adolescente” (DAMMSKI; COSTA, 2020).

Neste breve levantamento da literatura, a psicanálise pôde se fazer presente porque também se coloca diante da problemática mãe-bebê-cárcere. Diante do contexto sócio-afetivo carcerário, Ferrari (2010) no trabalho “Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas” utilizou a psicanálise para reflexões das mães apenas no cárcere, já que “o tema por ser considerado a partir de diferentes ângulos, por isso nunca passível de ser generalizado...” (FERRARI, 2010, p.1325). Segunda a autora, a mãe prisioneira é vítima de segregação e violência. Situações que prevalecem “a

lógica que deixa à vista os estragos de suas consequências e a pouca evolução na operacionalização de políticas voltadas para o sistema penitenciário brasileiro” (FERRARI, 2010, p.1335).

Ferrari também é autora do artigo “Mulheres encarceradas e seus filhos: exercício da perversão no mundo capitalista” (2016), no qual utilizou a psicanálise lacaniana. Essa pesquisa se baseou no relato de cinquenta e seis encarceradas que foram voluntariamente ouvidas. Deste universo, vinte e três das cinquenta afirmaram desconforto e desassossego na maternidade no cárcere.

A maioria dizia da insuportável posição de ser mãe 24 horas por dia, mesmo naquela prisão considerada modelo. Preferiam estar em cárcere fechado, sem a criança. Não as suportavam grudadas em seus corpos todo o tempo, como uma delas expressou, sem ter com quem dividir os cuidados. Tê-las ali era mais castigo que prêmio. Em prisão, quando não se faz amiga para contar com ajuda, informavam, todas as responsabilidades de cuidados recaem sobre a mãe, desde o momento de sua volta do hospital, não importando se parto normal ou cesárea [...] Outras diziam de mães angustiadas deparando-se com a angústia de perdê-los para a morte, já que a prisão não contava com pediatra naquela ocasião, e havia muitos problemas nas instalações, inadequadas para crianças pequenas; angústia pela separação que necessariamente adviria, temida e desejada [...] (FERRARI, 2016, p.680-684).

Um dos trabalhos mais recentes da pesquisadora acima, “Mulheres privadas de liberdade e seus filhos: o sistema de justiça criminal em perspectiva” (FERRARI, SIMÕES, 2019), não enfatizou, necessariamente, o vínculo mãe-bebê. Tratou-se de um estudo exploratório baseado no trabalho de juízes em processos que envolvem mulheres privadas de liberdade cujos filhos permanecem reclusos com elas por algum tempo. A teoria psicanalítica de Jacques Lacan fez interlocução com a perspectiva da sociologia jurídico-penal.

Em suas particularidades, o trabalho acima levou a distintas perguntas e pôde ser abordado por diferentes ângulos, a exemplo da segregação. Ressaltou que as prisões femininas possuem pouca existência de berçários nas unidades prisionais, o que faz com que as crianças permaneçam na cela junto com a mãe e outras prisioneiras e, por isso devem ser estudadas sobre o vértice de violência e segregação.

Diante da psicanálise winnicottiana, Marin (2016), no artigo “Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial”, trouxe uma possibilidade de atuação no cárcere através de intervenções em situações de extrema vulnerabilidade, a exemplo da situação de privação de liberdade no momento da gestação e no acompanhamento do puerpério. Nesse texto, a autora utilizou a noção winnicottiana de espaço potencial para servir de parâmetro para a intervenção com as encarceradas no momento de sua gestação e no acompanhamento de seu puerpério.

[...] Ocorreu-nos propor a montagem dos Livros do Bebê, nos quais se poderia materializar o investimento das mães nesses filhos, que passariam a ter um registro de suas histórias, de seu crescimento, de seus projetos de vida. Esse livro poderia acompanhar o bebê quando este se separasse da mãe, de certa forma representando-a junto ao bebê, e poderia seguir sendo o registro da história de vida do pequeno futuro cidadão (MARIN, 2016, p.260).

O artigo “Violência e transgressão: interrogando a adolescência” (MARIN, 2003) também discutiu como a compreensão do processo de subjetivação do jovem infrator traz em sua essência traços de certa constituição psíquica que é transpassada pela violência psíquica feita pelos seus cuidadores. É ressaltado que a pesquisa em psicanálise não deve se furtar a pensar e discutir os fenômenos sociais das classes menos favorecidas economicamente, quando o princípio da dignidade humana, proposta pelo ECA, é violado.

Poder-se-ia analisar que se trata de uma projeção de nossa violência sobre uma classe social menos favorecida, para quem a única possibilidade de reconhecimento numa sociedade que a exclui cotidianamente é retornar com violência. Nessa perspectiva é possível entender seguindo a tradição winnicottiana, a delinquência de denúncia social: afirmação do Eu, a busca do mundo que foi perdido, rompido abrupta e arbitrariamente[...] Volto a lembrar Winnicott (1987), que nos ensina como nas condutas antissociais estão sinais de esperança, os gritos de socorro –e tantas vezes, diria eu, a denúncia de uma impostura (MARIN, 2003, p.99-100)

A psicanálise também esteve presente na “Observação psicanalítica da relação mãe-bebê no cárcere” (SANTOS; SILVA; PEDROSO, 2020), na qual comprovou-se que o método de pesquisa pode ser empregado também na qualidade na inospitalidade do cárcere com propósito de compreender o desenvolvimento emocional do bebê.

Diante dessas vertentes, as contribuições de Winnicott a respeito do tema gestantes, puérperas, recém-nascidos e cárcere, podem favorecer uma releitura e discussões sobre a relação mãe-bebê na prisão, permitindo articulá-las à questão da subjetividade da experiência de tornar-se mãe no cárcere.

Ao longo de minha pesquisa de doutorado, compreendi que não bastam apenas celas exclusivas para gestantes e puérperas, mas um auxílio médico eficaz e psicológico para elas. Caso exista essa teia de apoio por parte do meio externo, poderíamos traduzi-la por elementos de sustentação ambiental, os quais facilitam a função materna, experiência tão cara à teoria de Winnicott.

[...] é possível supor que a mulher também necessita de sustentação por parte de seu ambiente para que tenha condições de se constituir como mãe e exercer o seu papel materno. Esse ambiente, por sua vez, pode ser representado pela figura do pai, da família e dos demais indivíduos, grupos e instituições sociais. São estes que proporcionarão a segurança e o acolhimento necessários para que a mãe possa exercer a sua função de um modo denominado por Winnicott como “suficientemente

bom”. Essa sustentação ambiental à mulher para o exercício da maternidade é importante não apenas na fase mais primitiva da vida do bebê, mas, também, ao longo do desenvolvimento infantil (PEREIRA; LEITÃO, 2020, p. 3-4).

As pesquisas apresentadas neste subitem sobre a maternidade no cárcere não abordaram o desenvolvimento emocional primitivo winnicottiano. Exceto o trabalho de Marin (2016), as demais pesquisas acadêmicas não se detiveram aos traços teóricos winnicottiano da dependência absoluta - período que tangencia a faixa etária de zero a seis meses, tempo legal para convivência mãe e filho, o que justifica minha escolha por essa teoria.

[...] Enfatizando as relações interpessoais e as experiências com a realidade externa, suas ideias podem ser ampliadas para o campo social mais amplo. Apresentando um modelo mais dialógico do que a psicanálise clássica, a perspectiva relacional busca compreender como a subjetividade e a experiência pessoal se constituem a partir e através de relacionamentos, os quais são inseridos e atravessados por contextos de classe social, etnia, religião, gênero, etc. Desta forma, pode contribuir com o debate acerca das experiências humanas na sociedade, incluindo as dimensões micro e macrosocial [...] (LEITÃO, 2017, p. 56)

O que há de especificidade nesta tese é a trama da gestação e do puerpério na “Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão”, dentro do *Ambiente Maternal no Cárcere*. Esta expressão, não identificada nos artigos científicos sobre a relação mãe-bebê na prisão, nem em outra pesquisa acadêmica, mediante consulta ao Google Acadêmico até dezembro de 2020, traz um caráter inédito.

Propomos o termo em referência à atmosfera afetiva, possivelmente invisível para as entrevistadas, mas em alguma medida sentida. Isto é, diz respeito à experiência de maternidade construída com os vínculos e rupturas no cárcere, sendo uníssono que gestantes e puérperas, ao ingressarem na prisão, já sabem que estarão fadadas a perder a convivência de seus filhos. Isso pode causar (ou não) repercussão na relação afetiva mãe-bebê porque, na prisão, o contato corpo-a-corpo das mães com seus bebês pode ser considerado breve. Assim sendo, a experiência de tornar-se mãe e o vínculo afetivo são atravessados por singularidades e paradoxos que vão de encontro à padronização de comportamentos sobre a experiência da maternidade.

Sobre mães, crianças e cárcere existem discussões em torno do tempo que a mãe permanece com seu bebê, e se ele é suficiente para a saúde psíquica da criança. No entanto, a proposta específica neste trabalho é investigar se a mãe-ambiente, imersa no *Ambiente Maternal do Cárcere*, pode ser (ou não) suficientemente boa para a relação de afeto com seu bebê.

CAPÍTULO 2 – Construção do método

2.1 Definindo o problema e os objetivos

Busquei compreender as repercussões e as particularidades do exercício da maternidade no cárcere, com base no conceito de mãe suficientemente boa na perspectiva winnicottiana. Neste momento, lanço o seguinte **problema** de tese: podemos identificar, no *Ambiente Maternal no Cárcere*, elementos para o desenvolvimento psíquico da criança? Existiriam, no cárcere, aspectos caracterizadores do ambiente facilitador protagonizado pela mãe-ambiente? Será que a inospitalidade do cárcere ofuscaria as condições psíquicas maternas para se identificar com a sua criança?

Dito isto, o **objetivo geral** da presente tese foi investigar as condições de possibilidade de ser mãe suficientemente boa no *Ambiente Maternal do Cárcere*. Para fins de alcançá-lo, tracei os **objetivos específicos**: a) compreender a importância do conceito winnicottiano de mãe suficientemente boa; b) caracterizar o *Ambiente Maternal no Cárcere*; c) identificar os diversos modos de maternagem dentro do presídio; d) analisar a relação mãe-bebê, que tem a separação compulsória como sua principal característica.

2.2 Circunscrevendo o campo da pesquisa

A primeira proposta deste trabalho foi pesquisar gestantes e puérperas que tiveram a separação compulsória de seus bebês. Entretanto, no primeiro bimestre de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas corpus* coletivo para substituir a prisão preventiva pela domiciliar de mulheres em todo território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até doze anos incompletos.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu... conceder *habeas corpus* (HC 143641) coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência. O relator citou dados do Infopen (Levantamento de Informações Penitenciárias) que demonstram que as mulheres presas passam por situações de privação. Para o ministro, é preciso tornar concreto o que a Constituição Federal determina, como o disposto no artigo 5º, inciso XLV, que diz que nenhuma pena passará para terceiro... a situação em debate leva a que se passe a pena da mãe para os filhos.... (BRASIL, 2018).

Diante dessa determinação, as apenadas, logo que tinham a audiência de custódia, não entravam no cárcere devido ao *habeas corpus*. Tal fato reduziu o número de participantes neste trabalho. O leitor pode se perguntar por que as entrevistadas não tiveram direito à prisão domiciliar de imediato, conforme o *habeas corpus* supracitado. Primeiro, porque não eram rés primárias, e, segundo, o juiz dispõe do poder de não reconhecer que a prisão domiciliar seja irrestrita ou automática. Faculta a ele, como em todo ato restritivo de liberdade - à luz das particularidades de cada caso - proceder ao exame de merecimento da ré à aplicabilidade da medida domiciliar.

2.3 Caracterizando a amostra

A partir de tal cenário, o trabalho de campo abarcou quatro mulheres. Elas atenderam aos seguintes **critérios de inclusão**: a) serem gestantes, puérperas e mães que tiveram seus filhos no cárcere, cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado e não terem recebido a prisão domiciliar. Saliento que os **critérios de exclusão** foram mulheres com dificuldades na compreensão da situação de pesquisa e na construção do relato oral, aspectos esses observados ao longo da entrevista inicial.

Por questão de sigilo, criei cognomes e não identifiquei a faixa etária. No período em que a pesquisa foi desenvolvida havia duas mulheres que estavam presas no pavilhão comum e outras duas na cela do berçário, como destacado no Quadro 3:

QUADRO 3 - Caracterização das mulheres encarceradas que foram entrevistadas

NOMES ³	INÍCIO DA GESTAÇÃO		NÚMERO DE ENCONTROS	LOCAL DA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	
	Antes do ingresso	Após o ingresso		Pátio	Cela 15
Laura	X		2	X	
Ana Maria		X	1	X	
Andréia	X		3		X
Carla	X		3		X

³ Diante da situação peculiar que envolvia as depoentes do estudo, preservei o anonimato de suas identidades através de nomes aleatórios femininos e não detalhei há quanto tempo estão separadas de suas crianças.

Laura e Ana Maria tiveram seus bebês no cárcere, permanecem reclusas e estão afastadas de suas crianças. Andréia e Carla gestaram seus bebês no cárcere e adquiriram a prisão domiciliar após o nascimento de suas crianças.

As entrevistas foram realizadas no pátio coberto e/ou na cela 15 (Imagens 1, 2 e 3). O dia, o local e os horários dos encontros foram planejados com a diretora da instituição.

Imagem 1 – Espaço utilizado para a entrevista com Laura e Ana Maria.



Imagem 2 – Visão frontal da cela 15.



Imagem 3 – Local da entrevista de Andréia e Carla.



Imagens 4, 5 e 6 – Dormitório exclusivo para gestantes e puérperas.



2.4 O trabalho de campo

O Presídio Júlia Maranhão foi escolhido como local para o desenvolvimento da pesquisa de campo porque é localizado na cidade da pesquisadora e por ser onde a direção deste aceitou a proposta de estudo desta tese.

Em janeiro de 2018, fui ao Presídio Júlia Maranhão para apresentar a minha proposta de pesquisa à direção, quando recebi a carta de aceite. Nesse momento, recebi orientações para fazer a entrada no cárcere e realizar as entrevistas. Celular, relógio, adornos de qualquer espécie e papéis e

não poderiam ser portados. A cada dia de entrevista, foi imprescindível a apresentação de documento oficial com foto para registro interno.

Esta pesquisa seguiu a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que rege os trabalhos científicos envolvendo seres humanos. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pernambuco aprovou em 23/03/2018 a execução deste trabalho. O número do CAAE dessa pesquisa é **84255418.5.0000.5206**.

As entrevistas foram gravadas pela pesquisadora, mediante aceite das mulheres. Quando falavam de assuntos que não desejavam a publicação, eu pausava a gravação. A cada manejo do gravador, as apenadas acompanhavam a suspensão daquela fala. Quando os relatos pudessem se tornar públicos, elas me autorizavam a continuidade da gravação.

Os encontros tiveram duração de 30 minutos, aproximadamente, tempo possível para estar com elas. Ative-me às informações acerca da experiência da maternidade. Existiram tantas outras, mas não as tornei públicas porque ao falarem dessas, me pediam da seguinte forma: “Dra., não coloque isso, que falei agora não, no seu trabalho porque me darei mal se alguém souber que estou contando para a sra...”.

Realizei entrevistas abertas “[...] em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2014, p.262). Falei para aquelas mães, que quisessem participar do trabalho, assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e assim foi feito. Antes do início de cada entrevista, explicava os objetivos do estudo e seus direcionamentos éticos, e expunha a seguinte pergunta disparadora: “Como é tornar-se mãe no cárcere?”.

2.5 Análise e discussão dos dados

A escrita em Psicanálise é o meio através do qual o pesquisador pode desenvolver um processo interpretativo de elaboração de algo que lhe chama a atenção. Para mim, o que as mães disseram de si é mais do que uma verdade empírica, como também são suscetíveis de interpretações suas formas de lidar com o sofrimento no cárcere. No caso desta pesquisa, não estou tomando como campo de investigação a clínica psicanalítica *stricto sensu*, mas sim o cárcere. A escuta e a atividade

interpretativa, enquanto métodos próprios à psicanálise, não se restringem ao enquadre da situação de análise, mas a outras situações não estritamente clínico-analíticas.

[...] A escuta psicanalítica é possível também em outros contextos que não a clínica, pois o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais[...] Logo, é possível a escuta psicanalítica a partir do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos, desde que se guardem os requisitos básicos da psicanálise. (ROSA; DOMINGUES, 2010, p.182).

Gilberto Safra (2004), ao tratar da noção de investigação em Psicanálise, parte do pressuposto de que qualquer texto escrito está dirigido ao outro e é passível de interpretações. É possível fazer um trabalho de investigação psicanalítica pondo em questão um texto, dialogando a partir da clínica ou do referencial teórico adotado e tornar isso explícito na discussão teórica. Em outras palavras, à medida que me empenhei em analisar as entrevistas abertas, investiguei a situação transferencial e realizei uma pesquisa de cunho psicanalítico: “[...] Pesquisar em psicanálise é obter conhecimento novo e apresentá-lo de modo a que possa se incorporar ao já existente, seja como complemento, seja como nova perspectiva”. (MEZAN, 2006, p. 231).

Por esse prisma, é possível pensar que esta pesquisa pôde fluir por caminhos que não estariam desenhados a princípio por bases teóricas já existentes sobre a relação primária no cárcere. O clima que existe ao redor da ruptura do vínculo trouxe a possibilidade do mesmo ser narrado.

2.6 A pesquisa de campo: traços da pesquisa psicanalítica

É cada vez mais frequente a procura pela pesquisa psicanalítica. Existem pesquisadores que optam pelo caminho da pós-graduação e desejam pautar suas investigações a partir de alguns dispositivos da psicanálise: a escuta clínica e a transferência, por exemplo.

A presença da psicanálise nas universidades não está mais restrita à transmissão teórica e técnica por meio da docência ou no exercício de supervisão de práticas terapêuticas nos serviços de psicologia aplicada na graduação ou nas especializações. A psicanálise é exercida por meio da realização de pesquisa em níveis de mestrado e doutorado, além de investigações teóricas que resultam em importante ampliação e consolidação do escopo psicanalítico[...] Uma vez que a problemática levantada na pesquisa seja fruto da capacidade ética e interrogativa do pesquisador e que seu labor esteja marcado pela condição de um saber não prévio, vislumbram-se condições de exercício do método de investigação psicanalítico (com diretrizes que contemplam a escuta, a transferência e a interpretação)[...] (FULGÊNCIO; BIRMAN; KUPERMANN; CUNHA, 2018, p.109-111).

A psicanálise surge em reação ao niilismo terapêutico dominante na psiquiatria alemã do final do século XIX, que preconizava a observação do enfermo sem escutá-lo (ROUDINESCO; PLON, 1998). A experiência da ética em psicanálise é tida como um modo de possibilitar que o outro se mostre em sua alteridade. A objetividade das ciências experimentais não se coaduna com a realidade psíquica estudada pela psicanálise. “[...] O psiquismo não é observável, o que se opõe a todo método positivista do campo epistemológico” (QUEIROZ; SILVA, 2002, p.7).

No projeto epistemológico moderno, o sujeito do conhecimento é quase um semideus que, ao se impor a disciplina do método, eleva-se sobre suas limitações humanas para alcançar uma pureza idealizada. Apenas, neste estado graça e purificação metódica o homem poderia conhecer. No entanto, as psicologias nascentes, em maior ou menor medida, irão contrapor-se a esta concepção otimista, a esta esperança de que o método científico transforme homens singulares de carne, ossos, nervos, instintos, impulsos, afetos, emoções, etc. em contempladores impávidos, neutros e objetivos do mundo tal como ele é[...] (FIGUEIREDO, 2015, p.134).

Mesmo tendo formação médica e estando imerso em um contexto científico de caráter positivista, a conduta psiquiátrica da época não satisfazia a Freud. Ele trouxe a importância da escuta clínica que ressalta a singularidade de sentidos da palavra enunciada. Palavras que evidenciam a existência de um outro-interno, mas que também proporcionam vias de contato com um outro-externo quando qualificado na sua escuta clínica.

Freud deslocou a fala muito além da intenção consciente de comunicar algo. Ao falar, o sujeito comunica muito mais do que aquilo a que inicialmente se propôs. Não se trata apenas de ouvir o que o sujeito tem a dizer, mas efetivamente escutá-lo porque a complexidade do inconsciente requer uma singularidade de escuta.

Desta forma, dois trabalhos se impõem: o de escutar a palavra do outro e o de produzir palavras que viessem ao encontro dessa demanda de ajuda. Talvez se demarque, desde esses tempos iniciais, uma característica essencial da psicanálise como método e técnica: estar aberta à singularidade desse outro... (MACEDO; FALCÃO, 2005, p. 66-67).

A psicanálise privilegia a experiência subjetiva do sofrimento psíquico e o modo de conhecimento do *páthos*. Pode-se dizer que a psicanálise compreende os sintomas para além das evidências.

[...] em outras palavras, trata-se de uma posição clínica... tal posição implica uma dis-posição que a qualifica e implica alguém na escuta. Justamente isso se enreda no espaço da análise, permitindo o estabelecimento da relação transferencial. Creio, até, deva ser essa posição do pesquisador em psicopatologia fundamental. Envolver-se

na escuta do *páthos* do outro é participar dessa experiência fundamental e dar conta dela pela dis-posição de pesquisar sobre o *páthos* [...] (QUEIROZ; SILVA, 2002, p.21-22).

À medida que o campo psíquico pode ser equiparado a um sistema aberto, a escuta clínica destaca-se como ponto fundamental no campo intersubjetivo, característico não só do encontro analítico, como também da situação de entrevista. Isso implica na possibilidade de o pesquisador realizar um trabalho pautado na escuta psicanalítica das entrevistas, colhidas em função do problema de pesquisa investigado. Considerei a transferência instrumentalizada como um dispositivo que me auxiliou no encontro de elementos para responder ao problema desta tese. A interpretação dos dados possibilitou trazer à tona traços da presença da vida psíquica, envolvida pela afetividade e a forma do exercício da maternidade.

A transferência possui espaço privilegiado na pesquisa psicanalítica. Nela a palavra dirigida à pesquisadora evidencia uma história única e singular. Consequentemente, considerar que o psiquismo produz e reproduz continuamente efeitos de uma história, implica colocar a escuta do pesquisador no campo transferencial, intersubjetivo.

A transferência não é um fenômeno exclusivo dessa relação e aparece, em maior ou menor intensidade, em todas as relações interpessoais. Está presente no atendimento clínico e na situação da pesquisa psicanalítica. A diferença é que, na situação de entrevista, ela deve ser utilizada como instrumento técnico de observação e compreensão para ser entrelaçada na escrita da análise sobre as entrevistas.

O método da pesquisa psicanalítica não traz novidades quanto à escolha dos participantes ou técnicas utilizadas. A novidade é o(s) dispositivos metodológicos no procedimento de análise dos dados... O mais importante é que o pesquisador transforme sempre seu dado em texto... A análise dos dados, na pesquisa psicanalítica, está implicada na escuta e transferência instrumentalizada do pesquisador em relação à escrita. (IRIBARRY, 2003, p. 124-129).

Nesta tese, a transferência instrumentalizada foi o processo por meio do qual me dirigi às informações obtidas na coleta e procurei relacioná-las ao período da dependência absoluta, a partir dos eixos teóricos winnicottiano: mãe suficientemente boa; mãe-ambiente; ambiente facilitador.

[...] Entretanto, a transferência recebe um destino na situação psicanalítica de pesquisa e outro na situação psicanalítica de cura. Nessa, a transferência é identificada e liquidada até onde o permitem os dispositivos da técnica da cura e até onde o permite a psicanálise pessoal do profissional da escuta psicanalítica. Na situação psicanalítica de pesquisa, a transferência é identificada e instrumentalizada

a partir dos dispositivos e procedimentos próprios do aparelho pedagógico-didático da pesquisa psicanalítica (CAON, 1997, n.p).

Mesmo o pesquisador adotando uma postura de receptividade para possibilitar a emergência do sentido da experiência da maternidade no cárcere, não é adequado desconsiderar um dificultador para a prática da pesquisa psicanalítica.

Assim, eu diria que para mim vale a pena estar na Universidade desde que se abra, como perspectiva de trabalho praticar e desenvolver um modo de estudo de textos; uma metodologia de trabalho com textos psicanalíticos... Ou seja, não se trata de submeter um texto psicanalítico a uma mera leitura de estudo e sistematização. O texto vai ser tratado de tal maneira que lhe permita a evocação no leitor da sua experiência clínica e a produção de um saber que é clínico, embora se dê fora da clínica... Trata-se, simultaneamente, de uma forma de articular o estudo à pesquisa... Enfim, uma maneira entre muitas outras de gerar artesanalmente canais de comunicação entre os espaços universitários e as atividades psicanalíticas. (FIGUEIREDO, 2001, n.p)

Quando a entrevista é realizada fora do contexto da clínica, uma dificuldade que aparece à escuta do pesquisador pode ser a sua resistência. A princípio, acredito que ela está presente quando o pesquisador desatenta-se às singularidades da maternidade no cárcere e adere aos julgamentos de valor sobre os delitos cometidos. Caso exista esta dificuldade e seja minimizada, o pesquisador pode ter percalços em obter os dados e/ou analisá-los descautelosamente. Nesse sentido, o artigo “O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação”, de Rosa (2016), indica:

Nos grupos de exclusão social, política e econômica, o pesquisador é atravessado por uma resistência de classe social na escuta clínica desses sujeitos, pois está implicado nas normativas e nos interesses de classe de seu grupo social, o que pode ser impeditivo da escuta clínica [...] Um dificultador pode ser sua resistência, que se manifesta sob a forma de ficar demasiadamente preso à teoria, às suas hipóteses, e não atentar para a especificidade da fala do sujeito. Outro aspecto que facilita a resistência pode ser o confronto de lugares sociais diferentes e antagônicos aos do pesquisador, como quando o pesquisado vive situação de exclusão social... (ROSA, 2016, p.48-186).

Diferentemente das abordagens quantitativas de pesquisa, a proposta metodológica desta pesquisa não inclui inferências generalizadoras, pois a análise de resultados não trabalhou com o dito, mas sim com conteúdos inconscientes revelados pela transferência.

Quando tomamos o analisante como modelo do pesquisador psicanalítico e dizemos que este último está implicado como primeiro sujeito de sua pesquisa, não o fazemos por capricho ou para instituir um paradoxo. Dizer que o pesquisador psicanalítico é o primeiro sujeito de sua pesquisa significa dizer que ele está também implicado

como um participante importantíssimo na investigação realizada. É claro que isso não dispensa os demais participantes da pesquisa, mas admitir que não há uma implicação do pesquisador como sujeito seria absurdo, já que é pelo punho do pesquisador que uma contribuição conceitual vai se organizar durante o processo de pesquisa [...] (IRIBARRY, 2003, p.122).

Longe de ser uma tradução *ipsis litteris* da fala, o método psicanalítico possibilitou o surgimento de significações novas e apreensíveis como experiência, enunciadas para o pesquisador. Abstive-me de conhecimentos prévios sobre o universo do cárcere, nascidos de outras pesquisas de campo, para não antecipar as descobertas desse trabalho. O meu objetivo foi o de me posicionar para escutar as singularidades daquelas mães aprisionadas naquele momento particular. Não se trata, portanto, de uma orientação teórica absoluta.

PARTE II - VÍNCULOS AFETIVOS MÃE-BEBÊ

CAPÍTULO 1- O espaço de um bebê

1.1 Considerações em torno da maternidade

Cada indivíduo inicia a sua trajetória nesse mundo num corpo alheio, que é o corpo da mãe, no qual, em princípio, possui a incumbência de o acolher para facilitar a sua maturação biológica. Durante a espera do bebê, a mãe cria um espaço psíquico para que a criança possa advir como ser subjetivado.

O embrião configura para a mãe, inicialmente, um estrangeiro, um outro dentro de seu próprio corpo. [...] É preciso assim que o organismo materno faça a leitura do embrião como uma gravidez, e não como um corpo estrangeiro a ser rejeitado, para que a gestação possa prosseguir [...]. A mudança que muitas vezes se desencadeia a partir da percepção pela mãe dos movimentos do feto parece ser fundamental para modificar a fantasia do estrangeiro, do desconhecido dentro de si. Os movimentos do bebê permitem a mãe criar significações sobre ele, interpretando seus movimentos, estabelecendo-se assim um modo de comunicação entre os dois[...] (ARAGÃO, 2004, p. 96).

Para mais, há tudo aquilo que pode remeter a experiência de tornar-se mãe, que adquire forma na psique e mobiliza traços passados, que reaviva sua própria vivência de bebê. E há, enfim, o diálogo interior que pode entabular com o bebê imaginário que se desenvolve dentro de si.

“Sua majestade o bebê” (FREUD, 1914) é o filho maravilhoso que está nascendo. O amor dos pais pelo filho equivale a seu narcisismo recém-editado. Produz uma revivescência que atribui ao filho todas as perfeições e projeta nele todos os sonhos aos quais eles próprios tiveram de renunciar. Pode-se imaginar que a criança recebe os sonhos não realizados de seus pais. Na concepção freudiana, “*Sua Majestade o bebê*” seria a “invenção inconsciente” idealizada da qual o sujeito dispõe como recurso, como um solo de identidade que funcionaria sempre como referencial privilegiado do sujeito.

Como ficaria esse processo então quando o ideal parental é o da felicidade, da imagem ideal de um bebê sem angústias que os reafirmem enquanto bons pais? Será provavelmente insuportável sentirem-se porta-vozes do mundo externo que frustra, ao lembrarem que o paraíso não existe. Ao trazerem a ruptura, interpretando necessidades, acabam por determinar no seu bebê a ansiedade, condição da formação do psiquismo. Mas se é insuportável assumir o lugar do “mau”, do feio, é possível que esse pais se calem, abandonando o bebê a seus próprios fantasmas[...] (MARIN, 1999, p.81).

Então, como nasce uma mãe? Freud (1914) dizia que era necessário, para ter um filho, amar o que somos, o que fomos e o que gostaríamos de ser, assim como aqueles que de nós

cuidaram, para poder investir afetivamente uma criança. O autor valoriza o lugar que a criança ocupa no psiquismo parental, principalmente sua função “reparadora”, ou seja, de reparar as feridas narcísicas de seus pais. Dessa forma, pensar na concepção de um filho coloca em movimento aspectos do narcisismo de cada um dos pais, assim como suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias.

A partir da concepção, a criança não é só implantada no corpo, mas também no seu mundo psíquico. A partir daí, surge um bebê imaginário que recebe as idealizações dos pais. Tal momento é um tipo de berço em volta da gestação que diz respeito a inscrição de uma primeira história que pode influenciar a vida do bebê, após o nascimento. O bebê, em vida intrauterina, é sentido pela mãe como um corpo de alteridade. Ele próprio é o resultado de uma trama vincular que o precede, com expectativas, proibições, desejos que já existem a seu respeito muito antes de haver sido engendrado. Mesmo antes do seu nascimento, ele é pensado pela mãe como aquele que realizará e reparará tudo aquilo que foi não realizado e não reparado por ela, pelos irmãos ou até mesmo pelos avós. Nesse sentido, a gestação pode reavivar lembranças e experiências passadas (BARRETTO, 2016, p.76).

O *Ego ideal* (o *Idealich* na terminologia freudiana) da criança possui uma representação imaginária dessas projeções de seus pais. Podemos dizer que o Eu ganha existência diante de um outro que atesta o que se vê, por aquilo que se espelha. “Nesse sentido, amar é repetir amores e começar outros inéditos...”. (DUNKER, 2020, p. 39).

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico, domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições —que um observador neutro nelas não encontraria — e a ocultar e esquecer todos os defeitos[...] Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. (FREUD, 1914/1996, p.97-98).

Winnicott (1990a) ressalta que se deve primeiro investigar quando os bebês foram concebidos mentalmente, para depois poder investigar quando eles foram concebidos fisicamente. Por vezes, a pré-história da criança se inicia na história individual de cada um dos pais, no desejo de ter um filho.

As representações dos pais sobre o bebê e sobre eles mesmos como pais desempenham um papel importante na natureza dos vínculos estabelecidos entre pais e filhos e se iniciam antes das interações atuais com o bebê, englobando as fantasias parentais, medos, sonhos, lembranças da própria infância e profecias sobre o futuro do bebê. A partir de dados oriundos de pesquisas empíricas sobre o apego em que ressalta

resultados indicam que as representações da mãe sobre sua própria mãe são um importante fator de predição do padrão de apego que a mãe estabelecerá com seu próprio filho... (ZORNIG, 2010, p.458).

É necessário que a criança receba uma história familiar. Essa narrativa pode ser composta por transmissão de valores e interações afetivas que causam desdobramentos sobre a história da chegada do bebê. “A criança herdará túmulos de cadáveres, palavras e não-ditos e é em função dessa herança que determinará e conduzirá sua própria vida...” (SZEJER; STWEART, 1997, p. 45).

Cada um ocupa um lugar em relação aos outros: o primeiro, o segundo, o inteligente, o atencioso, o irmão mais velho devotado, a irmã caçula “fim de rama”, o filho “acidente”, o filho de um adultério, o filho legítimo etc. Esse lugar dentro do qual cada um nasce e, em função dele, poderá ocupar ou não, nessa posição. O que não significa dizer, necessariamente, que estas características farão que a criança cumprirá essa missão. Com seu desenvolvimento, poderá redefini-la ou realizá-la de maneira diferente.

Não que as idealizações recebidas possam ser repetidas/vividas ao “pé da letra”. Não se trata de uma regra geral, alguns escapam devido a seu próprio funcionamento psíquico, isso significa que nem toda repetição é problemática.

A experiência da maternidade também pode ser vista, querendo ou não, carregando o peso de lembranças passadas. No mais íntimo de cada um de nós existem traços/rasgos da infância que nos arrastam para o passado trazendo formas da maternidade que outrora foram exercidas pelas nossas gerações anteriores.

Assim a experiência de tornar-se mãe pode nos levar a pensar que teríamos elementos escondidos sobre este evento que não estariam acessados pela consciência, em tese. Isto é, a psicanálise freudiana sustenta conceitos que podem trazer sentido à compreensão da relação que existe entre tornar-se mãe e a intenção que a sustenta.

Além do mais, o inconsciente é construído pela mediação de um outro (família, sociedade etc.). A forma com que isso se estabelece galga o funcionamento psíquico da relação primária. Digo isto porque a experiência de tornar-se mãe traz em si marcas da forma de cuidados outrora recebidas.

O inconsciente é edificado por peculiar linguagem para-verbal que constrói a psique da criança e isso é de suma importância porque vai além da sobrevivência física do infante. Se assim não o fosse, ele cairia no silêncio da falta da presença de um outro, elemento do conceito de desamparo. “[...] É nesta relação primária com o outro que Freud encontra o paradigma da situação originária do desamparo e a designa como experiência de *hilflosigkeit* (ROCHA, 1999, p.333).

Ninguém nasce pai ou mãe. Tornar-se pai e tornar-se mãe é um intenso trabalho psíquico que pressupõe um movimento para adquirir autonomia. O ser mãe reedita e reatualiza aspectos de sua própria história para construir seu lugar materno e, consequentemente, o lugar subjetivo para seu bebê.

Há uma regra inquestionável socialmente: uma mãe deve ser a principal responsável por cuidar de seu bebê, salvo em algumas situações em que a mesma demonstra sinais visíveis de sofrimento psíquico ou falta de condições físicas para tanto. Já se sabe que a dependência de um bebê para com a sua mãe é algo dado em primeira instância pelo registro biológico, uma vez que o recém-nascido não sobrevive sem os cuidados do Outro. Contudo, a devoção de uma mulher para com o seu filho não é dada pela natureza, mas sim pelo desejo. Uma mulher há que se tornar mãe desde que tenha desejo para tanto (ARTEIRO; PASSOS, 2014, p.2).

Nem sempre a maternidade é sentida com completude. A mídia tende a glorificar o papel da mãe e tratar as sensações depressivas maternas como da ordem da patologia. Basta vermos as propagandas e matérias veiculadas nos meios de comunicação que encontraremos a mãe que amamenta sem dificuldades ou desconforto, a mãe sentindo-se realizada e completa. No entanto, não se deve esquecer daquelas que venham possuir dissabor diante da maternidade.

Os cuidados com bebê expõem vísceras e cheiros, alimentos e resíduos, objetos espalhados e cansaço crônico. O centro da gravidade da família se altera. Nossas identificações narcísicas são retorcidas a migalhas, agora que o novo soberano dita quando se dorme, quando se come e quando os vassalos serão chamados a cuidar de voz a realeza (DUNKER, 2020, p.45)

A gestação pode ocasionar um reajustamento da vida, tanto em primíparas como em multíparas. Há mães que podem sentir inseguras. Outras acreditam que ser mãe seja inato, imaculado e cercado de expectativas que envolvem certo modelo de perfeição e de amor incondicional.

Contudo mulher, cada vivenciar a gravidez de uma forma única e singular, conforme as marcas de sua própria história. Enquanto para algumas traz a sensação de completude, para outras tantas está permeado de grande sofrimento e de angústias incompressíveis. As ambivalências inerentes a esse processo precisam ser ouvidas (FERRARI, 2017, p.230-231).

A idealização que paira em torno do ato de amamentar, bem como a crença amplamente difundida de que uma boa mãe é aquela que amamenta o seu filho, traz diversas angústias para as mulheres, sobretudo porque quase não se fala dos desencontros que, frequentemente, podem acontecer: dor na descida repentina do leite, bico machucado, dificuldades na pega do bebê. As primeiras semanas de vida do bebê são difíceis e, por vezes, muito dolorosas/solitárias para as mães. E as cobranças não dão trégua. Exige-se da mãe o amor condicional, livre de sentimentos ruins.

Sujeitos diferentes respondem diferentemente à mesma experiência de tornar-se mãe. Faz-se destacar a importância e em que medida a angústia, incômodos e dissabores emergem desse fenômeno em cada sujeito. Consequentemente, se debruçar sobre as possibilidades de desafios encontrados nesse momento da vida que, como pais ou como filhos, nos atravessa a todos.

Todo esse processo não se dá sem angústias, dúvidas, expectativas e ansiedade. Os mitos em torno das necessidades especiais das mulheres grávidas, que não podem ser contrariadas e devem ter seus desejos satisfeitos, nada mais são do que mecanismos culturais de apoio ao processo ambivalente que é a espera de um novo chegada. Por mais que os avanços da tecnologia ofereçam a ilusão de controle e certeza (imagens ecográficas cada vez mais perfeitas, recursos para prever patologias, más-formações do bebê etc.) O medo e a dúvida sobre a capacidade de ser uma boa mãe também. Suportar, portanto, o tempo da gestação gera muita ansiedade... (MARIN, 2016, p.266).

Não obstante, a chegada da criança não precisa ser apenas desconfortos, pois ela oferece “atrativos afetivos”, me permita dizer. Amado e ser amado por um filho pode ser intimista e prazeroso. Ademais, é possível que para algumas a maternidade possa ser vivida como expressão de cuidado, após o nascimento do bebê, a exemplo da amamentação, como contato corpo-a-corpo que seria uma interação afetiva que possa vir a ser estabelecida.

1.2 Desadaptação e desamparo

Para Freud, o bebê humano nasce com instinto dos outros mamíferos e é lançado ao mundo em um estado prematuro de desadaptação. Por tal condição de imaturidade, as dificuldades encontradas no mundo exterior devem ser sanadas urgentemente para a sobrevivência física do bebê.

Em função mesmo dessa prematuridade biológica, isto é, dessa deiscência e incapacidade vital, que o organismo humano precisaria do outro, de maneira absoluta, como condição sine qua non para sua sobrevivência enquanto organismo... Seria por isso mesmo que a natureza humana desenvolveria uma marca insuperável de dependência ao outro, condição de possibilidade que este seria para sua produção vital e para reprodução vital, já que a vida teria que se impor permanentemente sobre esse fundo amorfo passado pela morte. (BIRMAN, 1999, p. 19).

A função materna tem seu lugar de destaque ao lado do recém-nascido. Ou seja, é impossível ignorar as ocorrências dos primeiros dias e horas de vida do humano, porque, devido à existência da sua prematuridade biológica, enquanto bebê, existe a necessidade de ajuda que o marca desde a origem. Assim, uma intervenção vinda do mundo externo, o papel de um outro, é necessária.

No texto “Projeto para uma Psicologia Científica” (FREUD, 1895) foi escrito sobre o início da relação do bebê com o mundo externo, a partir do que ele denominou de vivência de satisfação sobre estímulos interiores que afetam o organismo humano. Nessa teoria, é postulado que a resposta adequada a esses estímulos é a ação específica que visa a fazer cessá-los pela satisfação da necessidade.

Uma ação específica, segundo Laplanche e Pontalis (2001), é aquela intervenção externa adequada que leva à resolução duradoura da tensão interna criada pela necessidade. Para que uma ação específica se realize, é indispensável não apenas uma série de condições externas, como também, a presença de um objeto específico. “[...] O organismo humano é, a psique, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil por descarga através de via de alteração interna”. (FREUD, 1895/1996, p.370).

Nesse sentido, a ação específica diz respeito ao auxílio de um outro, pessoa, para ajudar o bebê na satisfação de suas necessidades e consequente obtenção de prazer. Situações que acabam sendo um passo fundamental para o desenvolvimento humano em função do reconhecimento da importância do mundo externo e no auxílio da obtenção de satisfação.

Por isso mesmo, o organismo humano seria fadado à morte e à quietude se não fosse a presença do outro, que agenciaria os instrumentos que lhe faltam intrinsecamente para construir destinos outros para a força pulsional que permitam a construção da ordem vital. Seria o outro, enfim, que realizaria o trabalho de ligação da força pulsional que o organismo humano seria incapaz de realizar (BIRMAN, 1999, p. 24).

É através do mecanismo psíquico da identificação que o aparelho psíquico materno é o lugar apropriado para capturar essas excitações vindas do infante, já que, pelo choro, ele expressa sua perturbação interna e evidencia sua impotência para lidar com elas. Sem essa ajuda o infante não sobreviveria, devido à sua impotência.

Com isso, percebemos que a função materna é uma condição fundamental para a sobrevivência da criança. Ela, como fonte externa, faz com que essas excitações possibilitem a edificação de um eu. Joel Birman, em “As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico”, também salienta a importância materna nesta primeira etapa da vida psíquica infantil, quando afirma:

[...] no começo da vida, o infante deve contar com o aparelho psíquico da mãe como condição fundamental para sua sobrevivência, para que possa forjar progressivamente um aparelho psíquico próprio. Seria então pela mediação do aparelho psíquico materno que o infante seria cuidado e constituiria posteriormente um aparelho

psíquico. A figura materna seria, enfim, o outro do infante no seu começo da vida, em decorrência do desamparo deste (BIRMAN, 2009, p.126).

A situação de dependência seria intolerável para a criança, que começaria a construir estratégias para contornar a posição radical de desamparo, constituindo, com isso, um aparelho psíquico, empreendimento humano por excelência. Ou seja, não sendo um animal orientado por instintos, o homem deve inventar modos de se relacionar com o mundo. É a invenção singular desses modos que a psicanálise entende como o alicerce singular do psiquismo.

Ao lado de nosso potencial hereditário, é imprescindível que possamos ser desejados por um adulto, mais do que sermos alimentados. Precisa-se de um berço/lugar simbólico para que a criança se torne desejada e a oferta de cuidados possa fluir.

Sentir-se amado pelo outro, representa inconscientemente uma proteção contra todas as ameaças. A ameaça de ser abandonado ou de ser confrontado com a perda do ser amado remete o sujeito à sua condição de desamparo e impotência primordiais. “Isto, no fundo, é uma forma de lidar com o medo provocado pela ausência da figura protetora e de amor (a mãe, por exemplo), garantia de apaziguamento da tensão”. (MARIN, 1999, p.81).

É diante dessa interação bebê com o mundo externo, representado pela função materna, que os traços da nossa memória são construídos. As formas de comunicação não verbal são múltiplas, passando pelas sensações que se fazem presentes nas interações entre o bebê e sua mãe, ou seus cuidadores, que são compreendidas como as bases para o desenvolvimento psíquico.

Se alguém está ali para receber o que ele tem a comunicar, para atender suas necessidades, todas as experiências vivenciadas pelo bebê são guardadas em sua memória, e a da qualidade dessas lembranças resultarão em uma relação confiável ou não com o ambiente.

Passamos agora a estudar as condições de confiabilidade desse ambiente, ou seja, sua capacidade de ser suficientemente bom, e as repercussões da função materna sobre o desenvolvimento físico e emocional da criança.

CAPÍTULO 2 – A experiência de tornar-se mãe na perspectiva winnicottiana

“A vida inicia no útero materno. As mulheres um dia descobrem que se tornam anfitriãs de um novo ser humano...” (WINNICOTT, *Os bebês e suas mães*).

2.1 Delimitando o início

Winnicott teorizou sobre o crescimento emocional infantil chamando-o de “Desenvolvimento Emocional Primitivo”, onde os traços do relacionamento mãe-bebê sobressaltam ao aspecto intrapsíquico da teoria freudiana.

Tratando-se de escritos de fácil leitura, surge uma aparente familiaridade com sua obra. Entretanto, pode surgir a ilusão de uma compreensão, quase imediata, que não é fidedigna à complexidade de sua teoria.

Como tudo em Winnicott, a questão de extrema complexidade e ao mesmo tempo, ao modo de um paradoxo, degradê extrema simplicidade. O fato é que se tratando sempre de amadurecimento, o ambiente winnicottiano, também ele, precisa transformar-se amadurecer uma vez que surgem novas tarefas conforme se altera as necessidades e as requisições maturacionais da criança que está crescendo. Ou seja, o ambiente, tem uma história e também ele se faz essa história. Nenhum fenômeno que ocorre, da saúde ou da doença, em qualquer dos estágios do amadurecimento, pode ser visto e significado em si mesmo, como se ocorresse fora dessa história (SERRALHA, 2016, p.13).

A exemplo da expressão “mãe suficientemente boa”, que comumente é incorporada como *slogan* e, por isso, pode trazer risco de cair na vala do psicologismo. Além disso, a concepção de uma maternidade suficientemente boa tem promovido muito equívocos na direção de uma suposta idealização dos cuidados maternos. O adjetivo “bom” rapidamente sugere certa imagem de algo bondoso, adequado, até mesmo exemplar, imaculado, em oposição ao que seria inadequado, nocivo. Ressaltamos que, de antemão, e fora do encontro, não há como configurar o bom ou o mal.

[...] as tentativas de estudar a psicologia dos estágios muito precoces do desenvolvimento humano foram prejudicadas e geralmente se mostram sem valor, devido à incapacidade dos psicólogos de fazerem menção ao ambiente suficientemente bom, a respeito do qual o bebê está intrinsecamente inconsciente, mas sem o qual o seu desenvolvimento é impossível... (WINNICOTT, 1990a, p. 150).

A utilização do termo de “mãe suficientemente boa” deve ser descrita a partir de uma perspectiva relacional – por isso interpísica, baseada na identificação da mãe (ou substituto) em relação à criança. Winnicott nos ensina que a mãe é chamada de “suficientemente boa” porque é

suficiente, pois atende às necessidades do bebê e, *boa* porque atende às demandas do bebê de forma intuitiva. “[...] O ambiente, quando suficientemente bom, facilita o processo de maturação...” (WINNICOTT, 1963a/1983, p.201).

[...] Winnicott valoriza a relação objetal como formadora da subjetividade. Promoveu, no entanto, uma releitura bastante original do tema, ao realçar algumas vicissitudes da jornada do bebê desde a independência absoluta em relação ao objeto, através da dependência relativa, em relação a um objetivo inalcançável: a independência. Do ponto de vista do bebê, ele distinguiu as consequências psíquicas caso a mãe-ambiente fosse ou não suficientemente bom. Do ponto de vista do objeto, descreveu inicialmente um objeto concebido pelo bebê –logo, um objeto subjetivo-, até a possibilidade de o bebê o perceber – logo, de reconhecê-lo como externo Trata-se de uma experiência paradoxal: o bebê cria o objeto no lugar onde este lhe foi oferecido e compreender a riqueza dessa afirmação reside em aceitá-la sem contestação, ou seja: a separação se ampara na união (UNGIER, 2008, p.47).

Existem vários paradoxos sustentados por Winnicott. Em uma das suas famosas frases, escrita no artigo “Ansiedade associada à insegurança”: “There is no such thing as a baby – não existe uma coisa chamada bebê”. Dessa forma, o psiquismo humano possui a base na identidade mãe-ambiente-criança, a partir da qual o desenvolvimento emocional primitivo se desenrola.

Sendo assim, o nascimento não representa nem o começo, nem uma ruptura de um processo; ele se inscreve em uma continuidade de uma história afetiva que o precede. Winnicott (1966/2002) chama atenção para o fato de que a mãe “também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e essas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe” (WINNICOTT, 1966/2002, p.4).

[...] Fiquei alarmado ao me ouvir pronunciar essas palavras, e tentei justificar a minha declaração dizendo que se vocês me mostrarem um bebê, mostrarão também, com certeza, alguém cuidando desse bebê, ou ao menos um carrinho ao qual estão grudados os olhos e ouvidos de alguém. O que vemos, então é a dupla amamentante. (WINNICOTT, 1952/2000. p.165).

Dessa forma, o recém-nascido precisa de um cuidador e, no que se refere ao psiquismo, sem exceção, a presença e o afeto entre outro(s) ser(es) humano(s) são fundamentais para construção do psiquismo.

[...] O psicanalista inglês extraiu uma consequência que mudou radicalmente o nosso modo de pensar a criação de bebês e crianças: a consideração de que a vida psíquica começa numa relação mesmo que o bebê não tem a menor ideia disso. Não é que primeiro haja um adulto e um bebê e depois uma relação entre eles. Não se trata de o

bebê nascer isolado e ter que se conectar com o entorno, como se pensava antes. A relação em primeiro lugar, e é dela que se constitui o sujeito humano (PITLIUK, 2020, p.37).

A teoria relacional winnicottiana é construída a partir de estádios iniciais do amadurecimento, o qual envolve basicamente os processos de maturação e as condições ambientais necessárias para que eles se realizem. Tal consideração vai ao encontro do texto “O ambiente saudável na infância”: “existem dificuldades que independem de moléstias físicas, as quais possuem uma estreita relação entre saúde psíquica do bebê e o ambiente humano que o circunda.” (WINNICOTT, 1967b/2002, p.51).

A ênfase no meio ambiente é fundamental para a utilização original dos termos da metapsicologia psicanalítica proposta por Winnicott... Ele supõe uma força inaugural no organismo transformada, desde sempre, pelo encontro com o meio ambiente.... (IZHAKI, 2007, p.93).

Este psicanalista se debruçou sobre uma linha teórica na qual, desde o primeiro momento do desenvolvimento humano, existe uma comunicação entre mãe e bebê em contínuo enlace afetivo. Tal característica desse vínculo pode ser entendida nos artigos: “Desenvolvimento emocional primitivo” (WINNICOTT, 1945/2000); “O desenvolvimento da capacidade de preocupar-se”, (WINNICOTT, 1963a/1983); “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê” (WINNICOTT, 1960b/2005).

[...] Winnicott derivaria tudo da sua obra, inclusive uma teoria das origens da objetividade científica e uma revisão da psicanálise, a partir desse paradigma do relacionamento mãe-bebê em desenvolvimento. Ele viria a aperfeiçoar ideias a respeito de o que é que havia na mãe de que a criança dependia, e isto o levaria a questões que raramente foram abordadas na teoria psicanalítica... (PHILIPS, 2016, p. 27).

Winnicott propôs, ao longo de sua extensa obra, a suposição de que há semelhanças entre os indivíduos e, por isso, pode se chegar ao conhecimento sobre a saúde emocional do ser humano, que é atrelada ao relacionamento com o ambiente externo, impulsionador do desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, o ser humano se adapta de forma bem-sucedida às exigências da vida, às custas da presença efetiva e afetiva do ambiente que permite, e facilita, o seu crescimento.

2.2 A Mãe-Ambiente

O conceito winnicottiano de “ambiente” não é simples de ser plenamente abarcado. Percebe-se que esse autor utilizou esse termo em composição com outros tantos ao longo de sua obra. Entre esses usos, podemos encontrar também a expressão meio-ambiente e até mesmo mãe-ambiente. Isto é, observamos referências a um lugar/espço propiciadores de condições físicas e psicológicas para o desenvolvimento do ser humano.

Na obra winnicottiana, o conceito de ambiente, ou de fator externo, é extremamente complexo, e, assim como se constitui em uma das principais chaves para entender o seu pensamento, é também, se mal entendido, uma das maiores fontes de equívocos. Quando, referindo-se aos estágios iniciais, e levando em conta o que seria o ponto de vista do bebê, o autor fala de ambiente externo, este só é externo da perspectiva do observador. No início da vida, o ambiente é subjetivo e, nesse sentido, não é externo nem interno. Enquanto subjetivo, o ambiente não é, meramente, uma influência externa... (FRANCA; PASSOS; ROCHA, 2020, p.103).

A noção de ambiente traz o lugar da função materna que é imprescindível na cena com o bebê. A mãe-ambiente exerce a função especializada no início do amadurecimento humano. (WINNICOTT, 1952/2000). É tarefa dela responder às necessidades biológicas do bebê de uma maneira que permita que os processos naturais sigam e as tendências hereditárias de crescimento do bebê se desenvolvam.

A ideia winnicottiana de mãe-ambiente é bem específica e só pode ser entendida a luz de do seu pensamento. O amadurecimento da criança depende do ambiente que não é físico, mas humano. Os cuidados da mãe-ambiente dão sustentação e também facilitam o processo de amadurecimento emocional da criança. Assim, a noção de mãe-ambiente corresponde à noção de mãe devotada comum, que não pode ser entendida separadamente da criança porque “[...] está identificada e profundamente envolvida com seu bebê e com os cuidados que lhe dedica” (WINNICOTT, 1966/2002, p.5).

Winnicott se referiu a diferentes qualidades da mãe no período inicial de dependência absoluta: ser real, empática, devotada, confiável, preocupada, não intrusiva. Todos esses termos podem ser reunidos em uma única expressão, por ele denominada “mãe devotada comum”. Se, de um lado, o bebê precisa de cuidados especializados e da adaptação de uma mãe devotada comum, de outro, a mãe necessita do bebê para se tornar aquilo que ele precisa que ela se torne para atendê-lo (LOPES, et. al, 2013, p.234).

Outrossim, não podemos desconsiderar que os cuidados oriundos da função materna podem ser diferenciados ao longo do desenvolvimento emocional e físico do ser humano. “Ao se

atentar para a necessidade de sobrevivência do bebê, Winnicott afirmava que outras pessoas poderiam atendê-lo de algum modo, como, por exemplo, dando alimento. Com todo, outras necessidades só poderiam ser satisfeitas por uma pessoa que tivesse o *interesse de mãe...*” (SERRALHA, 2016, , p. 47) (grifo do autor)

A compreensão do termo mãe-ambiente traz em sua essência o colo materno e seus cuidados que cercam o bebê. De acordo com Winnicott, as primeiras relações fundantes do psiquismo são ambientais e com base nessas se constituíram as relações objetais.

A mãe é essencial para a teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott. Para o bebê ela é o primeiro ambiente, tanto em termo biológicos quanto psicológicos. A maneira como a mãe se comporta e se sente em relação ao seu filho exercerá uma grande influência sobre a saúde do bebê - particularmente durante a gravidez e logo após o nascimento – pelo resto de sua vida.... (ABRAM, 2000a, p.141).

O relacionamento que a teoria winnicottiana evidencia como necessário ao desenvolvimento emocional humano é um relacionamento de mutualidade entre indivíduo e ambiente. Além disso, pode-se pensar o desenvolvimento do contato indivíduo-ambiente e a importância de esse contato ser bom o suficiente para propiciar a continuidade do ser do indivíduo de um modo saudável.

Hoje sabemos que o bebê é dotado de muitos recursos, pois mesmo dependente, é um sujeito ativo e receptivo no interior de uma espiral interativa com seus parceiros, construindo a continuidade do seu Eu segundo a evolução de suas relações primordiais. A comunicação precoce mãe-bebê é uma criação comum dos dois. A mãe interpreta o bebê, que se organiza adotando para si essa capacidade. Há uma mutualidade entre mãe e bebê, que podem se adaptar ativamente um ao outro, em seus comportamentos emoções e afetos. A observação fina das interações bebê e seu outro/sujeito permitem notar que muitas vezes é ele que inicia a interação e, imprime seu ritmo à troca, um pouco como o maestro dessa sinfonia (ARAGÃO, 2018, p.31).

O conceito de ambiente vem acompanhado com o adjetivo facilitador, o qual é ligado à noção de mãe suficientemente boa. Esta última se refere àquela mãe que reconhece a dependência física e emocional do lactente. Sua identificação com o bebê lhe permite intuir qual é a demanda dele, naquele momento, e respondê-la.

O ambiente facilitador é condição *sine qua non* para que a criança inicie e avance no seu crescimento emocional. Ainda assim, após essa união afetiva da díade mãe-bebê, faz-se necessário a construção paulatina de certo distanciamento para que essa ligação não prejudique o desenvolvimento e o amadurecimento da criança. “Existe uma característica que é essencial a esse ambiente facilitador

é adaptabilidade, ou seja, o ambiente vive um processo dinâmico de se adaptar, desadaptar e se readaptar às necessidades mutáveis da criança, à medida que ela se desenvolva...” (SERRALHA, 2016, p.36).

O processo de amadurecimento não acontece automaticamente, pois precisa ser facilitado por outros seres humanos. Para essa teoria, no início, o ser humano só poderia amadurecer na relação com a mãe-ambiente, suficientemente boa, e de nenhuma outra maneira.

Winnicott espantou seus colegas ao declarar que o conceito de bebê não existia: “Não existe isso que chamam de bebê”. Sempre que vemos um bebê, vemos também um cuidado materno, e sem o cuidado materno não haveria bebê. Os cuidados maternos são preponderantes à maturação, sem os quais o bebê não existiria (KHAN, apud WINNICOTT, 1958/2000, p.40).

Através da experiência de mutualidade, Winnicott também pode valorizar as condições humanas, não humanas, objetivas, subjetivas, externas e internas que envolvem a relação mãe-bebê, que puderam ser reunidas em um conceito capaz de abarcar essas condições que foi chamado o ambiente facilitador. Este termo se modifica e se ajusta às necessidades emocionais da criança em desenvolvimento por meio dos cuidados adaptados maternos, que se desdobra na função especular.

O texto “As metamorfoses do espelho do rosto materno na constituição do *self* da criança” (DINIZ; ROCHA, 2006) aponta para a existência de uma metáfora entre a mãe e o filho. O rosto da mãe é o espelho em que o bebê passa a se descobrir e se conhecer. A metáfora do espelho materno é quando vemos que é a mãe quem dá sentido às expressões de prazer ou de sofrimento da criança. A mãe-espelho receptiva e afetuosa é capaz de refletir os sentimentos do bebê.

Tudo isso só pode ocorrer quando a mãe funciona como um verdadeiro-espelho... A mãe, cujo rosto é um verdadeiro espelho, é a mãe suficientemente boa... A mãe que é um verdadeiro espelho devido à sua capacidade de identificar-se com ele e de sentir suas necessidades, decodificá-las, nomeá-las e traduzi-las simplificadas para o bebê. Logo, isso é um ponto significativo do processo de espelho exercido pela mãe e/ou substituta[...] (DINIZ; ROCHA, 2006, p.138).

Há algo em algumas mães que as tornam aptas para protegerem seu filho e capazes de contribuir para suprir as necessidades da criança. Neste sentido, o cuidado é uma característica da teoria winnicottiana do amadurecimento que contempla a implicação da figura materna.

O cuidado é uma característica da teoria winnicottiana do amadurecimento. Parto de um questionamento inicial: se o bebê precisa de uma mãe que lhe ofereça cuidados iniciais, qual a natureza desses cuidados e o que é essencial para a mãe se tornar aquilo que o bebê necessita que ela se torne? Winnicott estará principalmente preocupado

com a relação, com a vivência, com a forma através da qual o ajuste entre as necessidades iniciais da criança e o cuidado que lhe é oferecido pelo ambiente poderá oportunizar o desenvolvimento pleno das suas potencialidades vitais (GRANA, 2016, p. 51).

No decorrer do desenvolvimento, os cuidados repetidos e sucessivos da mãe suficientemente boa permitirão ao bebê sentir uma continuidade de presença. A comunicação silenciosa e de ternura dessa mulher, através de seu cheiro, seu batimento cardíaco, sua voz, seu olhar, permite ao infante intuir uma presença constante, a qual impulsiona a continuidade do seu amadurecimento emocional. “Quanto ao ambiente, pedaços da técnica do cuidar, dos rostos vistos e dos cheiros sentidos vão gradualmente se transformar num único ser, que será chamado mãe” (WINNICOTT, 1945/2000, p.224).

O ambiente inclui toda a rotina de cuidado que se estende pelo dia e pela noite. Como cada bebê é único, o que uns necessitam, não é o mesmo do que outros carecem. É necessário que a mãe se adapte às necessidades próprias de seu bebê. “O lactente e o cuidado materno juntos formam uma unidade... o lactente existe tão somente por causa do cuidado materno, junto com o qual ele forma uma unidade” (WINNICOTT, 1960b/1983, p. 40-42).

A capacidade de cuidar de um bebê origina-se da experiência materna de ter sido um bebê e que teve as necessidades orgânicas e afetivas supridas/atendidas por uma mãe suficientemente boa. Essa mãe realiza a tarefa de ser um ambiente facilitador para que o bebê possa elaborar imaginativamente o cuidado recebido.

O desenvolvimento saudável requer um ambiente perfeito. Por perfeito Winnicott quer dizer uma mãe cuja preocupação materna possibilita a uma sensibilidade muito íntima e precisa das necessidades e gestos do seu bebê... A mãe funciona como espelho, fornecendo ao bebê um reflexo preciso de sua própria experiência e gestos... (GREENBERG; MITCHELL, 1994, p.141).

É importante salientar que este ambiente possui uma qualidade afetiva importante, no qual o pai tem a função de oferecer apoio/retaguarda à mãe. Sendo assim, a presença paterna é benéfica até mesmo antes da capacidade da criança de reconhecê-lo como pai.

No período da dependência absoluta, bebê e mãe formam uma só unidade; embora indiretamente, o pai participa desta relação e a qualidade da sua presença no ambiente é de extrema importância, pois modula o espírito da mãe: o sentimento de estar protegida e amparada depende, em grande parte, do que o pai é capaz de fornecer. É natural, portanto, a constatação de que todo o efetivo cuidado paterno – faz parte do colo materno que o bebê recebe. Daí a importância de se conjecturar que, nas

formulações de Winnicott, está contida a ideia de que a mãe e o pai, juntos, compõem o ambiente total que o bebê precisa encontrar para amadurecer, ainda que o lugar do pai não seja o mesmo da mãe na relação direta com o bebê. O pai nesse período ajuda a mãe a ser mãe. Se tiver uma presença efetiva e fizer a sua parte, contribui, de maneira preciosa e particular, para que ela seja suficientemente boa. A maternagem, como diz Winnicott (GODINHO, 2014, n.p).

Os pais devem proporcionar ao bebê um ambiente compatível com suas necessidades. “Não teria qualquer utilidade para a criança se lhe fosse oferecido algo que apenas eles considerem necessário...” (Abram, 2000c,p.137). Eles devem tentar suprir as necessidades da criança, respeitando-as, tendo em vista que não serão iguais às de um adulto.

Há quem diga que Winnicott deu pouca atenção ao papel do pai em sua teoria do desenvolvimento afetivo da criança. Sem querer discutir esta observação, o que não se pode esquecer é que, para ele, o pai é um promotor do estágio da preocupação materna primária, na medida em que dá suporte e apoio à mãe e ao bebê. O pai participa, ele também da maternagem, pois cabe-lhe criar um ambiente protetor e provedor (DINIZ; ROCHA, 2006, p.135).

Ao descrever aspectos do cuidado materno, Winnicott ressalta que “o suporte oferecido pelo ambiente não é um trabalho mecânico, mas implica empatia materna” (1960a/1983, p.48). O envolvimento afetivo dos pais ou de alguém que substitua essa função, a empatia, a reciprocidade e identificação são condições indispensáveis para que o ser humano se desenvolva.

A sintonia do afeto pressupõe compartilhar não só comportamentos, mas a qualidade do sentimento que está sendo compartilhado. Nesse sentido a sintonia se aproxima de uma comunhão interpessoal, diferenciando-se da comunicação que busca trocar ou transmitir informações. A comunhão significa compartilhar experiência de outrem sem tentar mudar o que a pessoa está fazendo. (ZORNIG, 2018, p.96).

O autor assegura que esta identificação consciente e inconsciente da mãe para com o filho é algo corriqueiro, afinal a mãe tem lembranças do tempo em que ela foi bebê e cuidada. Este processo só é possível porque a mulher é capaz de regredir e resgatar, inconscientemente, aspectos do bebê que ela mesma foi.

No entanto, não é fácil estar na presença do bebê, pois emerge “a lembrança da fragilidade, da dependência, da necessidade de ajuda, conjunto de traços que fazem parte da representação que o adulto conserva consigo, da criança que foi (AULAGNIER, 1999, p.160).

Consequentemente, existem experiências nas quais cria-se um espaço em que reconhecemos as necessidades do outro e de onde brota o movimento para atendê-las. Assim, se ocuparmos o lugar de quem cuida, é importante que estejamos disponíveis para deixar o outro ser como é, e como pode ser, naquele momento de vida.

[...] Em outras palavras, no princípio, a mãe ambiente fornece o espaço mental no qual o bebê começa a gerar experiência. É nesse sentido que considero que uma nova entidade psicológica é criada pela mãe e (o que está se tornando) o bebê... O ambiente a) muda não somente em relação às necessidades do bebê que mudam (por exemplo, uma necessidade de ser segurado, acalmado, entretido, de mostrar-se), mas também em relação à mudança maturacional e necessidades de desenvolvimento do bebê (por exemplo, amadurecimento das capacidades cognitivas e motoras) (OGDEN, 2017, p. 184-185).

Apesar da grande abrangência da teoria winnicottiana do amadurecimento, ênfase será dado, neste trabalho, ao momento de dependência absoluta, por ser a fase de desenvolvimento infantil durante a qual é permitido à mãe estar com seu bebê no cárcere, na faixa etária de zero a seis meses.

2.3 Dependência absoluta

Segundo Winnicott (1952/2000), o bebê depende da disponibilidade de um adulto genuinamente preocupado com os seus cuidados, isto é, de alguém que possa contribuir para uma adaptação ativa e sensível às suas necessidades, a princípio absolutas. Ele denomina de dependência absoluta o período que vai das primeiras horas do nascimento até aproximadamente o desmame (WINNICOTT, 1963a/1983). Assim, durante os primeiros seis meses de vida, aproximadamente, o ser humano se encontra num estado de total dependência do ambiente, representado, nesta época, pela mãe. Porém, “o mais importante, e que constitui a base da teoria, é o desconhecimento de seu estado de dependência por parte do bebê” (NASIO, 1995, p.184).

Conforme Winnicott (1970/1997), o desenvolvimento emocional primitivo nos primeiros momentos da vida de um indivíduo depende da unidade mãe-bebê, sendo essa união ou dependência determinante para seu amadurecimento emocional. A mãe tem o papel fundamental de lhe propiciar um ambiente seguro, protetor e confiável, que lhe permita caminhar de um estado de dependência absoluta para um estado de dependência relativa.

Winnicott elaborou uma teoria da constituição psíquica cuja base é a noção de dependência. O fato do bebê nascer incapaz de manter-se independente de certas condições externas a ele faz com que, ainda num primeiro momento da vida, seu desenvolvimento esteja atrelado à mãe-ambiente (SALEM, 2007, p.171).

A devoção materna é uma experiência simples e espontânea, pois a mãe sabe que “[...] o essencial constitui a mais simples de todas as experiências” (WINNICOTT, 1966/2002, p.5). Com uma disponibilidade total, a mulher desenvolve esta preocupação, a partir do período gestacional.

Em geral, as mães de um modo ou de outro se identificam com o bebê que está crescendo dentro delas, e deste modo podem atingir uma percepção muito sensível do que necessita o bebê. Isto é, uma identificação projetiva. Essa identificação com o bebê dura por algum tempo depois do parto, e então gradualmente perde importância (WINNICOTT, 1960d/1983, p.52).

Para mais que não houvesse dúvida de que, no início da vida, o lactante possuísse uma dependência absoluta em relação aos cuidados físicos e emocionais de um outro, Winnicott deu relevância à compreensão de que sem a identificação da mãe com o bebê e da união profunda com este, não haveria a construção da subjetividade do lactante. Winnicott (1963c/1983), usa a palavra “preocupação” para indicar que a mulher se importa, que ela aceita a responsabilidade pelo filho que gerou. Desde a gestação, a mulher vivencia um estado de sensibilidade aumentada de crescente interesse no bebê, que continua após o nascimento. *Preocupação materna primária* designa a ligação da mãe de forma mais sensível ao bebê, adaptando-se às necessidades do recém-nascido.

[...] Dentre as teses que defendo, há uma especial: a de que as mães, a não ser que estejam psiquiatricamente doentes, se preparam para sua tarefa bastante especializada durante os últimos meses da gravidez, mas que gradualmente voltam ao seu estado normal nas semanas e meses que se seguem ao processo de nascimento. Já escrevi muito sobre este assunto, sob o título de preocupação materna primária. Neste estado, as mães se tornam capazes de colocar-se no lugar do bebê, por assim dizer. Isto significa que elas desenvolvem uma capacidade surpreendente de identificação com o bebê, o que lhes possibilita ir ao encontro das necessidades básicas do recém-nascido, de uma forma que nenhuma máquina pode imitar, e que não pode ser ensinada... (WINNICOTT, 1963d/2002, p.30).

Quando o bebê é alimentado e acolhido de forma suficientemente boa, o seu entorno passa a ser constantemente descoberto e redescoberto por ele. Em outras palavras, através de uma adaptação ativa às necessidades da criança, o meio-ambiente a torna capaz de permanecer em um estado de isolamento imperturbado, ao tempo que lhe dá confiança no exterior, que se mostra disponível para suas explorações criativas.

A sintonização afetiva entre mãe e bebê, em vez de manter o foco sobre o comportamento externo, desloca a atenção para o interior, para a qualidade do sentimento compartilhado, e é uma parte central dos processos que constroem, na criança, a experiência da intersubjetividade. É assim que o bebê chega a reconhecer o

estado emocional da mãe, seu estilo interativo e percebe as mínimas mudanças nesse estilo... (ARAGÃO, 2018, p.35).

Por outro lado, existem pessoas que cresceram em ambiente diversos – socialmente falando –, mas mesmo assim é possível a criança viver em uma atmosfera afetiva facilitadora para seu amadurecimento emocional. Isso dependerá da maneira pela qual os cuidados são dispensados ao bebê. “[...] quando o lar é suficientemente bom, é ele o melhor lugar para a criança se desenvolver...” (WINNICOTT, 1950a/2005, p.194-195).

Dirigimos nosso olhar em direção a miséria e a pobreza não apenas com um horror mas também com os olhos abertos para possibilidade de que, para um bebê ou criança pequena uma família pobre pode ser mais segura e melhor como meio ambiente facilitante do que uma família numa casa encantadora... (WINNICOTT, 1968b/1975, p.192).

Durante a fase de dependência absoluta, o estado de preocupação materna primária da mãe faz com que ela se constitua um suporte egoico necessário ao bebê por meio de sua adaptação às necessidades dele.

O ego do lactente é muito forte, mas apenas por causa do apoio dado ao ego por uma mãe suficientemente boa, que é capaz de jogar todo o seu ser para se adaptar às necessidades de seu bebê, gradativamente recuando desta posição à medida que o lactente precisa de que ela se adapte menos. Sem este apoio ao ego, o ego do lactente está não-estabelecido, fraco, facilmente perturbado e incapaz de crescer de acordo com as linhas de processo de maturação (WINNICOTT, 1963c/1983, p. 211).

Inicialmente, o bebê ainda não é capaz de reconhecer a si mesmo como uma unidade. Nesta fase denominada de dependência absoluta, a mãe funciona como ego-auxiliar. Será pela identificação da mãe e lactante que se tornam, por um período, um só elemento e ele não pode ser descrito sem sua relação com o meio ambiente.

Ir ao encontro das necessidades do bebê não se torna possível sem que exista o amor incondicional da mãe, o que equivale a ter uma completa empatia com a condição da criança... A preocupação materna primária constitui-se no primeiro ambiente especializado. Nesse estado a mãe é saudável, suficientemente boa e capaz de propiciar um ambiente facilitador no qual o bebê consegue ser e crescer... O ponto que Winnicott deseja que fique bem esclarecido em sua tese da preocupação materna primária é que tanto a criança quanto a mãe estão psicologicamente fundidos desde o princípio da vida do bebê. É um período, portanto, em que ainda não existem relações objetais, mas apenas o suporte egoico fornecido pela mãe ao bebê, além de uma afinidade egoica entre ele e a mãe (ABRAM, 2000b, p. 186).

O termo ego diz respeito a uma das primeiras conquistas psíquicas do amadurecimento emocional primitivo. Inicialmente, é formado pelo conjunto de experiências de cuidado feitos pela mãe-ambiente. Diante de condições favoráveis, isto é, dos cuidados da mãe suficientemente boa. “[...] Por esta razão, é necessário que o indivíduo especializado ao qual me referi com o título de preocupação materna primária”. (WINNICOTT, 1956a/2000, p. 405).

Como disse acima, a mãe grávida se encontra em uma condição muito especial de identificação com o bebê, tanto que existe uma relação subjetiva na qual ela e o bebê são o mesmo conjunto ambiente-indivíduo. Nessa condição, segundo Winnicott no artigo “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”, o bebê é associado pela mãe à ideia de um objeto interno de interesse e cuidado:

Constatamos na mãe grávida uma identificação cada vez maior com seu filho. A criança é associada pela mãe à ideia de um objeto interno, um objeto imaginado para ser instalado dentro e aí mantido. O bebê tem outros significados na fantasia inconsciente da mãe, mas é possível que o traço predominante nesta vontade é uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio si-mesmo para o bebê... (WINNICOTT, 1960a/2005, p. 21.)

Mas nem sempre a identificação da mãe com o seu bebê acontece de forma harmoniosa. Para Winnicott (1960c/2005), há duas classes opostas de distúrbios maternos. De um lado, existe a mãe cujos interesses diversos se sobrepõem à dedicação ao bebê, impedindo-a de entregar-se ao estado de preocupação materna primária. Por outro lado, também existe a mãe que não consegue recuperar-se naturalmente da preocupação materna primária:

[...] A mãe patologicamente preocupada não só permanece identificada a seu bebê por um tempo longo demais, como também abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta. Quando a mãe normal vai deixando de preocupar-se com seu filho, o que ocorre é uma espécie de desmame. O primeiro tipo de mãe não consegue desmamar o filho porque este nunca a teve de fato para si, de modo que o desmame deixa de ter sentido; a outra mãe doente é incapaz de desmamar, ou tende a fazê-lo subitamente, sem dar atenção à crescente necessidade da própria criança de ser desmamada (WINNICOTT, 1960c/2005, p. 22).

Para Winnicott, o ambiente que a mãe dispensa ao bebê requer uma qualidade humana, e não uma perfeição mecânica. Quando existem condições adequadas, como em geral acontece, o bebê pode desenvolver a capacidade de ter sentimentos que, de alguma forma, correspondem aos sentimentos da mãe que se identifica com ele; ou, talvez eu devesse dizer, da mãe que está

profundamente envolvida com seu bebê e com os cuidados que lhe dedica (WINNICOTT 1987e [1966], p.5).

Algumas mães podem não ser suficientemente boas. A mãe que não é capaz de se identificar, terá dificuldades de alcançar a idiossincrasia do seu bebê. Estima-se que as mães precisam ofertar cuidados de acordo segundo o ritmo das necessidades do bebê. Entretanto, caso não consigam se afastar, temporariamente, de outros interesses diários, não conseguirão preocupar-se com o seu bebê a ponto de existir uma desadaptação às necessidades da criança.

No caso acima, Winnicott afirma que estas mães poderão, futuramente, ter um período para adaptar-se às crescentes necessidades de seus filhos, mas que esse tempo não será garantia de que elas consigam corrigir as ausências deixadas no início da vida do bebê. O excesso de desadaptações maternas provoca problemas iniciais no amadurecimento humano.

[...] Esse tipo de falha pode levar a criança, por exemplo, a exigir que o ambiente volte a ser confiável, atacando esse ambiente na esperança de que este a sustente (como ocorre no caso da privação e seu consequente sintoma, a atitude antissocial... (FULGENCIO, 2004, p.266).

Apesar da mãe-ambiente ser essencial nessa tenra idade, e de que uma mãe cuja preocupação materna possibilita uma sensibilidade para atender/compreender às necessidades e gestos de seu bebê seja indispensável, o desenvolvimento saudável deste último requer um ambiente perfeito só temporariamente.

Agora, permitam-me voltar ao estágio inicial do desenvolvimento do bebê, o estágio de dependência absoluta. O bebê recém-nascido, cheio de genes e potencial genético, mas incapaz de realizar qualquer coisa exceto através da agência do meio ambiente adaptativo. a princípio o meio ambiente é a mãe, que na (saúde) está identificada com seu bebê num grau considerável, por algumas semanas antes de seu nascimento e por algumas semanas ou meses depois, até ela começar a se separar conforme a necessidade crescente do bebê de tê-la como uma coisa separada (WINNICOTT, 1968c/1997, p.224).

A mãe-ambiente, base de um envolvimento afetivo intenso com a criança - semelhante a uma fusão -, se direciona para um distanciamento. Gradativamente, esta relação afetiva intensa se esmaecerá, ou seja, o cuidado da mãe suficiente boa se tornará menos intensivo com o crescimento físico da criança.

No início, o indivíduo não é uma unidade. Para o observador externo, a unidade é o conjunto ambiente-indivíduo [...] Se tudo correr bem, o ambiente criado pelo indivíduo tornar-se bastante parecido àquele que todos geralmente percebem, e nesse caso acontecerá algum dia um estágio no processo de desenvolvimento através do qual

o indivíduo passará da dependência à independência[...] (WINNICOTT, 1952/ 2000, p.308).

É certo que, ao tornar-se mãe, é preciso se oferecer ao bebê como objeto de identificação para que a relação se constitua. A mãe oferece aqueles cuidados que a sua função lhe autoriza fazer, e é criada uma relação de identificação. No entanto, neste envolvimento afetivo, há uma passagem gradativa da unidade inicial mãe-bebê para a independência do bebê, que cresce à medida em que ele se descola da mãe.

Nesse tempo de cuidado com o cuidador abrem-se espaços de ressignificações elaborações do bebê. Este último precisa de um outro disponível - que o ajuda a integrar suas experiências vividas. Para isso é preciso que o adulto entre em sintonia afetiva com bebê e consiga traduzir e decodificar suas necessidades afetivas; isto acontecerá por meio do mecanismo de identificação do adulto ao lugar ocupado pelo bebê. (PATRICIO, p.159, 2018).

Assim, é pela interação com o outro – a mãe primeiramente; mais tarde com a família, por exemplo –, que a criança terá o seu crescimento emocional enriquecido, complementando o processo que se estabeleceu durante a fase de dependência absoluta.

Chegando ao término dessa parte dedicada às teorias que nos permitirão uma maior compreensão do conteúdo das entrevistas realizadas para esta pesquisa de tese, passamos agora à restituição e análise das mesmas.

PARTE III

ENTREVISTAS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 1

ENTREVISTAS

Apresentei-me na entrada do presídio para iniciar o trabalho de campo desta tese. Para tal finalidade, conversei com um grupo de cinco agentes que estava em frente ao pavilhão. Esclareci que eu tinha o interesse em conversar com as apenadas gestantes e com aquelas que tiveram a experiência de tonar-se mãe no cárcere. Uma das agentes olhou para mim e disse que “tem essas aí”: Laura; Ana Maria; Andréia; Carla. Ao escutar esses nomes, não consegui distinguir quem seriam as gestantes, as puérperas e aquelas que já se separaram de seus bebês. Consegui diferenciá-las, apenas, no momento da entrevista.

A sensação que tive quando escutei “tem essas aí” foi de uma suposta anuência por parte das apenadas. Haja vista que estão ociosas, não imporiam objeções às entrevistas. No instante de conhecimento dos nomes, não soube se era manifesta a disponibilidade dessas mulheres encarceradas em participar deste trabalho.

Tal situação me suscitou dúvida. Para desfazê-la, utilizei, no início de cada entrevista, o TCLE⁴. Uma situação foi unânime: elas não deram importância aos esclarecimentos ditos por mim sobre esse documento. Ouviam sem interesse. Não quiseram lê-lo, mas o assinaram.

A pergunta disparadora da entrevista aberta possibilitou a escuta clínica de conteúdos na forma de narração, oriundos de associações sobre a maneira de como Laura, Ana Maria, Andréia e Carla lidaram com a experiência emocional de tornar-se mãe no cárcere.

Para cada uma delas, apresentei-me como pesquisadora. Disse que iniciei uma pesquisa sobre o tornar-se mãe no cárcere e gostaria de conhecer a experiência delas. Para isso, iria entrevistar aquelas que quisessem falar sobre tal momento. Após essa informação fornecida por mim, todas me olharam com interesse em falar. A necessidade de serem escutadas transpareceu e se tornou uma realidade palpável. O leitor poderá ler os relatos das entrevistadas que estarão em *itálico*.

⁴ A resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) traz diretrizes e fundamentos éticos para pesquisas científicas que envolvem seres humanos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE deverá ser assinado pelo participante, caso ele seja a favor de sua presença, dos riscos e dos benefícios na pesquisa. No apêndice, o leitor encontrará-lo-á.

1.1 Laura

Laura, enquanto fala, olhos grandes e espertos me fitam com firmeza e sem vergonha alguma, apesar de ser nosso primeiro encontro. Ela não esteve constrangida. Tudo foi transmitido como um desabafo em torno de momentos de choro.

Conforme a narrativa de sua história segue, sua voz vai ficando mais baixa, mas continua se referindo a mim sempre como senhora. Seu corpo internalizou a obediência, os olhos não. E eles me olhavam a fundo, me encarando, me despindo, como se eu compreendesse que o fato de estar ali não era por ser de alta periculosidade, mas por ter feito escolhas erradas.

Apresentou seu lado de cuidadora na cela 15. Fazia amamentação cruzada. Dava conselhos se percebesse alguma companheira triste nesse ambiente. Era solícita. Entretanto, aos olhos da direção do presídio era tida como “demônia”, por incitar brigas e bate-bocas na cela em que está. Não falo da Cela 15Cela 15 que é destinada para as gestantes e puérperas, mas da cela do outro pavilhão. Ela mudou de cela quando entregou a sua bebê para mãe. Como foi dito em capítulos anteriores, as mulheres apenas permanecem na Cela 15 na condição de gestante ou puérpera.

Enquanto seus pais estavam casados, sentia-se protegida. Aquele homem mais velho era atencioso e a tratava com carinho e cortesia. Sentiu falta dele quando os pais se separaram. Atualmente, sua genitora possui um novo cônjuge. Tem uma única irmã do primeiro casamento da sua mãe. Esta tia da criança e a avó materna se ocupam em ficar com a filha, enquanto Laura cumpre pena privativa de liberdade.

No início de sua adolescência, viajou para São Paulo com um namorado. Nessa cidade, começou a trabalhar como babá. Disse que cuidar de uma criança, despertou-lhe o sonho de ser mãe. Não permaneceu muito tempo na cidade paulistana. Voltou solteira para Paraíba.

Meses depois de sua chegada, casou-se. Teve a primeira gestação. Simultaneamente ao transcurso dessa gravidez, Laura soube que seu marido (genitor da criança) se relacionava com outra mulher, além dela. Separou-se. No parto, a bebê nasceu sem vida. Ficou desnorteada. A realidade violentou suas expectativas de ser mãe.

No começo eram flores. Nos dois primeiros anos foi tudo bem, mas quando eu engravidei, ele se envolveu com outra mulher e engravidou ela. Quando eu estava com sete meses de gestação, a outra estava com quatro. Passei maus bocados na mão dele. Essa minha bebê sufocou dentro da minha barriga e nasceu morta. Ela era minha benção de Deus. Ele levou minha filha para ser enterrada. Meus pais não deixaram eu ir. Entrei em desespero. Entrei em depressão. Quando eu cheguei em casa de resguardo, ele não me ajudou. Eu cheguei na sexta-feira. No domingo foi dia dos pais, eu liguei pra ele chorando muito dizendo que estava precisando dele e ele simplesmente disse que ele estava com os filhos dele. Era justamente o filho da traição. Larguei ele. Eu não procurei a minha mãe, nem minha irmã. Eu não procurei

ninguém. A partir daquele momento, eu não queria mais filhos. Meu sonho de ser mãe tinha sido enterrado junto com minha primeira filha. Eu não queria mais ser mãe. Depois de dois anos, eu engravidei.

A segunda gestação “*não desejava engravidar*”. Envolveu-se durante três meses com um homem que saía para “curtir a balada”, mas não era “*nada de sério*”. Nesses encontros, engravidou. Não quis continuar mais com ele e separou-se, no início da gestação.

Segundo Iaconelli (2007), após ter um filho natimorto, há mulheres que anunciam em curto espaço de tempo, o surgimento de uma nova gravidez movida pelo possível desejo de reconstrução do vínculo afetivo perdido com o natimorto. O estudo do luto perinatal envolve a compreensão de uma perda específica e rompimento de vínculos afetivos. Além disso, essa autora afirma que a morte de um ente querido traga também perdas secundárias, pois nem sempre está claro, o que foi perdido nessa relação com o natimorto.

Laura estava aturdida pelo choque de não ter podido ir para o enterro da sua primeira filha. Ficou desorientada e exasperada com a notícia da morte de sua bebê. Seu desejo para se despedir de sua filha não foi sequer escutado. Foi uma perda inesperada que trouxe pouca informação sobre a causa desse óbito. Na fala acima, trouxe sinais que me levam acreditar na incompreensão da sua dor pelos familiares. A família nuclear, que não a deixou enterrar sua filha, desconsiderou as repercussões afetivas que acometeram essa mãe. “Para que o luto seja elaborado deve existir o reconhecimento da família da dor do sujeito” (IACONELLI, 2007, p.614). Vendo por esse lado, o luto perinatal de Laura foi a primeira separação abrupta da relação mãe-bebê.

Parto da ideia de que, mesmo havendo uma mãe desejante, a ambivalência pode transpassá-la. A fala de Laura apoutou para quais desejos essa segunda gravidez veio a satisfazer. Não existe gravidez que ocorra ao acaso. Conforme Dolto (1984), a mulher pode receber um filho sem tê-lo querido conscientemente, isto é, seu querer inconsciente existiu sem que se desse conta.

Fez o exame de sexagem fetal. Estava grávida de uma menina. Iniciou os exames de pré-natal sem a presença do pai da criança. Quando estava grávida da segunda filha, morou com um novo companheiro.

No início da sua segunda gravidez, envolveu-se amorosamente com um chefe de facção criminosa. Sentir-se “*protegida e acolhida na boca-de-fumo*” era o que naquele momento a “*fazia feliz*”.

Era gestante de três meses quando foi presa. Em certa noite, esse homem teve a responsabilidade de receber e distribuir uma grande quantidade de droga. Pressentiu o perigo de ser

presa estando grávida. Chorou muito com a situação. Disse a ele que pensasse na filha dela, pois não estava mais “*sozinha no mundo*”. Ela não pensava “*em nada mais do que ter a filha e de ser mãe; sempre, sonhei em ser mãe*”. Quando aquela droga chegou na casa onde viviam, Laura teve a “*vontade de sair dali*”. Atualmente, cumpre uma pena de mais de vinte anos por tráfico de drogas.

Deu vontade de não receber [a droga], mas se eu não recebesse aquela droga que o pessoal estava entregando em frente da nossa casa, se eu dissesse que não queria, arriscaria a minha vida e da minha bebê. Então, mandei os traficantes entrar. Não fez vinte minutos, a polícia chegou. Eu sei que eu errei muito na minha vida, mas um filho muda tudo, mudou minha forma de pensar, mudou os conceitos que eu tinha pra minha vida. Ter um bebê é uma benção. Antes, eu não tinha tanta perspectiva. Ganhava dinheiro para ostentar. Tinha tudo aquilo que queria, na hora que quisesse. Depois que tive minha filha, tudo que penso é para ela, tudo que penso é cuidar dela.

Nesse sentido, suponho que Laura ressignificou a sua vida no tráfico de drogas, a partir da presença de uma criança em seu ventre. Sentia seu estado gravídico envolto de plenitude. Se por um lado, ela dizia estar em risco de morte, por outro, tendia a idealizar sua condição de gestante como uma “*benção*” e um gatilho para poder deixar de viver no mundo do crime. De acordo com a fala de Laura, o tornar-se mãe a fez vivenciar a fantasia onipotente que um “*um filho muda tudo*”. Mesmo Laura não desejando engravidar, ela não rejeitou a gestação. A partir do conhecimento dessa segunda gravidez, aceitou-a incondicionalmente.

O pai da minha filha pediu para eu abortar devido ao medo que tinha do meu companheiro que estava naquela época. Ele [o pai da criança] me deu oito comprimidos de citaltec⁵ [sic] Eu disse a ele que tinha tomado e não tomei. Minha filha tem um ano e seis meses e ela não é registrada. Ele lembra dela na páscoa... Teve aniversário dela, ele mandou presente, mas ele não queria ser o pai dela. Ela não foi uma filha desejada por ele. Não é uma filha desejada por mim, mas mãe é mãe. Eu tive ela. Ela é o fruto da minha mudança, fruto do meu amadurecimento, fruto de tudo aquilo que eu projeto hoje para mim. Diferente para ele. Ela não é nada porque ele não se preocupa se ela tem uma fralda, se ela tem um leite, se ela está bem, se ela está doente. Fica complicado porque minha filha nem tem mãe, [porque Laura está presa e não está ao lado da filha], e nem tem pai... Minha filha não tem registro e para completar ele [o pai da criança] foi preso esta semana.

A presença, proteção e carinho do pai são importantes para que o ambiente afetivo que circunda a díade mãe-bebê seja tranquilo ao desenvolvimento da preocupação materna primária. Neste sentido, os pais construiriam um ambiente familiar de cuidados na qual o bebê se enlaça. Com

⁵ Cytotec® é o nome comercial do Misoprostol medicamento cuja função original era para o tratamento de doenças estomacais, mas cujas interações medicamentosas facilitam a expulsão do embrião e/ou feto.

isso os pais criam certas condições afetivas que permitem a criança desenvolver suas potencialidades forma sadia e natural.

[...] O que me preocupa de modo específico não retrocede nem ao momento da concepção, nem avança tanto quanto a construção de um lar. Estou preocupado com a relação que a mãe tem com o bebê pouco antes do parto e nas primeiras semanas e meses após o nascimento. Estou tentando chamar a atenção para a imensa contribuição ao indivíduo e à sociedade que a boa mãe comum faz desde o começo, com seu marido dando suporte... (WINNICOTT, 1957a/2005, p. 118).

Laura continua a falar. Diz que a Cela 15 era intranquila e barulhenta. *“Muita mãe junta. Muita mulher grávida. Muitas mães de primeira viagem. Crianças chorando. Era muita mãe querendo ir embora para cuidar de seu bebê em casa. Era muito stress, muita briga e muita confusão”*. Após narrar esses desassossegos vividos na Cela 15, comentou traços de desamparo diante da experiência de tornar-se mãe no cárcere:

Foi uma época difícil. Quando você tem um bebê você tem que cuidar do seu bebê você sabendo ou não sabendo. Você vai ter que aprender porque não vai ter ninguém para te ajudar. Ninguém para orientar, a não ser as companheiras que estão na cela. Então é uma situação que estar grávida em uma unidade [presídio] é uma situação muito complicada. As agentes não interferem nos cuidados com os pirráis [pirralhos]. Elas só fazem a custódia para que ninguém se aproxime, para que também ninguém ajude a gente para cuidar de seu filho.

Existiu um clamor de Laura para buscar um apoio, em sua nova condição de ser mãe, que foi atendido pelos cuidados compartilhados vindos das outras mães da cela. Sinal de desamparo foi um dos pontos que se sobressaiu na fala de Laura. Deixou claro que não existiu alguém para estar ao seu lado na hora do parto. Desejou sentir-se protegida. Necessitou a presença de um outro que pudesse ajudá-la, nesse desconforto e desamparo em sua experiência de maternidade na prisão. Diante dessas faltas, tem a experiência de tornar-se mãe no cárcere como uma situação dolorosa e solitária.

[...] Ora, o estado de desamparo, na medida em que ratifica a incapacidade de autoajuda, torna-se, ao mesmo tempo, uma abertura para a alteridade, pois, nele, um grito é lançado na direção de um outro e, se esse grito ficar sem resposta, o desamparo tornar-se-á desespero. Essa abertura em direção ao outro é um apelo que o desamparado faz para ser cuidado e o cuidado aqui deve ser entendido (ROCHA, 2013, p.459).

Desde a infância, Laura trouxe a marca da necessidade de cuidado e de proteção. Aqueles sujeitos, que possuam alguma necessidade de amparo e não encontrem alguém que os ajude nas

dificuldades impostas pela vida, podem trazer desolação. Suportar a experiência de tornar-se mãe no cárcere pode ter sido uma das intempéries mais difíceis que Laura vivenciou.

Existiu um período que encontraram celular em uma das celas e o castigo por isso se estendeu para a cela quinze. Teve um tempo que a gente chegou a tirar trinta dias sem visita, de castigo todo mundo. Ave Maria, coitada da gente! Tira tudo. Fica sem nada: sem televisão; sem visita; sem banho de sol e isolada. Nos momentos mais perturbantes era a fome que a gente passava sem visita porque começa a faltar as coisas de todo mundo. Exatamente todo mundo naquele nível de estresse.

Comumente são os parentes ou os conhecidos das apenadas que trazem alimentos e itens de higiene pessoal nos dias da visita semanal. A unidade prisional dispõe desses produtos. Entretanto, as quantidades são ínfimas para cada apenada. Isso acontece porque as encarceradas usam produtos alimentícios e materiais de higiene pessoal como moeda de troca para a aquisição de drogas e/ou celulares dentro da cela.

Era chororô dos pirraí [pirralho]. Juntava todo mundo chorando. Creio em Deus, Pai! Aquele de quem o pirralho chorasse menos, ia ajudar as demais a tentar fazer comida. Foi difícil minha gravidez aqui. Foi muito difícil. É muito difícil estar em uma unidade presa. A gente não tem assistência. Quando a gente precisa, não tem alimentação necessária. A gente passa fome dentro da 15 [Cela 15]: comendo biscoito de água e sal com água e não foi só minha situação não, foi a situação de várias pessoas.... A gente compartilhou o melhor momento, dentro do pior momento da nossa vida. Ser mãe é o melhor presente que Deus pôde me dar e para muitas delas também. Eu aprendi muito com tudo isso daqui. Esse lugar, com certeza, é o pior momento na vida de cada uma da gente. Esse lugar não existe. Sei que a gente deve pagar o que a gente faz, mas esse lugar não traz realização para ninguém. Esse lugar revolta.

Laura disse que algumas mães da cela 15, não tinham visita de familiares por diversos motivos. Esses moravam longe do presídio e não tinham dinheiro para locomoção. Nesse sentido, Laura exemplificou o que fazia com essas mães que não tinham visita:

Era assim, doutora, minha filha tinha um pacote de fralda. Outras não tinham para seu bebê. A penitenciária doava em caso de necessidade, mas tudo era muito contado [em pequena quantidade]. Eu tinha visita, então se uma pessoa me ajudava e eu via que ela não tinha condição de dar algo melhor a filha dela, eu mandava fazer o meu dia da faxina, que eu dava o leite ou a fralda da filha dela. Assim, gente se virava, uma ajudava a outra.

O tempo da primeira entrevista acabou. Sugeri para ela um segundo momento de conversa no dia seguinte.

Concordo, doutora. Preciso falar mais. Não tenho problema com isso. Falar é doloroso, mas a gente precisa. Preciso ser forte dentro desse lugar. A gente não tem espaço para ser fraca. Aqui a gente não tem espaço pra ficar conversando sobre nossa vida pessoal com as pessoas porque esse lugar a gente não tem amigos. A gente tem uma ou duas pessoas que a gente acha que a gente pode confiar. Outras, na primeira oportunidade, têm uma raiva de qualquer besteira e tudo divulga da tua vida aos quatro ventos. A gente não tem espaço para estar conversando. A gente conversa, geralmente, com as pessoas que acompanharam um pouquinho dessa trajetória, como as meninas que vieram da quinze [Cela 15]. A gente já conversa desde lá, pois a gente sabe o que a gente passou juntas. Aquilo ali então a gente conversa mais com elas. Com as outras demais, não, para justamente não ocorrer esse risco da pessoa saber tua fraqueza e usar isso de forma pra te atingir. Converso aqui com a senhora porque sei que você me escuta, sem apontar, sem me criticar.

Tal fala aponta para a escuta clínica ser também necessária com as mães encarceradas. “Quando a guarda [a agente] me chamou dizendo que a mulher da entrevista queria conversar comigo, eu disse para mim que ia ver o céu”. Essa expressão metafórica me permitiu pensar na “permissão” dada para eu poder testemunhar momentos de sua história sobre suas relações interpessoais. Momentos de “respirar” uma realidade distinta daquela imposta pelo encarceramento. Outrossim, aqueles momentos de entrevistas vieram possibilitá-la a expressar o interesse em ser escutada em uma paisagem livre longe do tolhimento de sua liberdade para respirar.

Repensou várias situações da vida de infratora e se arrependeu por estar na cadeia.

Nesse lugar, vejo todos os meus sonhos sendo tirados. Queria uma oportunidade para fazer diferente. Já peguei tanto tempo que independentemente de você se arrepender ou não do que você fez, de você ter filho ou não, você vai ter que tirar cadeia. Eu não tenho direito a domiciliar porque eu sou dita como presa de alta periculosidade, como se eu fosse uma pessoa do mundo do crime, tipo o Fernandinho Beira-Mar.

Nesse sentido, Zeferino Rocha (2008a) afirma que a vivência humana é um aprendizado, um saber. Ela tem um polo subjetivo em que se destaca aquilo que o sujeito diz a respeito do que viveu e descobriu no encontro com os objetos.

Enquanto forma de saber, a experiência humana resulta da importante aprendizagem da vida. De fato, ninguém desconhece que a vida é uma contínua e inacabada forma de aprendizagem. Enquanto vivemos, estamos sempre aprendendo e a tarefa de aprender, na vida e com a vida, é uma tarefa que não termina nunca. Viver, em última análise, talvez não seja outra coisa senão isso. Vive-se aprendendo, e aprende-se vivendo... Ninguém ignora que existem vivências muito profundas, que tanto podem ser enriquecedoras para o sujeito, quanto traumatizantes (ROCHA, 2008a, p.102).

A chegada de uma criança, que possa se constituir como bebê humano, pressupõe sua espera. “É na antecipação de sua chegada, tecida a partir de identificações e fantasias, que algo da ordem da ambiência psíquica pode ser construído para recebê-lo” (IACONELLI, 2007, p.616). Acredito que este espaço psíquico tem seu correlato com as fotografias do bebê no ventre e a construção de um espaço físico (quarto) e enxoval, por exemplo.

Mesmo antes de vir presa, nos três meses que passei na rua estando grávida, eu estava fazendo pré-natal, comprando o enxoval. Ter o prazer de tirar umas fotos, guardar como recordação e ver que isso se desmoronou. A gente não vai ter uma memória futuramente pra dizer assim: filho uma foto sua quando era pequeno. Então é assim, a gente é privada de tudo isso, nada disso a gente tem. Você é mãe de um filho que vai ser cuidado pelos outros porque são poucas crianças que chegam aqui e reconhecem a mãe como mãe. Ela chama minha mãe de mãe, minha irmã de mãe. Você não tem a satisfação de realmente de ter sua família perto do seu bebê. Você não tem o direito de ter sua família do lado. Estar próxima de alguém que você tenha necessidade de olhar assim e dizer: poxa estou protegida, tem alguém aqui pra cuidar de mim. Você no hospital, você tem o bebê, você cuida dele sozinho. Você está lá de resguardo, você pega seu filho, tem duas agentes ali do seu lado, mas elas não vão te ajudar.

A condição de estar encarcerada tolhe as mães em seu direito de ir e vir. Entretanto, por mais que o ambiente prisional seja escasso de elementos de natureza afetiva, essa dimensão de precariedade não anulou a relação de Laura com sua filha. Essa mulher desenvolveu traços de ternura que aconchegou tanto sua bebê, quanto as demais crianças da Cella 15. Através de sua maternagem foi conhecida como “mãezona da cela”:

Eu arrumei um bocado de menino. Eu arrumei um bocado de filho. Quando via algo errado no cuidado de outras mães com seus bebês intervinha. Às vezes, algumas mães não sabiam amamentar, outras deixava o bebê ficar assado. E alertava: Oh, mãe! Não faz assim, não faz assim. Mesmo assim, se achava que as coisas não caminhavam bem, chamava a polícia para intervir. Se essas mães estivessem na rua, elas já tinham dado o bebê para adoção. Eu fui mãe postiça. Eu gosto muito de criança. Tomei conta de um bocado de bebê e amamenteei alguns.

Laura amamentava e cuidava de outros bebês⁶, enquanto as puérperas se ausentavam do presídio. Não é permitido à mãe levar seu bebê no momento da audiência. Neste caso, Laura ficava cuidando da criança na ausência da genitora.

Além dessa separação temporária mãe-filho, há outra situação em que acontece o mesmo afastamento. A genitora não acompanha o bebê na ida à maternidade para fazer o teste do pezinho.

⁶ Tal atitude tinha o consentimento das genitoras.

“As agentes levam só a criança. A minha foi chorando daqui para lá e voltou chorando de lá para cá porque só o que cala é o peito”.

A bebê de Laura acordava *“muito cedo”*, às cinco horas da manhã. Alguma companheira de cela se solidarizava com a situação, pegava essa bebê, dava banho, fazia o mingau, enquanto Laura dormia mais um pouco.

Laura fazia a mesma coisa, se uma outra mulher precisasse dormir mais um pouco. Entretanto, existiam apenadas que não permitiam ser ajudadas com os seus bebês. E, Laura respeitava. *“Resumindo: tinha as pessoas que se ajudavam. Tinham as pessoas que não gostavam de ajudar e queriam fazer tudo sozinhas. Essas daí não trocavam cuidados com as outras. Era só ela e o bebê. Ninguém podia tocar nele e nem dizer nada”.*

A sua pena está sentenciada em mais de uma década. *“Uma [pena] deu o tempo de quatorze anos e outra de dezesseis anos. É mais um sonho de mãe indo embora porque eu não vou ver minha filha tão cedo, porque eu tô perdendo tudo da vida dela”.* Isso a faz se sentir fadada a perder o vínculo afetivo com a sua filha.

É claro que a própria mãe também deve estar preparada para encontrar, na volta, o seu filho transformado. Embora ele possa responder as suas expectativas, saudando-a efusivamente, a mãe não deve ficar surpresa se seu filho mostrar-se frio e distante por algumas horas ou por um ou dois dias. Deve-se lembrar-se de que pode ser que ele nem mesmo a reconheça – o que representa um terrível choque para o orgulho materno. Além do mais, após haver reagido a ela, ainda poderão ocorrer dificuldades, porque a criança pode tornar-se extremamente dependente, exigente e ciumenta. Se suas manifestações de angústia forem bem aceitas, gradualmente as coisas irão voltando a seu estado normal, mas se vierem a persistir poderão transformar-se num problema (BOWLBY, 2002, p. 9).

A avó materna foi compulsoriamente eleita a guardiã, pois é a única pessoa disponível para cuidar da neta. Não houve uma convivência prévia entre essa adulta e a bebê. Essa senhora tem condição financeira limitada. Seu rendimento é pela Bolsa Família. Na casa onde a criança está, a avó materna mora com o marido (padrasto de Laura) que é alcóolatra.

A convivência teve desassossegos. Seu padrasto praticou abuso sexual nela. Além de perverso, é um homem agressivo. Certo dia, ameaçou a avó materna da bebê, a tia materna, Laura e a criança a golpes de facão. Dentro de um cenário em que o padrasto é capaz de matar, a avó, a irmã e a bebê correm risco de morte. A tia preza pela segurança física da sobrinha, então a leva para sua casa. Isto é, dependendo da conduta do padrasto, a tia traz a sobrinha para a casa da avó materna da criança.

Minha mãe não tem condições de ficar com ela. Minha mãe já tem uma certa idade. Não tem condições de estar com ela direto. Ela, então, fica da casa da minha irmã para casa da minha mãe, de um lado para o outro. Hoje, minha filha fica nessa situação de um lado para o outro. Então assim, ser mãe só porque vai ter o bebê? Só que minha irmã trabalha. Não têm condições de dedicar o tempo dela inteiro a minha filha. Depois do nascimento, minha filha fica de casa em casa. Não tive opção. Tive que deixar com minha mãe, ela é responsável pela minha filha.

Nesse cenário, a função materna poderia estar fosca? A companhia da avó e da tia maternas é inconstante, pois a conduta agressiva do padrasto não permite que elas tenham disponibilidade de manter uma rotina de cuidados com a filha de Laura. O que se acredita ser essencial à saúde mental é que a criança tenha a vivência de uma relação calorosa e contínua com um adulto que desempenhe regularmente, o papel de mãe-ambiente.

Quando estava na cela 15, a expectativa de separação compulsória foi vivida concomitante ao desenrolar do vínculo de afeto com sua filha. Laura, mesmo antes de se enlaçar afetivamente com sua bebê, já tinha a certeza que ia se separar dela. Durante toda a entrevista com essa apenada, senti seu choro de fragilidade emocional diante do imperativo de desligamento imposto pela lei. O conhecimento sobre distanciamento obrigatório de sua filha é penoso.

Desde que nasce, a gente só tem sossego, quando ele está na barriga. Quando nasce, todos os dias, é automático dizer: Ai, meu Deus, daqui a cinco meses meu bebê vai pra casa. Meu Deus só falta cinco! Eu posso ver agora, posso pegar e mais adiante ele vai para casa. É automático, todos os dias quem tem filho sabe, sem nenhuma exceção, que daqui a tanto tempo, o filho vai embora. Eu mandei minha filha antes para casa porque foi muita pressão, foi muita coisa junta.

Ela não conseguiu ficar com a filha até o prazo de seis meses. Lembra dessa situação e fala que “*podia ter tido um tempo maior com ela*”, mas Laura não quis esperar, angustiou-se e fez a separação antecipada do convívio com sua bebê.

1.2 Ana Maria

Deparei-me com uma mulher esguia, com olhos azuis e com certo ar de introspecção. Estava maquiada, cheirosa e risonha. Muito amiga de Laura e a chamava de “amigona da Cela 15”. Percebi que Laura conversou com ela sobre o nosso encontro passado. Eu fui a primeira pesquisadora para quem Ana Maria resolvera contar sua história. Durante todo o tempo em que a entrevista se estendeu, ela não entendia “*por que uma pessoa queria escutar uma história de vida tão sofrida e trágica*”.

Tem quatro filhos. Três estão com o pai das crianças -seu marido. Escolheu sua mãe para ficar com sua filha. Diferente das outras mulheres, seus filhos têm o mesmo pai, o qual a acompanhou em seu período gestacional.

Ana Maria é ré primária. Ela foi presa por tráfico de drogas. Morava com seu marido em um bairro da periferia da cidade. Ambos trabalhavam na coleta seletiva de resíduos. O lixão, ao lado da casa onde moravam, era o lugar onde trabalhavam informalmente. Era mínima a quantia recebida nessa atividade. Passavam fome. Certo dia, recebeu uma proposta de levar certa quantidade de droga de um bairro a outro de João Pessoa. Aceitou-a incondicionalmente, pois era urgente a necessidade por dinheiro. Após denúncia anônima, a polícia seguiu Ana Maria e prendeu-a com grande quantidade de droga.

O criminoso não é tão doente na medida em que, no momento do crime, tem esperança de uma folga da loucura... O contato da sociedade é parte integrante da doença do antissocial... Em termos de doença infantil isso significa que a criança antissocial, muitas vezes um caso sem esperança... (WINNICOTT, 1953a/2005, p.60)

A visita da mãe, do marido, da irmã e dos filhos é semanal. Enquanto encarcerada, seu marido sempre a visitou nos dias de visita íntima. Nunca fez uso de método contraceptivo⁷, consequentemente, engravidou.

Isso nos instiga a uma análise também permanente de que a expansão familiar da mulher, enquanto encarcerada, merece especial atenção, visto que a maioria das encarceradas no Brasil é jovem e consequentemente em idade reprodutiva, daí a gravidez ser uma situação potencialmente recorrente no momento do encarceramento (LINS, 2018, p. 23).

Descobriu a “gestação não desejada”, no décimo dia de vida da sua bebê. Para Winnicott (1950b/2002), em “Os bebês e suas mães”, não existe gravidez totalmente aceita ou rejeitada, pois, mesmo quando há aceitação, existe a rejeição; vice-versa. Sabe-se que essa ambivalência existe durante a gestação.

Ela acredita que os seis meses para conviver com sua filha é dado pela direção. Tem a opinião que é um prazo curto. Momentos contentes na prisão eram quando estava com sua bebê. Depois que sua filha foi embora de seus braços, nada mais trouxe felicidade. Ela relata o momento de separação como muito sofrido e inevitável.

⁷ Até o dia da entrevista, o marido continuava visitá-la. Ela tem relações sexuais semanalmente, sem a presença de método contraceptivo.

Pouco tempo para uma mãe ver a continuidade do crescimento do bebê. Eu pensava que eu ia sair antes com ela. Quando ela fez um mês, minha mãe me disse que eu ia sair com minha filha no braço. Eu disse para ela que nunca é como a gente quer. Quando minha filha fez quatro meses, eu vi que eu não ia sair com ela. Ela ia primeiro que eu. O pior dia da minha vida foi o dia que minha filha foi embora, é uma coisa que eu nunca vou esquecer.

Quando estava grávida, dizia para a irmã que iria dar a filha para ela.

Falei para a minha irmã que viesse pegar a bebê porque eu não queria ficar com ela aqui. Não queria me apegar para depois me separar. A minha irmã disse que não ia levar porque a filha era minha. Quem tinha que cuidar era eu. Ela disse que se fosse o caso quando minha filha fizesse seis meses que tivesse que ir, ela cuidaria dela, mas por enquanto a criança ia ficar. Procurei de todo jeito não me apegar a minha filha, mas não tem como uma mãe não se apegar a sua filha.

Numa atitude que pode ter sido defensiva, ela terceirizou a função materna: “*É mais melhor minha filha ficar longe desse lugar perigoso*”. Por outro lado, achava que o afastamento de sua filha enfraqueceria o vínculo com sua filha. Mesmo que Ana Maria considerasse o desligamento da filha aos seis meses de idade, ela procurou possíveis caminhos para se desligar precocemente da criança. Desejou se proteger para não se apegar, a quem iria, inevitavelmente, se separar.

Perguntei como foi a experiência de tornar-se mãe no cárcere.

Uma dor que a mãe nunca vai esquecer; apesar que minha filha vem me ver. Eu perdi muita coisa... Ela chamar minha mãe, de mãe. Chamando meu padrasto, de pai. Me chamar pelo meu nome. O primeiro passo da minha filha, eu não peguei. Quando minha filha vem me ver, ela não me chama de mãe, me chama pelo nome. A fase melhor da quinze foi por causa da minha filha. A pior foi quando minha filha foi para casa... Nós duas choramos muito para nos separar.

Não se lembrava de muitas coisas boas na Cela 15. “*Eram muitas coisas ruins. As coisas ruins eram porque o lugar tinha confusão e briga*”. As detentas brigavam por conta do “*estresse da cadeia*”.

A pessoa está pensando nos filhos lá fora, então uma desconta na outra. Estresse de cadeia é eu estar com saudade da minha família e dos meus filhos, por conta disso desconto em você. Então dá um ataque de nervos no povo por problemas dele. Você não tem nada a ver e o povo é grossa com você. Eu grávida já vieram para cima de mim porque elas estavam estressadas. Elas [as outras apenadas] queria descontar em mim.

Tal relato sinalizada que a prisão pode ser tumultuosa. Dessa forma, o estresse constitui

risco para a saúde psíquica das apenadas. Tal situação é agravada pelo encarceramento e pelas emoções tidas com a convivência da Cella 15.

Ana Maria disse que a cela não era tão barulhenta como as de outros pavilhões das presas comuns. O silêncio era para os bebês dormirem. *“A gente sempre respeitava os bebês. A gente podia não se respeitar, mas respeitava os bebês”*. Entretanto, o volume de ruídos e de conversas dos outros pavilhões me ensurdecia. Boa parte dos momentos em que eu fazia as entrevistas, tive que ficar lado a lado com essas mulheres para conseguir escutá-las. Por mais que dentro da Cella 15 existisse o “silêncio” para os bebês dormirem, as vozes e confusões das apenadas comuns eram nitidamente ouvidas.

Em tudo elas [colegas de cela] me ajudavam. Era tudo de bom. Elas me ajudavam com a palavra verdadeira porque é difícil encontrar uma [pessoa] aqui dentro pessoas de palavra verdadeira, a palavra dita de coração. Eu não confiava em mais ninguém porque criança é um ser inocente, não sabe o que é certo ou errado. Deixava só duas me ajudar porque tinha umas lá que não tinha paciência nem com os dela, então não deixava ficar com a minha. Eu não confiava em mais ninguém porque tinha um povo lá que judiavam com os bebês delas.

Dentro da cadeia, sua filha só fazia mamar porque recusou outra alimentação e não bebia água. *“Tinha que molhar a boca dela à força para beber água”*. Sabe que sua filha teria que consumir outros alimentos, quando saísse da prisão. Tal limitação a fez antever o impedimento de dar continuidade a amamentação. Sendo assim, antecipou o desmame. *“Tive que tirar o peito logo dela para ajudar ela enfrentar a separação de mim”*.

Diante da iminência da separação, pensa no melhor para a filha. Se convence de que o desmamá-la foi uma boa escolha para proteger a criança. *“Se eu deixasse ela só no peito, ela vai chegar lá para onde ela vai e ela não vai querer comer... Ela vai sofrer mais”*.

O desmame prévio foi uma solução para reduzir as consequências da separação compulsória que ambas sofreriam. E assim o fez. Estava puérpera e desmamou quando sua filha tinha um mês de vida. A partir da separação, sua rotina se modificou. Perdeu o direito de permanecer na Cella 15 e retornou para o pavilhão das apenadas comuns. A separação compulsória de sua filha ocasionou sentimento de perda da coragem e força para enfrentar o encarceramento.

Senti um vazio tão grande quando me separei da minha filha que fiquei chorando na cela do pavilhão por muitos dias. Chorava dia e noite. Não tinha com que mais ocupar a minha cabeça. Enquanto estava com ela me sentia feliz e minha cabeça ficava preenchida. Hoje só penso na solidão que é ficar presa sem ter ninguém por perto e saber que minha filha está crescendo e não me chamando de mãe. Não tenho mais alegria, nem coragem para nada.

Segundo a opinião dela, não gostaria de permanecer com sua filha no cárcere. Por sentir-se limitada em proporcionar outras condições de cuidados a filha, Ana Maria fez reavaliações constantes sobre sua decisão de não mantê-la junto de si.

A criança deve conhecer outras pessoas, as coisas de fora do presídio e não as pessoas de lá que não tem Deus no coração. Hoje, eu prefiro minha filha lá fora do que nesse lugar, mesmo que ela não me chame de mãe, me chame pelo meu nome. Quando eu sair daqui eu posso recuperar porque ela é uma criança. Hoje eu prefiro ela lá fora.

Ao longo do processo de construção da relação com a filha e, ao mesmo tempo, da evolução do sentimento de perda que foi ultimado com a saída da criança, Ana Maria avaliou a presença de ambos na unidade. Reconhece que houve perdas para a criança, mas considera que essas não são suficientes para ela desistir da filha.

O grande impacto pós-separação, é, além da saudade que dizem sentir pelos seus filhos, a ânsia por notícia, o medo de que não as reconheçam mais. E é o que acontece, inevitavelmente. Quando as visitam, não as reconhecem como mães, o que lhes causa muita tristeza (LINS, 2018, p. 39).

Sua mãe, a avó materna da criança, era falada com ternura. É ela, junto com o seu genro que dão apoio material e suporte afetivo para Ana Maria. Essa senhora teve a incumbência nas atividades relacionadas à educação, pois se tornou a cuidadora legal de sua neta.

Pensando na filha de Ana Maria, acredito que a permanência da neta com a avó possa ter sido uma decisão oportuna. Diferentemente da filha de Laura, a criança de Ana Maria tem um lugar próprio para morar sem tem que mudar de casa em casa. Essa última apenas se vincula bem com sua mãe. Isso me leva a acreditar, que na ausência da genitora, a criança poderá ter uma sensação de pertencimento à sua família de origem. Por outro lado, sobre a saúde psíquica dessa bebê, não há segurança de que ela se acostumará ao convívio na família extensa. Como explica Ceccarelli (2007), “não há uma forma de organização familiar ideal que garanta um desenrolar mais sadio ou mais patológico para a constituição do sujeito”.

Quando a apenas for para o regime semiaberto sua criança terá a avó como mãe ou Ana Maria? A filha de Ana Maria reconhecerá quem como mãe? Situações irrespondíveis, enquanto essa apenas não adquirir a prisão semiaberta.

Há ainda outro aspecto desse mesmo problema. As mães podem ter dificuldade semelhante em receber os filhos de volta. Será preciso levar em conta o fator de tempo de afastamento. É preciso de tempo para se readaptar as demandas do filho que serão diferentes do tempo de bebê.

Além disso, as mães apreciam uma coisa que aqueles que não estão tão próximos da criança talvez esqueçam: que o próprio tempo é muito diferente, conforme a idade em que é vivido. Umas férias que os adultos quase nem notam podem parecer um tempo enorme da vida para as crianças, e é quase impossível transmitir a um adulto a extensão de tempo que três anos pode parecer para a criança[...] Realmente, é uma grande proporção do que a criança conhece da vida, equivalendo talvez a 25 anos na vida de um adulto de 40 ou 50 anos. O fato de reconhecer isso faz com que a mãe se sinta ainda mais ansiosa por não perder nenhuma oportunidade de desfrutar de sua maternidade (WINNICOTT, 1939b/2005, p. 34).

Devido ao prazo de seis meses, as encarceradas se sentem impossibilitadas de dar continuidade à maternagem. Pode ser que as apenas detestem qualquer outra mulher da família extensa que tenha desatenção com seu filho.

[...] É de se esperar que uma mãe deteste qualquer pessoa que trate seu filho com negligência, mas pode-se esperar também que ela deteste qualquer pessoa que cuide melhor do que ela mesma; pois esse bom tratamento gera na mãe inveja ou ciúmes. Trata-se do seu filho, e ela quer ser a mãe do próprio filho (WINNICOTT, 1939b/2005, p. 35).

A princípio, isso pode parecer surreal. Todavia, não podemos desacreditar que a relação mãe-filha tenha ambivalência, poderia tornar inexpressiva a importância de sentimentos e conflitos inconscientes desse vínculo. Outrossim, não se pode descartar as emoções de quando uma mãe é privada de seu filho pequeno.

[...] Ela pode ter confiança neles, caso em que perdoará mesmo que cometam alguma falha; se, entretanto, esta confiança estiver ausente, toda a experiência estará arruinada para ela; ela terá medo de delegar responsabilidades tentará dirigir os acontecimentos por conta própria e, na verdade, terá medo da situação em que se encontra, culpando-os por qualquer coisa que não dê certo sejam eles culpados ou não (WINNICOTT, 1957b/2002, p. 65).

1.3 Andréia

Na primeira vez que foi presa, estava na condição de ré primária e gestante da primeira filha. Permaneceu alguns dias no cárcere e obteve a prisão domiciliar. Andréia estava com sete meses da sua primeira gestação e cumpria regime semiaberto.

Ela rompeu e quebrou a tornozeleira eletrônica. Tornou-se foragida. Praticava assaltos. Certo dia, a ronda policial abordou o grupo meliante em que participava. Todos se esvaíram da cena do crime, exceto ela. Andréia optou por não fugir. Recebeu voz de prisão em flagrante, sem relutar.

Estava com saudades daqui. Eu não ligo de pegar cadeia [estar presa]. Tenho comida. Aqui dentro eu fico calma. Queria voltar para cá. Estava feia, magra e acabada. Lá fora eu me acabava cheirando loló. Se eu tivesse lá fora com a minha filha mais velha, eu estaria morta. Fazia de tudo um pouco. Não parava quieta. Em vez de procurar o que era certo, me envolvia com pessoas mais novas e assaltava com revólver na mão. Eu não tinha dinheiro. Minha mãe só tem um salário mínimo. E, eu roubava as coisas dos outros para ter alguma coisa de dinheiro para mim. Não tinha dinheiro para nada. Meu padrasto bebe muito e gasta todo dinheiro na cana [cachaça] e não tinha o que dar de comida para minha filha mais velha. Já na favela eu tinha de tudo, não me faltava nada. Eu era a princesinha da favela. Era tratada com respeito. Tinha de tudo: do bom e do melhor. Eu fazia de tudo que queria. Não tinha ninguém para me prender e para me barrar nas coisas que eu fazia. Queria vir para cá porque procurava coisa ruim na rua. Não podia trabalhar porque estava foragida. Esperava os outros roubarem para me dar as coisas. Naquele tempo, nem ligava se as coisas que eu tinha era por assalto e sequestro. Eu queria ter as coisas, estava nem aí de como conseguia ter elas.

Andréia possui traços de comportamento que não obedece aos limites. As conhecidas facções/gangues permitem alcançar o que se deseja. Semelhante ideia pode ser compactuada diante das vontades comuns do grupo, mesmo que isso tenha desadaptabilidade social. Ao meu ver, um dos pontos desse elã poderá ser fornecimento de amparo e segurança, por mais que seja marginalmente falando.

Essas pessoas vivem a experiência de não serem vistas no campo social. Trata-se de uma situação que frequentemente vem acompanhada pelo sentimento de humilhação, mas a experiência de não ser vistas ganha preponderância. Em nosso mundo, pessoas que ocupam posições de pouco prestígio social, habitualmente, passam despercebidas pelos outros. O mal-estar decorrente dessa situação é grande, podendo gerar uma desesperança e amargura ou, em casos extremos, deflagrar comportamentos violentos como a única forma de alcançar alguma visibilidade... (SAFRA, 2004, p.143),

A apenas procura no outro externo (ambiente do tráfico no qual existem normas e hierarquia peculiares) um quadro de referência e confiança fora do lar. Andréia se destinou à favela e aos traficantes em vez de recorrer à sua família de origem.

A delinquência indica que alguma esperança subsiste. Vocês verão que, quando a criança se comporta de modo antissocial não se trata necessariamente de uma doença e o comportamento antissocial nada mais é, por vezes, do que um SOS, pedindo o controle de pessoas fortes e confiantes.... (WINNICOTT, 1946/2005, p. 131).

Andréia vivenciou a negligência materna e a agressão física do padrasto.

No dia que meu padrasto soube que estava grávida foi no que ele pegou uma foice para bater em mim. Do jeito que ele trata a gente dá uma amargura. Meu padrasto é doido que dá muito medo. Eu já disse para minha mãe que várias noites eu já vi ele cheirando minhas calcinhas para dormir. O pior é que minha mãe não nem aí para mim. Acha que eu invento muita história. Eu fico aqui dentro e tenho medo de que a minha filha mais velha seja estuprada pelo meu padrasto, como eu fui.

Esse tipo de violência psíquica intrafamiliar se refere não apenas ao excesso de força física, sexual, verbal contra a pessoa, mas também à ausência de um investimento no cuidado, na preocupação com o outro que necessita de acolhimento emocional e cuidados físicos.

Minha mãe é separada do meu pai. Lá fora, meu pai bebe e minha mãe também. Meu pai também não coloca na cabeça para trabalhar para ter uma casa para morar. Se eu e meu irmão fosse a um psicólogo e contasse tudo da infância da gente, ia ser aquela história longa. Queria que tudo fosse diferente. Eu penso muita coisa. Nunca pensei em matar ninguém, mas já pensei em me matar.

A juventude de Andréia foi transpassada por conflitos com a lei. Supondo que houvesse uma modificação no ambiente, isso poderia trazer para Andréia confiança e esperança na possibilidade de uma vida distante da tendência antissocial.

Aqui a pessoa pira. Olha para um canto olha para o outro e não tem nada o que fazer. Quando eu vou para o banho de sol é bom porque tomo um ventinho. Aqui é muito ruim ficar sentada olhando para a cara dos outros. Aqui tem muita fofoca também. O presídio é uma porta aberta. Tudo que acontece aqui, todo mundo sabe. Ou você se apega com Deus aqui ou você endoida. Aqui não é vida não. Fico aqui pensando na minha família. Eu dependo delas [das outras apenas] daqui para ter minhas coisas.

No cárcere não existe uma prática de apoio que ampare uma jovem infratora na retomada do seu crescimento pessoal. Ao contrário, a liberdade de ir e vir é tolhida e o desespero é constante devido as diversas faces da inospitalidade do cárcere: muita gente; barulho; fofoca, privação afetiva e material. Perguntei: Como é o convívio nesta cela?

Dá para conviver, mas com todas, não! Só algumas coisas que não gosto. Por exemplo, de noite, não gosto de fazer zoadas. Não gosto de incomodar ninguém. Já tirei as chaves do banheiro para ninguém ficar batendo a porta do banheiro. É um bate-bate de porta. Televisão alta. É tenso, tenso essas coisas. Eu fico aqui o dia todo sentada e só vou dormir as três da manhã sem sono.

Ela falou sobre planos de vida, Andréia não pensava numa realidade palpável, como a de ter comida para compartilhar com suas filhas, propriamente. Ela falava de seus desejos, mais do que

qualquer outra coisa. Ela estava às voltas da chegada de Amanda e isso traz esperança. É visível a capacidade de Andréia criar, imaginar e fantasiar seu futuro com planos de ter uma vida longe da criminalidade. Ela projeta na bebê os sonhos que não conseguiu alcançar e tem traços de esperança.

O nome dela vai ser Amanda. O 'A' do meu nome. Eu quero mudar. Penso em fazer advocacia, mas é muito trabalho. Professora de educação física, mas tenho que estudar muito para isso. Eu não sei se tenho cabeça para fazer o curso de gastronomia. Eu fico me perguntando como posso dar uma boa educação para elas. Ensinar para elas [as duas filhas] o que eu não aprendi com minha mãe. Tenho muita coisa para fazer com elas. Eu quero conviver com elas. Eu quero ter uma família uma convivência melhor. Eu ainda não tenho nada para vestir para minha filha.

... O parto...

Foi um aperreio. Fui há quatro dias e o coração estava fraco. Foi uma agonia grande naquele hospital. Era para ter nascido naquele dia e eu não sentia dor nenhuma. Um outro médico se meteu no meio, olhou para mim e disse que não precisava de cirurgia e que podia ir me bora. Disse também que o coração estava fraco porque eu não tinha comido. Disse tanta besteira e não resolveu nada porque minha filha estava em sofrimento. Ai [três dias depois] o médico mandou fazer a cesárea. Ela nasceu com nove meses e 5 dias. Eu dei o primeiro banho nela.

Pergunto: Como é tornar-se mãe no cárcere?

É horrível. A gente sai da maternidade pensando que vai ir para casa e volta para aqui dentro. Ela nasceu com três quilos, mais pesada que a minha primeira filha. Eu não fiquei algemada, mas tinha umas enfermeiras que me desprezava e outras eram cuidadosas com a gente. A mesma coisa foi com as agentes. Teve uma hora que me levantei para andar e ela disse que eu era presa e meu lugar era da porta do quarto para dentro. Me deu um negócio escutando aquilo, um aperto no coração, me deu vontade de chorar.

Dedicação e preocupação são as palavras que posso dizer ao ver Andréia com Amanda. A mãe dedicada comum e preocupação materna primária puderam estar presentes. Na gestação, falou-se bastante na tarefa que tinha pela frente de cuidar de Amanda: “o fazer diferente na vida”.

A maternidade proporcionou esperança para que dias melhores possam ser vividos. Seu norte não estava mais localizado na rua, nas companhias da boca-de-fumo. A atenção estava na bebê e com a bebê. Sente-se responsável por suas futuras escolhas, diferentemente do passado, quando as atitudes infratoras e egocêntricas foram a causa de sua entrada na cadeia.

A princípio, as lembranças e recordações de uma infância difícil com carência de recursos emocionais e financeiros, não ofuscaram o exercício da maternidade da segunda filha. Agia sem

dificuldades no segurar de seu bebê. Boa parte do dia, Amanda dormia tranquila: sem choro; sem resmungos. Em um desses momentos que segurou a sua filha, sentiu culpa, pediu perdão por ela ter nascido na prisão.

Doutora, pedi desculpas para Amanda por ela ter nascido aqui. Pedi perdão. Não queria que ela estivesse também presa. Espero que ela me desculpe quando ela crescer e entender tudo que eu passei. Sempre converso com ela e ela escuta tudo da história de como chegamos aqui.

Ofertava palavras ternas a bebê. Quando a mãe se aproximava, Amanda voltava a cabeça em sua direção, os movimentos dos braços e pernas se intensificam dando uma resposta corporal às palavras ditas por sua mãe.

A estrutura desse diálogo é semelhante ao modelo conversacional de trocas. Para conversar com o seu bebê, a mãe ora fala ao bebê, ora fala pelo bebê, num movimento contínuo e repetido de identificações e interpretações. Nesse movimento especular da mãe para o bebê e do bebê para a mãe o diálogo se constrói. (FERREIRA, 1997, p.81).

Enquanto o diálogo se mantinha, capturei a cena de interação afetuosa entre Andréia e Amanda. Ambas estavam disponíveis para se comunicar. Embora a mãe detivesse o diálogo, Amanda fornecia a Andréia elementos retroalimentares do processo comunicativo. Uma vocalização da sua bebê, por exemplo, representava para a apenas uma resposta afirmativa.

Nessa perspectiva, o recém-nascido precisa ser visto a partir de suas singularidades, ou seja, seu ritmo, a atenção solicitada, o carinho que pede, o tempo de espera que suporta, e a contrapartida disso é uma mãe que também precisa agir de modo singular com cada filho. Os momentos iniciais da relação mãe-bebê exigem que ela revele a expressão máxima de sua sensibilidade para captar os pedidos do bebê, e intensifique suas atividades para tentar dar conta das solicitações deste. Trata-se, pois, de um momento especial de dedicação em que a mãe se devota integralmente ao filho... (PASSOS; FONSÊCA; LIMA; 2013, p. 151).

A experiência de observar essa díade, trouxe elementos para eu poder me referir à preocupação materna primária. Andréia ofertava ternura. Houve outra sequência interativa, estando a bebê com apenas três dias. Amanda estava deitada no colo da mãe na “posição de refeição”. Amanda procurava alcançar o mamilo da mãe, enquanto a perna esquerda, que estava livre, se agitava. Andréia ajustou a cabeça do bebê e acomodou o mamilo na boca de sua filha.

Essa pessoa que executa a ação específica proporcionam a experiência de satisfação, que deixa como é feito não só a satisfação orgânica da necessidade, mas também Sêrio bebê no circuito pulsional, podemos dizer também na ordem simbólica... Em outras palavras o choro do bebê se estabelece então como o signo de uma demanda o outro.

A experiência de satisfação dos seres humanos passa pela significação atribuída por um outro, e a partir dessa troca entre bebê que demanda algo e o adulto que identifica o pedido do bebê e o legitima que a linguagem virá a se estabelecer... quando a palavra pudesse sustentar a presença na ausência (SCHALCH, 2017, p.92).

Andréia interpretava o que estava acontecendo dizendo: “*Pooontu, poontu...*”. Entendo que “*pooontu*” significa numa linguagem de adulto: pronto, você vai ficar bem. “Há todo um conjunto de experiências pelas quais o bebê passa em relação ao cuidado[...] É uma experiência única vivida a dois, e na total ausência de comunicação verbal”. (GOMES, 2017. p. 38).

Amanda, que parecia experimentar um mal-estar associado à tensão causada pela fome, inquietava-se enquanto não conseguia introduzir e manter o mamilo na boca. Andréia interpretava os sinais emitidos pelo bebê (agitação da perna e procura do mamilo) ao ajudá-la a acomodar-se (ajustando a cabeça da criança e deixando o seio livre e à disposição dela.).

O desenvolvimento saudável requer um ambiente perfeito, mas só temporariamente. Por perfeito Winnicott quer dizer uma mãe cuja preocupação materna possibilita uma sensibilidade muito íntima e precisa das necessidades e gestos do seu bebê... (GREENBERG; MITCHELL, 1994, p. 141).

Através do seguinte enunciado “*pooontu pooontu*” a mãe interpretava os esforços da bebê, assim como os seus próprios esforços, e, por outro lado, procurava acalmar o bebê, anunciando-lhe que, enfim, ela poderia mamar.

É importante definir bem os fenômenos de interação precoce aos quais Winnicott se refere. Nesta fase, a boa adaptação da mãe consiste em coisas que poderíamos descrever como sendo de bom senso, ou de senso comum. Como por exemplo, uma mãe saber pegar seu bebê no colo, colocá-lo no seio, olhar para ele de tal forma que este também lhe enxergue. Por serem assim procedimentos simples e intuitivos, Winnicott propunha chamá-la de mãe devotada comum ou ainda mãe suficientemente boa. (OUTEIRAL; GRAÑA, 1991, p. 80).

As conversas em torno do berço são fundamentais para a relação mãe-bebê. Refiro-me ao pedido de perdão de Andréia para Amanda. Seria pior se a história dela no cárcere nos seus primeiros dias de vida se tornasse um não-dito. Situação que pode vir a sinalizar um dos traços da construção da história pessoal de Amanda.

1.4 Carla

Antes do encarceramento, morava com sua mãe e seus seis filhos. Estava em regime semiaberto e foi pega foragida. Estava no quinto mês da sua sétima gestação. Não voltou para a cadeia durante alguns meses. O vizinho a denunciou com medo de que ela assaltasse a casa dele.

Qualquer que seja a condição do criminoso, velho ou jovem, sadio ou insano, homem ou mulher, existe um outro lado em todos os atos anti-sociais que deve ser considerado -os sentimentos de vingança da sociedade. Ora, a vingança pública não é necessariamente sentido em relação a cada ato antissocial individual mas a contravenção ou crime não-punido aumenta o reservatório de vingança pública inconsciente... (WINNICOTT, 1949/2005, p. 21.).

A polícia acatou essa denúncia e a prendeu. Praticava tráfico de drogas sem estar vinculada a facções. Comprava a droga e a vendia como um negócio particular. Essa era sua ocupação. Sua prisão domiciliar foi dada quando saiu para a maternidade.

Sua condição de estar com diabetes gestacional complicou a sua condição de estar presa. Cuidar da diabetes gestacional na prisão é uma tarefa difícil, principalmente pela dieta pouco saudável e ínfima a qual as mães são submetidas. O seu desconhecimento sobre o diabetes faz com que Carla ficasse assustada, preocupada e em desespero. São poucos profissionais de saúde que monitorizam as apenas com problemas de saúde. Ao falar da sua condição de saúde chorava copiosamente.

Faz três meses amanhã que eu tô aqui. Três meses!. Ai o médico falou que eu tenho que ter cuidado na alimentação. Um médico diz uma coisa. Outra médica diz outra sobre minha diabetes gestacional. E ai eu fico só Jesus, ai tenho que esperar os médicos dos médicos que é Deus porque cada médico diz uma coisa com nome diferente e que eu não entendo nada do que o médico está falando. Eles não falam a linguagem da gente. Só fala palavras difícil. Eu digo assim: doutor, o que tá acontecendo?; meu bebe tá sofrendo aqui dentro da minha barriga?; tem que tirar?; vai nascer normal?; vai ser cesárea. Ai um diz que vai ser normal. Outro diz que vai ser cesárea. Outro diz que só vai ver na hora do parto. Eu fico muito aperreada. Choro. Dá vontade de gritar alto de desespero. Eu queria que a juíza me desse a semiaberta [regime semiaberto]. Se eu tivesse na rua, com certeza, eu ia me cuidar mais, eu ia cuidar dessa diabetes gestacional, ia fazer tudo direitinho que a nutricionista falou pra mim fazer.

Neste sentido, remeto aos estigmas da mulher presa, narrados em capítulos anteriores, que nos mostram o quanto o cárcere negligencia a saúde física das encarceradas da Cela 15 Entretanto, Carla começou a passar por uma rotina mais “rigorosa” quando estava com a diabetes gestacional em estado avançado.

Mesmo sabendo que a prisão não é um lugar de comodidades, não é por isso que a saúde das apenas deva ser negligenciada. Nesse sentido, programas de prevenção contra doenças gestacionais não deveriam ser ínfimos. Problemas políticos e falta de profissionais de saúde ingressos no sistema prisional podem ser motivos para tal inatenção.

Winnicott escreve um pequeno texto chamado “Notas sobre o relacionamento mãe-feto” (1960a-?) o bebê só é real pela capacidade psicológica da mãe de elaborar imaginativamente as mudanças fisiológicas de seu corpo durante a gestação. Aquelas mulheres que recebem o diagnóstico pré-natal pouco promissor, ou mesmo se o feto ou bebê recém-nascido morre, o estado da mãe pode se revelar uma doença.

A característica essencial, do ponto de vista da mãe, quando ela está prestes a ter um bebê é que ela deve ter confiança no médico e também uma enfermeira. A equipe não basta. Confiança, nesse caso, significa que ela pode ter certeza de que o que é conhecido em termos de ciência médica será aplicado. Estou me referindo em particular Ao espectro físico da obstetrícia. A melhor psicologia para uma futura mães é a confiança quanto ao aspecto físico. Esse quinhão de psicologia pode se solucionar por si só por si mesmo se o contexto for confiável. Isso não significa que tudo tenha de sair certo, pois uma mãe é perfeitamente capaz de aceitar falibilidade humana, contanto que tenha tido tempo e oportunidade de para depositar fê na pessoa responsável (WINNICOTT, 1956b/2005, p.128-129)

Por essas questões com sua saúde, que transpassavam o seu sofrimento, pergunto-lhe então: “como é tornar-se mãe no cárcere?”

Tá sendo difícil, né?! Porque eu me sinto muito sozinha aqui. Difícil demais, não saio, fico mais presa aqui. Eu me apego com Deus. Fico lendo a biblia ali chorando. Fico pensando nos meus filhos em casa, a saudade aumenta. Quatro meses sem ver meus filhos é ruim demais, e tem hora que dona Dorcas que se não fosse Deus na minha vida, eu já tinha me desesperado já. É muita coisa e eu fico muito aperreada com tudo isso.

Carla é fruto de adoção. Tem dois irmãos não consanguíneos. Sofreu a primeira separação abrupta e compulsória de sua mãe biológica, quando foi deixada na porta da casa de seus pais adotivos em um caixa de papelão, sem aviso prévio. O fantasma da separação de sua filha no cárcere traz elemento para entendermos como mais um desligamento afetivo abrupto, pois logo ao nascer foi deixada na casa dos pais adotivos.

A partir disso, entende-se que não existiu um outro para fundar a história de Carla. Não existiu uma voz que traduzisse seu conteúdo. Uma carta, apenas, é implausível para tal tarefa porque Carla desconhece seu conteúdo e, por isso, até o momento, era ininteligível para ela. Não existiu uma voz que traduzisse seu conteúdo.

Essa mãe não conta com os vínculos consanguíneos, mas constrói laços afetivos com seus pais adotivos. Eles viram Carla abandonada em sua porta e a trouxe para dentro da casa. *Quando era criança, eu fui largada e abandonada.* Pergunto: “como foi sua adoção?”:

Meu pai e minha mãe moravam juntos, quando ele estava vivo. Assim minha mãe me contou que botaram eu na porta dela em uma caixinha. Bateram na porta a noite, minha mãe viu aquele bebezinho na porta todo enrolado. Me pegou. Eu vim com uma carta. Essa carta eu nunca vi. Não sei o que minha mãe fez com essa carta. Só sei que minha vida é assim. Eu não sei da minha vida. Eu não sei minha história. Eu não sei nada.

Nessa fala há traços que permitem pensar que Carla pousou como uma estrangeira na família adotiva. Essa mensagem escrita que esteve presente na sua chegada, não foi dada pela mãe para Carla lê-la. Intuo que essa aterrissagem deixou seu psiquismo vulnerável a uma intensa curiosidade para saber sua pré-história. Uma forma inadequada para que a criança incorpore informações sobre sua chegada nesse mundo, pois é ausente um outro para testemunhar a sua história pregressa.

[...] Com crianças adotadas, as coisas são diferentes. Vocês podem abordar de muitas maneiras, mas sempre haverá o fato de que os pais que as conceberam são desconhecidos e inatingíveis, e que o seu relacionamento real com os pais adotivos não pode atingir os níveis extremamente primitivos da sua capacidade de relacionar-se. Em alguns casos em que existem problemas, este se torna um aspecto tão importante que, quando as crianças adotadas crescem, elas se dedicam a pesquisar a questão da sua origem e não se satisfazem até finalmente encontrar um dos pais verdadeiros ou ambos... (WINNICOTT, 1953/1997, p. 115-116).

Existiu algum fracasso ambiental anterior à entrega de Carla na porta da casa dos pais adotivos? De uma forma ou outra, existe a dúvida sobre o que impulsionou a genitora a se separar Carla. [...] “e o resultado disso é que os pais adotivos recebem não só um bebê, mas também um problema psicologicamente complexo” (WINNICOTT, 1954/1997, p. 127).

[...] Considerando que mesmo o bebê ou a criança já terem amadurecido poderá ocorrer um outro tipo de trauma: a falha ambiental que retira a confiabilidade no ambiente. Esse tipo de falha pode levar a criança, por exemplo, a exigir que o ambiente volte a ser confiável, atacando esse ambiente na esperança de que este a sustente (como ocorre no caso da privação e seu consequente sintoma, a atitude antissocial), ou ainda, numa outra direção ainda mais grave, pode ocorrer, como resultado dessa falha ambiental, uma perda quase que definitiva da confiança e da esperança, perda da “fé em [...]” (FULGENCIO, 2004. p.266).

Estima-se que os pais adotivos de Carla careceram de preparo para receber e acolher essa apenada como nova integrante da família nuclear. Acredito que ela foi fruto de uma adoção compulsória. O que teria sido dela se seus pais adotivos não a tivessem acolhido?

Também não sabe se os pais de Carla, no momento de sua chegada, tinham desejo de ter mais um filho. Nesta história de vida, é viável acreditar que o casal não teve oportunidade para atribuir

características a essa futura filha? Tenho a hipótese que mesmo se assim não o fosse poderia vir a existir algum(s) desencontro(s).

Uma característica importante da ideia de criança como espécie de obras de seus pais é que ela é estruturalmente uma obra sujeita à inadequação. O filho imaginado nunca viu filho encontrado. Somos todos anormais e deficitários em relação às expectativas e às funções que nos demandam. Por isso cada criança é depositária de nossos mais sublimes ou sintomáticos sonhos, mas também dos piores fracassos, no limite um pálido resto de um encontro, tal como ele poderia ter sido. Por isso seria melhor dizer que o lugar de pai de mãe, ou de filho ou de filha, de homem ou de mulher, está sendo permanentemente construído pelos conflitos e contradições representados pela história dos desejos humanos. Isso significa que esse lugar não está pronto e preparado, boiando no vazio esperando para ser ocupado de forma adequada ou deficitária pela encarnação divina do novo ser (DUNKER, 2020, p.50).

Parece que os pais adotivos tiveram alguma dificuldade em se adaptar a repentina e compulsória adoção dessa entrevistada? Acredito que os pais de Carla podem ter sido tomados pela surpresa e incapazes de compreender o que estava acontecendo, pois não tiveram nenhum rastro de quem a havia deixado e a razão em fazê-lo.

A adoção pode sinalizar adaptação e elaboração psíquica por parte daqueles que a fazem. Mesmo se os pais tivessem dificuldades sobre a adoção compulsória de Carla, isso não significa deformação no vínculo afetivo entre eles.

A partir daí, é empreendido um longo percurso subjetivo, com vistas à formação dos laços parentais, movimento iniciado muito antes de o bebê nascer, mas que exige agora, com a presença deste, um trabalho psíquico indispensável à sua inserção numa cadeia familiar. Isto significa que os pais precisam também, simultaneamente, recriar seu lugar e função nessa cadeia. Para que essas transformações aconteçam, é necessário um processamento psíquico que depende, por sua vez, do desejo e investimento que eles fazem na futura parentalidade (PASSOS; FONSÊCA; LIMA; 149, 2013).

Se a relação dos pais de Carla for permeada de afeto, a mãe adotiva não apenas oferecerá cuidados, como também será capaz de decodificar as necessidades, angústias e desejos do seu bebê, dando um novo significado ao que ele está sentindo, tornando-se assim uma mãe suficientemente boa. E será, a partir, desse momento que os sentimentos da maternagem serão construídos e o vínculo mãe-bebê estabelecido. O apego pode ser um marco para a sobrevivência e desenvolvimento de Carla, pois, se relação for permeada de afeto, permitirá que sua mãe tenha condições de decodificar as necessidades, os desejos, as angústias da sua filha, e com sua capacidade de continência, poderá ressignificar o que essa bebê estaria sentindo.

Suponho que com o passar do tempo, a chegada de Carla não é mais tão assustadora quanto nos primeiros dias. A mãe, gradativamente, se apropriou dela, e a aproximação, que antes foi feita de supetão, se tornou cada vez mais intensa devido ao convívio com essa criança. Teoricamente, a nova família deveria suprir condições para o desenvolvimento corporal, emocional e psicológico do filho adotado ocorrer de modo mais saudável (WINNICOTT, 1954/1997), tal como se espera de um grupo familiar baseado em vínculos não consanguíneos. Por outro lado, se intui, inicialmente, que a mãe de Carla teve uma certa dificuldade em estabelecer uma vinculação com a filha e uma certa dose de ambivalência de sentimentos devido ao acolhimento compulsório de Carla.

As fantasias e emoções que fazem parte da vida psíquica dos pais têm forte influência na relação que será estabelecida com seu filho. Trata-se não apenas de representações atuais, mas de recordações e resquícios de sua própria infância, no tempo que ocupavam o lugar de filhos. A ligação afetiva entre os pais e um novo bebê não acontece da noite para o dia. É um processo contínuo. Mesmo se existir alguma dificuldade numa fase inicial, isso não significara que os pais de Carla pudessem formar laços afetivos com ela.

A psicanálise, em especial as contribuições de D. W. Winnicott, pôde nos ajudar na compreensão da importância da construção do lugar do filho adotivo no psiquismo dos pais. Na perspectiva winnicottiana, que auxilia na constituição da personalidade. Conhecer essa história e preparar-se para o exercício de tornar-se mãe é importante para que esta ocorra de modo saudável e adaptativo, tendo em vista a assunção de uma nova família.

Eu não tenho família, eu tenho e ao mesmo tempo não tenho. Sou adotada, aí eu tenho família e ao mesmo tempo não tenho. É tipo assim, minha família é só minha mãe e meus filhos, Dona Dorcas, por isso que eu tive muito filho, porque eu disse já que eu não tenho família eu vou pedi a Deus pra me construir mesmo passando necessidades seja lá qual for. Pelo menos, eu vou saber que eu vou ter alguém na terra que quando eu for embora que tenha o meu sangue, que tenha um laço afetoso comigo. Tenho dois filhos com pais diferentes. Tenho outro que o pai morreu foi assassinado. Tenho 3 filhos de um pai só. E, essa neném aqui que é de pai diferente, entendeu? E só Jesus sabe.

É importante levar em conta que uma mãe tenha a necessidade de ter filhos por algum motivo inconsciente. Isto é fato quando a mãe tem um, dois, três, quatro filhos ..., por exemplo. Esse parir contínuo remete a processos inconscientes que ela não se apropria.

Estimo que um ou outro filho pôde ser pouco investido afetivamente no que diz respeito ao da última gestação que foi no cárcere. Foram tantas expectativas sobre esta última criança que tal fato pode nos levar a supor um hiper investimento afetivo.

Embora Carla tenha tido experiências de traços angustiantes em relação a pré-história de suas contínuas gestações os seus filhos/família, suas crianças atenderão ao desejo de deixar na terra alguém para ter um laço de afeto com ela? Como ficaria o psiquismo de seus filhos dentro da dinâmica familiar e dos enlaces intersubjetivos? “[...] aquilo que é solicitado inconscientemente pelos pais pode contradizer o que é comunicado conscientemente, de modo a gerar conflito na mente da criança...” (PASSOS; POLAK; 2004, p.44).

Como não poderia deixar de intuir, esse parir contínuo pode repercutir na constituição subjetiva dos filhos, e para pensarmos tal questão, é necessário se pensar alguns dilemas que supomos ter ocupado Carla. Para tanto, há indicações que podem haver várias facetas, uma delas é a ambivalência afetiva, por exemplo, a qual não permite predições sobre aspectos inconscientes que embasarão a qualidade dessas relações. Tal como afirma Consuelo Passos em “Os pilares do sujeito”:

A família é como um caleidoscópio. Enigmática, cria formas nuances e sentidos. Transforma-se ao longo do tempo. Conhecemos algumas de suas faces, mas muitas permanecem encobertas -tal como os conteúdos inconscientes e imponderáveis, implícitos e em movimento contínuo[...]Tudo depende, evidentemente, das vicissitudes por meio das quais os laços se firmam. Tais investimentos oferecem bases para o reconhecimento e acolhimento do bebê e, como tal, substratos para sua constituição psíquica. O processo de estruturação do psiquismo familiar tem início com investimento dos sujeitos que cruzam desejos e fantasias estabelecendo movimentos recíprocos de identificação... (PASSOS, p.8-9).

Para alguns, nada na vida se compara à gravidez, ao parto, ao fato de dar a vida a um novo ser humano. A maternidade reativa a problemática mais antiga do homem: a sua própria sobrevivência e a continuidade da espécie humana: “quero alguém para ser meu...”

A parentalidade traz uma nova chance para tudo aquilo que não conseguimos ser. O testemunho vivo e real de nossa potência para criar. O encadeamento em uma existência que ultrapassa nossa individualidade solitária. Muitos dirão que um breve sorriso dos seus filhos é retribuição suficiente para rasurar em um instante e para sempre os cinco parágrafos anteriores que você leu e já esqueceu. Esse efeito de esquecimento, semelhante ao que acontece com as dores do parto, vai se aprofundando ao longo da jornada e assumindo o justo volume e a justa proporção na carroça de nossos desejos. Esse esquecimento é feito dos restos e dos excessos da jornada, como os bilhetes de embarque, mas também o que pagamos com o nosso corpo para fazer parte dela... (DUNKER, 2020, p.49).

Carla constrói a imagem dos filhos como sua perpetuação. Cada filho é um nascimento que a faz existir. Cria sonhos e expectativas, atribuindo-lhes características da continuidade de sua família, já que se considera sozinha no mundo. “... tudo aquilo que o bebê herda da geração anterior se torna nosso patrimônio psíquico...” (MINERBO, 2017, p.20).

Percebe-se que o discurso materno tem um papel bastante ativo na estruturação psíquica da criança. Funciona como uma prótese portadora das significações, a qual será incorporada à psique infantil. O discurso materno antecipa o lugar psíquico que a criança deverá ocupar na estrutura familiar[...] Tudo isso será inoculado pelo discurso materno, passando a fazer parte da psique em formação. (MINERBO, 2000, p.92).

Dona Dorcas, ter filho aqui é tão difícil. Eu queria ter minha filha em casa porque eu nunca tive um filho dentro da prisão e outra que eu não tenho visita e nem nada. Eu não me importo muito não ter ganhado enxoval de bebê. Lá fora, eu tenho possibilidade que as pessoas, perto de casa, chegue e dê uma roupinha. Outro chega dar uma banheira, uma toalhinha qualquer coisa seja lá o que for. Eu nasci nua. Hoje eu tô vestida e porque eu vou duvidar que Deus pode me ajudar? Eu queria não chegar ao ponto de colocar minha filha nesses berços aqui. Tenho certeza que pouco ou muito Deus ia me dar condições de comprar alguma fruta ou alguma coisa pra me ter uma alimentação. Eu tava conversando com Deus agora com os joelhos no chão, e eu disse: meu Deus com as poucas forças que eu tenho, eu quero dizer pro senhor que eu não tô aguentando mais ficar aqui isolada; meu Deus me ajuda! Eu só tenho Deus para me ajudar. Tem horas aqui que eu penso que vou enlouquecer. Todas as vezes que eu tô orando aparece uma resposta alguém pra conversa comigo. Você se sente esquecida, desprezada pelas pessoas e eu me sinto muito mal desde que eu cheguei aqui há 4 meses. Eu nem tenho roupa pra vestir, só tenho a farda daqui. É difícil demais é muito difícil é uma coisa que eu não desejo pra ninguém. É muito difícil, Dona Dorcas, ninguém tá aí pra mim. Tenho fé em Deus que logo, logo, conseguirei ter a minha prisão domiciliar.

O cárcere é entediante. Traços de angústia são intensos, pois a solidão de Carla esteve enlaçada pela perda afetiva de sua genitora, além da iminência do dia da separação compulsória de sua filha. Elementos que podemos refletir que estado da preocupação materna primária vivido no cárcere pôde ser atravessado por descontentamentos. Parece ser um estado psicológico ininterrupto, pois poderá estar absorpta em momentos sofridos de desamparo que a faz estar intensamente preocupada em sair da prisão.

A partir disso considera-se a gestação, assim como a relação do par mãe-bebê nos primeiros meses de vida, períodos privilegiados de investimento, transmissão de uma história e aquisição de um lugar que dizem respeito à chegada do bebê. Isso não deveria ser diferente no contexto da prisão, o que nos levava a buscar a sustentação possível para a complexidade desse processo num ambiente aparentemente hostil a processos de criatividade, ternura e esperança (MARIN, 2016, p. 265).

É importante fazer a diferença entre a diferença entre “estar só” e “sentir-se só”. O “estar só” envolve a experiência da solidão que é expressa na condição do indivíduo de poder encontrar bem-estar e confiança, em sua própria companhia. A partir da fala de Carla, há indicações de que isso não aconteceu com ela, devido ao cárcere ser um ambiente inóspito afetivamente e sufocante,

acentuando a triste realidade que as encarceradas têm de se sentirem sozinhas diariamente. A solidão apavora Carla, ameaça-a e desorganiza-a. A tendência a reviver situações de extrema dor de outrora –decorre do fato de que essas vivências não foram assimiladas ou processadas, não podendo, portanto, cair no esquecimento.

Embora boa parte de seus filhos estejam fora do cárcere, ela relatou uma mudança provocada por sua filha que nascerá na prisão, o que faz com que ela ambicione mudar a maneira de como vive, pois comenta que a situação em que se encontra, em privação de liberdade, fez com que refletisse sobre a maternidade.

Deus me botou essa filha no mundo pra me dar uma oportunidade de eu mudar, de mostrar pra mim mesma e pros outros que eu posso mudar por ela e por mim. Por quem eu tô aqui mesmo querendo mudar é por minha filha, minha filha e por mim, porque eu não quero que me tirem ela.

Com isto, Carla revela que é muito importante para ela ser mãe para que tenha forças para ultrapassar os dias de reclusão e a difícil tarefa de se tornar mãe no cárcere. Embora seja ruim viver a detenção estando grávida e com todas as consequências que isso acarreta, esta experiência parece ser atenuada pela força e coragem que sua bebê, intra-útero, transmite para ela.

As ausências familiares, em especial, a ausência de visita dos filhos, causavam tristeza que se agravava ao longo dos dias. Os traços de sintomas depressivos foram possíveis de serem escutados. Embora os familiares tivessem direito de ir ver a apenada, eles não levavam os filhos para visitar a mãe que está presa, seja por falta de condições financeiras, seja por achar que a prisão não é um ambiente adequado para a criança ou por outros motivos. Carla se ressentia dessa falta de contato, que provocou um distanciamento entre ela e seus demais filhos, por isso se sentem ainda mais sozinhas.

Há indicações de que a solidão era constantemente lembrada por Carla. Essa mãe encarcerada expressava, que após ser presa, sentia-se sozinha, abandonada pelos familiares e sofria, com o afastamento dos filhos. Carla exteriorizou seu isolamento e desamparo diante da experiência em se tornar mãe no cárcere. As suas crianças eram os principais motivadores para lutar pela sua saída da prisão. A maternidade gera esperança e desejo de superação da pena. Acredito que seu vínculo materno pôde desenvolver a esperança de vida nova e superação frente aos obstáculos da privação de liberdade.

A partir de sua experiência emocional associada à questão a maternidade no cárcere, solidão, desamparo, sentimento de falta pertencimento à construção de vínculos, questões ligadas à iminência da separação, puderam saltar aos meus olhos.

Cenário afetivo que pôde trazer elementos para eu intuir que, quando a mulher é múltipara, a tristeza é acentuada. Ser mãe de outras crianças pode trazer intensa preocupação e angústia por estar impossibilitada de acompanhar o desenvolvimento de seus filhos que estão extramuros.

Eu fico preocupada, assisto televisão e vejo as coisas. Um dia desses eu vi que mataram um lá perto de casa. Fico agoniada. Não tenho notícias de nada. Fico angustiada, agoniada. Porque aqui tem uma assistente social lá em cima que quando você quer saber da sua família uma vez no mês ela liga. Depois, somente no outro mês que eu tenho direito de saber de novo. E pra mim, não ter uma notícia concreta da minha família, eu prefiro nem ligar. Ai eu nem vou pra assistente social. Eu fico aqui mesmo Dona Dorcas, como a senhora vê, passo o dia aqui deitada dando um cochilo. Eu já chorei tanto que fico com dor de cabeça todo dia. Só Jesus na causa.

Carla, que se encontra separada de outros filhos, vivencia a separação e a maternidade de forma igualmente preocupante às demais entrevistadas, por um lado, por não saber como os filhos se encontram e, por outro, por sentir insegurança quanto ao seu bem-estar devido à segurança física deles. Os filhos de Carla deixados fora da prisão são preocupações constantes. Desde o momento em que adentrou na prisão, Carla se sente culpada e angustiada.

Posso entender que religiosidade e esperança estiveram presentes em toda entrevista. Elas têm importância no cotidiano de Carla porque se referem à uma determinada “força interna” que sustenta o desejo de sobreviver à pena de reclusão e aos dias sem ver a família. Carla acredita que as coisas da vida existem pelos desígnios de Deus e desenvolve uma determinada relação humana com o divino que resulta na aceitação das intempéries em sua privação de liberdade. Em minhas palavras, Deus é uma “fonte de resiliência” para Carla.

Essa apenas desenvolve interpretações de como lidar e tenta modificar positivamente o presente, buscando superar os dissabores de sua história de vida. Ampara-se em Deus para tentar superar as adversidades do cárcere. Carla tinha a Deus para ter o conforto em dias melhores.

CAPÍTULO 2 – Discussão

2.1 Aspectos suficientemente bons do *Ambiente Maternal no Cárcere*

Neste trabalho, o cárcere feminino não foi apreendido, apenas, como uma instituição penal ou jurídica. Se assim o fosse, seria um estudo incompleto por estar desatento as repercussões sobre a maternidade em contexto incomum – a prisão. O contato corpo-a-corpo das mães com seus bebês é breve, pois vai de encontro ao prazo de dois anos, proposto pela OMS.

A partir da análise das entrevistas, senti a necessidade de particularizar a relação mãe-bebê vivenciada na cela reservada para as gestantes e puérperas – que no presídio Júlia Maranhão é única. Para tanto, propus a expressão *Ambiente Maternal no Cárcere*. Lugar que possui, em sua essência, uma complexidade afetiva sobre o tornar-se mãe em medida de privação de liberdade. Além disso, é um espaço impalpável que vai além do ambiente interno, físico. Atmosfera afetiva que esteve distante da direção desse presídio e invisível para as entrevistadas, mas por estas sentida. O *Ambiente Maternal no Cárcere* foi escrito a partir da escuta clínica para além do acontecimento da gestação e puerpério, diante das circunstâncias afetivas vividas na cela 15. Considerando a necessidade de caracterizá-lo, tratarei primeiro dos aspectos que mostram que tal ambiente pode vir a ser suficientemente bom, para depois apontar suas insuficiências e as ameaças que o atravessam, interrogando-me sobre sua capacidade de supervivência às mesmas. Por fim, mostrarei que a espiritualidade e a prática religiosa contribuem para resguardar a possibilidade de um ambiente suficiente bom, atenuando a angústia e a experiência de desamparo vivenciadas pelas mães.

Considerando a premissa de que a mãe desenvolve uma série de habilidades e sensibilidades para adaptar-se às necessidades da criança, que vão desde o contato corporal, (no modo de segurar, de olhar para ele, no movimento e na quietude), à proteção efetiva como um todo parece convincente a possibilidade de não haver danos no desenvolvimento da criança que vive em cárcere junto a mãe. Caso essa consiga se adaptar de maneira adequada às necessidades do filho. No entanto, é pertinente destacar que, para que a mãe consiga ser efetiva em sua função de cuidado e ser o ambiente facilitador ao progresso maturacional do bebê, ela precisa também de cuidados, sentir-se tranquila e segura, condições essas que não condizem com a realidade do *Ambiente Maternal no Cárcere*.

A partir das entrevistas, temos elementos que indicam que estar encarcerada na cela 15 consiste em uma “coabitação desconfiante”. Histórias de vida devem ser escondidas, porque falá-las,

dentro desse lugar, as exporia aos olhos das outras mães, o que seria uma fragilidade diante da “*maldade de pessoas que não são de Deus*”. Gestantes ou puérperas esposas de chefes de facção, mães que praticaram delitos a favor de sua facção e de respeitada reputação na criminalidade impunham respeito. Isto é, sentenças longas de restrição de liberdade são vistas com temor na cultura dos encarcerados.

Os cuidados recebidos apontam para a possibilidade de cuidar de si mesmo. O tipo de cuidado do ambiente suficientemente bom pôde ser a base para o cuidado de si mesmo: “a partir desta base, o indivíduo pode tornar-se capaz de substituir o cuidado recebido por um cuidar-de-si-mesmo...” (WINNICOTT, 1988/1990, p. 146). Localização da psique no corpo. A partir disso, podemos apontar que as apenas da cela 15, que conseguem cuidar de si mesmas, podem vir a ofertar zelo com as outras dentro do ambiente desse ambiente físico.

[...] E não há de nada místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela, e estas lembranças tanto podem ajuda-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe. (WINNICOTT, 1966/2002, p.4).

Laura prestou às outras apenas solidariedade. Seu jeito de cuidar foi ofertado para as demais crianças. Sendo assim, há indicação de um movimento maternalista, que pôde apontar para um clima de interação afetiva por algumas vivenciado. Nesse sentido, o *Ambiente Maternal no Cárcere* não é vivido isoladamente. Elementos que nos levam a intuir que pode existir uma rede composta por mães que formam, entre elas, a mãe-ambiente, proposta por Winnicott.

A amizade de Laura e de Ana Maria apontou para uma outra perspectiva dessa atmosfera inóspita para a ternura. Houve intensa cumplicidade que foi sinalizada na amamentação cruzada de suas filhas. Situação que permite intuir que o *Ambiente Maternal no Cárcere* esteve enlaçado de ternura, advindos dos cuidados compartilhados, principalmente por Laura – “a mãezona da cela 15”.

Laura teve o codinome “*mãezona da cela 15*”, o que traz elementos para podermos apontar que a sua preocupação materna primária foi expandida para aquelas que precisavam de ajuda com os seus bebês. É possível supor que Laura não só atendia às necessidades dos bebês, como aos apelos feitos pelas outras apenas. Trata-se de um traço de sensibilidade que essa entrevistada pôde nos mostrar: uma “preocupação materna primária ramificada” – se assim eu poderia pensar. Isso eu intuo porque, além do seu bebê, algumas pessoas e crianças receberam os cuidados dessa entrevistada.

Winnicott apontou que, no início do desenvolvimento, o ambiente que circunda a criança, representado principalmente pela mãe, pode se configurar de maneira a suprir as necessidades da

criança, quando é denominado suficientemente bom. Assim como, a preocupação materna primária é um estado psicológico em que a mãe está mais sensível às necessidades emocionais e físicas do bebê.

Em outras palavras, existe uma evolução da provisão ambiental ajustada às mudanças nas necessidades do indivíduo que está passando pelo desenvolvimento emocional. Tudo isso é extremamente complexo, e está além da habilidade do computador, e só pode ser feito suficientemente bem por um ser humano que tenha um relacionamento específico com um bebê, uma criança, ou um adolescente... (WINNICOTT, 1970/1997, p.236).

Eis pois, a singularidade do *Ambiente Maternal no Cárcere*: um conjunto de oferta de zelo com seus bebês e cuidados direcionadas às outras díades mãe-bebê. Existiu uma irmandade que se instalou entre aquelas mães deserdadas: ao enfrentarem dores e desamparo, dividiram os cuidados entre si e com seus bebês.

O *Ambiente Maternal no Cárcere* é bem mais abrangente que o espaço ocupado por uma díade mãe-bebê, pois é composto por todos aqueles que cuidam das mães e dos bebês, do lugar físico onde as coisas se desenrolam.

Dialogamos aqui com o trabalho desenvolvido por Isabel Kahn-Marín (2016), quando sustenta a possibilidade de criar, no cárcere, um “espaço potencial onde a transicionalidade seja sustentada”, quando se proporciona “assistência, cuidado e atenção às gestantes e puérperas em situação de privação de liberdade”. No entanto, nossa pesquisa aponta para o fato de que tal espaço potencial, criado graças a uma intervenção externa, só pode se instalar porque encontra um ambiente maternal pré-existente que, de forma natural, permite, embora com dificuldades, a elaboração de uma relação mãe-bebê suficientemente boa, sendo esta assumida pelo conjunto das mães da cela 15, pese às circunstâncias adversas proporcionadas pelo cárcere. No entanto, pudemos verificar nas falas das entrevistadas que esse frágil espaço potencial, pré-existente a qualquer intervenção exterior, que caracterizamos como *Ambiente Maternal no Cárcere*, não resiste à perspectiva e à realidade da separação, que irrompe como elemento desestabilizador, ameaçando, ou aniquilando, o processo iniciado.

Assim, se pudemos observar que a importância da amamentação e do vínculo mãe-bebê era consensual, a questão da separação era entendida como sofridora e, na opinião dessas mulheres, prejudicial tanto para elas, quanto para os seus bebês. Ademais, na prisão a amamentação é rompida precocemente, apressada e sem preparação para a ruptura afetiva entre a díade. Características que sinalizaram elementos para apontar que dessa forma, fosse dificultada a espontaneidade para

desmamar, intensificando o sofrimento. Além disso, a ruptura do enlace mãe-bebê ocorre de maneira abrupta, sem transição e/ou período de adaptação.

2.2. Um ambiente inóspito, transpassado pela separação e o abandono

Estimamos que o processo de separação mãe-bebê no contexto prisional ocorra gradativamente e de forma planejada, para que haja conservação do vínculo familiar. Entretanto, em muitos casos o filho é afastado compulsoriamente da mãe, sem nem aviso prévio, forçando um desmame abrupto.

Se as separações as rupturas, as perdas, as discontinuidades são inevitáveis, a perda não deve exercer um certo tempo. Podemos pensar, com efeito, que existe um período para além do qual o objeto não mais sobrevive no espaço psíquico do bebê e para além do qual colapso desespero absoluta inevitável. O objeto não pode desmentir a promessa do encontro e o encontro deve acontecer de maneira rítmica, um ritmo que garante a continuidade. (CICCONE, 2018, p.19).

Como foi dito, o ser suficientemente bom no Ambiente Maternal no Cárcere pôde trazer indicações de cenas da preocupação materna primária dentro de sua atmosfera afetiva. Mesmo assim Laura, Ana Maria e Andréia trouxeram experiências de tristeza semelhantes às da gestação de Carla, pois rotineiramente se punham a chorar pela solidão, preocupações e dúvidas sobre a aquisição da prisão domiciliar.

As gestantes ou puérperas, ao ingressarem na prisão, já sabem que estarão fadadas a perder a convivência de seus filhos. Trata-se de um ambiente lúgubre. Aquelas mães, que ainda estão com seus bebês, fantasiam o que está por vir, pois as mulheres que já se afastaram de suas crianças contam os seus temores e como se sentem por ter seus filhos longe do seu convívio. Sendo assim, diariamente, o sentimento de perda do convívio com seus bebês é compartilhado com as demais, assim como foi escutado por Laura e Ana Maria.

A expectativa da separação é um tema que representa um contexto no qual a mãe vivencia a concomitância do apego e de sentimento de perda. Pensando isso, remeto aos sentimentos de Laura e Ana Maria que mesmo amamentando, decidiram se separar de seus bebês, antes do prazo de seis meses.

A continuidade das experiências narradas da separação das outras díades faz que a privação de liberdade também ocasione um complexo desconforto: a certeza que a sua criança não

reconhecerá como mãe. Laura trouxe a fala: “*ser mãe para quê, se a minha filha não me chamará de mãe*”, e, da mesma opinião, Ana Maria comungou.

O sentimento da separação iminente é impregnado de outras dissoluções da díade mãe-bebê que são vivenciadas na cela, as quais maximizariam as supostas reações de exasperação e encolerização, pois “existem situações que se caracterizam por uma espécie de luto tórpido interminável, nas quais o sujeito jamais consegue aceitar e superar essa ou aquela perda” (Green, 2008. p.189).

No trabalho do luto, o processo de separação de um objeto amado, seja por morte ou separação, é uma tarefa dolorosa e difícil que nos põe à prova, pois nos obriga a nos reconstituir. A dor psíquica que acompanha esse processo é inevitável, porém não é necessariamente patológica, sendo normalmente superada... (SALLES; CECCARELLI, 2012, p.25).

Além da perda da liberdade dessas mães, existe outra reação que é vivenciada dentro do cárcere. Algumas evitam o assunto por meio da negação do sofrimento, alimentando a fantasia onipotente que a díade mãe-bebê não será desligada em nenhum momento do cumprimento da pena.

No luto, diz Freud, o sentimento de auto-estima não é perturbado e temos consciência do objeto perdido. Depois, o trabalho de luto só pode ser considerado como uma "depressão normal" quando é limitado no tempo. Se o luto prolonga-se por um tempo demasiadamente longo, ele se torna uma vivência patológica, e se manifestará sob a forma seja do luto patológico, seja sob a forma da melancolia, dependendo da estrutura psíquica daquele que faz o trabalho do luto (ROCHA, 2008b, n.p).

Caso não exista o trabalho de luto entre as mães no cárcere, a sua dimensão é dolorosa e trará à tona demonstrações de raiva frente ao caráter forçoso da separação da díade mãe-bebê, como é dito por Bowlby (2004a, p.30): “[...] A perda de uma pessoa amada dá origem não só ao desejo intenso de união, mas também a raiva por sua partida”. Todavia, no ambiente carcerário, expressões de sentimento desse tipo devem ser silenciadas, pois qualquer exasperação é vista pela diretoria como passível de advertência.

No *Ambiente Maternal do Cárcere*, o filho é afastado, a contragosto, por assim dizer. Há indicações que a ruptura abrupta também trouxe consequências para todos os que estão coabitando naquele espaço.

[...] Crianças de tenra idade ficam transtornadas, mesmo diante de breves separações, crianças um pouco maiores ficam transtornadas quando enfrentam separações mais longas. Adultos ficam transtornados quando a separação é prolongada ou permanente.... Além disso, muitos relatórios clínicos (desde os primeiros estudos de histeria, conduzidos por Freud, até os numerosos estudos feitos nos anos recentes, cujo

volume aumenta dia a dia) atestam que as experiências de separação e de perda, ocorridas no passado imediato ou em anos anteriores, desempenham relevante papel no surgimento de muitas condições clínicas [...] (BOWLBY, 2004b, p.37).

Winnicott (1971) enfatizou que o aspecto traumático da separação que, depois de um certo tempo, produz uma perda que o coloca numa experiência de agonia. Então, pode-se dizer que a ausência não é vivida como tal, mas se transforma em vazio. E o bebê não mais está diante da necessidade de transformá-la, mas com aquela de lidar com o vazio existente devido ao não comparecimento da figura materna.

O assunto é amplo e tem preocupantes desdobramentos. Um deles é que quanto menor for a criança, maior será o perigo de separá-la de sua mãe. A criança menor de seis meses tem pouca ou, talvez, nenhuma maturidade emocional. Esta situação pode não assegurá-la suportar a quebra de vínculos devido à ausência materna.

Existem duas maneiras de enunciar isso, as quais, à primeira vista, parecem muito diferentes uma da outra. Uma é: quanto mais jovem for a criança, menor será sua capacidade para manter viva em si mesma a ideia de uma pessoa; quer dizer, se ela não vir uma pessoa, ou não tiver provas tangíveis de sua existência em x minutos, horas ou dias, essa pessoa estará morta para ela. (WINNICOTT, 1939a/2005, p. 11).

Ainda assim, a preocupação materna primária de Laura, Adriéia e Carla foram transpassadas por experiências infelizes. Narrativas que trouxeram traços de história pessoal trágica que puderam ser constituídas por privação material e abuso sexual e o conseqüentemente medo com a segurança física e emocional com suas primogênitais.

Cabe ressaltar um aspecto que nos parece crucial e particularmente dramático, não raras vezes, a história de vida das mães e os bebês pode ser o resultado de uma vida socialmente marginalizada e de frágeis redes familiares de cuidados. Laura, Andréia e Carla sofreram violência física e/ou sexual. Não houve a presença e ajuda de um outro que as protegesse e amparasse.

Sugiro, como vocês sabem, e suponho que todos concordem, que comumente a mãe entra numa fase da qual ela comumente se recupera nas semanas e meses que se seguem ao nascimento do bebê, e na qual, em grande parte, ela é o bebê, e o bebê é ela [...] Tudo isso é muito sutil, mas, ao longo de muitas repetições, ajuda a assentar os fundamentos da capacidade que o bebê tem de sentir-se real. Com esta capacidade, o bebê pode enfrentar o mundo ou (eu diria) pode continuar a desenvolver os processos de maturação que ele ou ela herdaram. Quando existem estas condições, como geral acontece, o bebê pode desenvolver a capacidade de ter sentimentos que, de alguma forma, correspondem aos sentimentos da mãe que está profundamente envolvida com seu bebê e com os cuidados que lhe dedica... (WINNICOTT, 1966/2002, p.4-5).

De acordo com o pensamento winnicottiano acima, exceto Ana Maria, as demais vivenciaram a gestação ou puerpério com lembrança do despreparo psíquico de genitores ou padrastos perversos. Relações familiares que podem deixá-las extenuadas e minimamente devotada aos seus bebês. Carla viveu o *Ambiente Maternal no Cárcere* sozinha e entediada, ao contrário das demais entrevistadas que compartilhavam a cela 15.

Como foi escrito na parte 2 desta tese, a preocupação materna primária seria vivência ensimesmada, pois a mãe deslocaria sua atenção de todos os interesses anteriores, como se deslocasse os seus sentidos para o bebê. Além disso, enfatizou a necessidade de a mãe ser suficientemente saudável para “adoecer” de forma especial neste período. Após essa experiência retomaria, gradativamente, suas atividades e interesses pessoais, recuperando-se desse estado.

Tenho a hipótese de que a preocupação materna primária pode ter submergido a outros contratempos da privação de liberdade, pois essas mães, em alguma medida, se desconectaram de outros interesses que vão além no enamoramento com o filho. A partir do cenário que envolve o tornar-se mãe no cárcere, a mãe inquieta-se, não só pelo dia da separação e, também, pela prisão domiciliar que pode não existir.

Questões como o afastamento da família; a incerteza de seu futuro na instituição (principalmente das mães que não foram sentenciadas); a vivência num ambiente sentido como ameaçador; o medo de se vincular ao seu filho depois ter que se separar dele, pelo menos temporariamente; o medo e/ou culpa por eventualmente serem ou terem sido usuárias de drogas e comprometerem a saúde dos bebês, entre outros, são fatores que podem comprometer o investimento no filho, por parte da mãe. (MARIN, 2016, p. 267).

Há indícios de que a angústia é experienciada intensamente. O ser suficientemente bom de Laura trouxe mostras de que foi marcado pela perda afetiva da filha natimorta, que se somou à separação compulsória. Além disso, a gravidez se desenvolve num estado de angústia. O sonho de liberdade é constante. A preocupação para acompanhar o desenvolvimento de seu filho extramuros é ininterrupta. Nas entrevistas realizadas houve pouco momentos para imaginar a criança em seu ventre, apenas a liberdade.

Entretanto, as entrevistas me levaram a acreditar que a preocupação materna primária no *Ambiente Maternal no Cárcere* pode existir, mesmo que por rasgos. Sabe-se que esse estado psicológico winnicottiano deve ter figuras de apoio. Exceto Ana Maria, a maternidade das demais não tiveram retaguarda. Carla, Laura e Andréia não tiveram suportes afetivos familiares, pois seus entes pouco as visitam ou nunca os viram nos dias de visita.

As avós maternas são as guardiãs dos netos gestados no cárcere e podem estar a cumprir a função materna. Elas não tiveram como arcar com os custos no transporte urbano para o cárcere. Além disso, não posso deixar de considerar que pode haver pais descontentes por ter a filha encarcerada, por isso a ausência do genitor de Laura nos dias de visita. Por outro lado, a mãe, irmã e cônjuge de Ana Maria acompanharam a gestação e receberam a guarda da criança, antes do prazo de seis meses.

Como já sabemos a preocupação materna primária vai ao encontro das identificações com as necessidades físicas e afetivas da criança. Poderíamos pensar que esse estado psicológico, vivido por Ana Maria, também trouxe traços de certa ambivalência? Assim penso, pois desejou se separar antecipadamente de sua filha.

Embora a maternidade traga a opinião dessas entrevistadas como “*um presente de Deus*”, a questão da ambivalência afetiva não se pode ser esquecida, pois como toda relação humana pode ser transpassada por dúvidas. Ao olho nu, a ambivalência amorosa não pode ser despercebida na experiência de maternidade, porque se assim fosse, seria um ponto cego no tornar-se mãe no cárcere.

Nesse sentido, percebe-se que é comum o conflito de sentimentos ambivalentes vivenciados pelas entrevistadas devido ao convívio compulsório com sua filha e prazo determinado: se ficasse com o filho na prisão, estaria institucionalizando-o, expondo-o a condições deletérias, o que pode desencadear culpabilização; e por outro lado, se delegar os cuidados do filho, terá de lidar com o sofrimento de separar-se dele, tendo suas chances de constituição de vínculo e participação na vida da criança reduzidas. Seria um sentimento ligado ao desejo de viver e cuidar do filho e sujeitá-lo às condições da prisão x sofrimento; abdicação dos cuidados maternos e separação de seus bebês.

Como dissemos, não podemos ignorar as chances de que, a relação mãe-bebê estando sujeita a condições adversas, a preocupação materna primária sofra danos, ou enfrente maiores dificuldades de promover uma vinculação possível. Isto é, os aspectos da dinâmica prisional, os recursos oferecidos por esse cárcere feminino podem vir a comprometer a dedicação de Laura e Ana Maria aos cuidados com suas bebês, repercutindo de forma negativa no investimento psíquico da mãe no seu filho. Seria esse outro motivo pelo qual essas entrevistadas optaram por abrir mão da convivência com o filho na prisão, para poupá-los da precariedade da cela 15?

Além de trazer indicações de que é uma localidade anti-higiênica, apresento outro traço: espaço estrépito, pois senti reverberações intensas e a escuta de balbúrdias. Na entrevista com Andréia, fiquei assustada, pois não sabia a origem de tamanho barulho. Era comum eu me aproximar para melhor escutar as falas. As entrevistadas relataram que tal característica é intensa ao longo da

noite até a aurora. Esses ruídos também incomodavam as crianças, de acordo com o relato de Andréia, Ana Maria e Laura. Situação que ocasionava no bebê de Laura sobressaltos e choramingos.

Trata-se de um ambiente inóspito. Em minha opinião, a cela 15 é mazelenta. Tal afirmação é por ter visto, em sua entrada baratas e formigas mortas que foram expulsas pela faxina feita por elas. Não obstante, as crianças nem sempre adoeciam.

O Ambiente Maternal no Cárcere narrado por Laura mostrou ser um lugar de mexericos e conflitos – traços que não remetem à familiaridade que a convivência da mãe-ambiente requer. As apenas não “vivem com, mas se protegem de”. Conforme Ana Maria, existem desentendimentos entre elas, os quais foram caracterizados de “*stress de cadeia*”. Percepção que sinaliza consequência de uma convivência atípica, porque eram mulheres desconhecidas entre si, de periculosidades diferentes, sobretudo de facções diversas. Espaço que não comportava “*tanta mulher junta ao mesmo tempo*”, assim como foi falado por Laura.

Andreia sentiu expectativas sobre o desenvolvimento de sua filha perto de si. É possível dizer que, de alguma maneira, seu amor materno idealizava o lugar que a sua criança viria ocupar em seu imaginário? A exemplo de Carla, pôde atender seus desejos de perpetuação pelas suas consecutivas gestações, dizendo querer “*ter um filho para chamar de meu*”.

Embora boa parte de seus filhos estejam fora do cárcere, observei que as apenas relataram uma mudança provocada pelos bebês que nasceram na prisão, o que fez com que elas ambicionassem mudar a maneira como vivem, pois comentaram que a situação em que se encontravam, em privação de liberdade, fazia com que refletissem sobre a experiência de tornar-se mãe. O contexto prisional é uma situação de desamparo e isolamento; situações de risco para saúde psíquica da mãe-reclusa para o desempenho da maternidade.

Andréia, por sua vez, disse que “*um filho muda tudo*”. O desejo de ser uma pessoa melhor parece arrastar o desenvolvimento emocional da bebê para a realização de seus sonhos que, em tese, não poderão ser concretizados devido à privação de liberdade. Assim mesmo, vemos que podem existir, entre o recém-nascido de Andreia e seus planos futuros, outras possíveis frustrações. Por exemplo, o contexto socioeconômico em que vivera seria um dificultador para arcar com os custos de uma graduação. Presumo que a presença de um filho que “*muda tudo*” estaria aquém de severas privações financeiras, as quais dificultariam a sua realização.

A princípio, mãe e pai sentiriam plenitude sobre o nascimento da criança, sentindo alegria a qual preencheria cada um. Entretanto, não se tem uma lógica psíquica de causa/consequência, por mais felizes que Ana Maria e seu marido pudessem estar com a sua bebê, a mesma traria a marca de

um desconhecido, pois não se sabe como a bebê iria se desenvolver emocionalmente no convívio com *“pessoas que não são de Deus”*.

Outra questão de interesse é a maneira de como Laura vivenciou o parto. No momento do parto, estar custodiada pôde atestar o traço de solidão, devido a estar distanciada, compulsoriamente, dos seus entes. Laura teve um ávido desejo de amparo. As entrevistadas também vivenciaram tal momento de forma singular.

Na cela 15, Carla teve a permanência solitária. As gestantes que foram apreendidas logo tiveram a prisão domiciliar. Isolamento que se uniu à ausência de uma pessoa querida, seja um filho, um familiar ou um parceiro. Experiência subjetiva na qual o outro não esteve presente. Fica visível que as apenas têm dificuldades em lidar com os afastamentos de familiares e principalmente com a separação dos filhos. Carla teve traços depressivos somados à preocupação com a segurança física e angústia por não poder acompanhar o desenvolvimento deles. Diante desse afastamento, Ana Maria e Laura intuíram que não seria possível, após o término de sua pena, resgatarem o tempo de relação com suas crianças que foi perdido.

Numa prisão, o tornar-se mãe no cárcere é desde cedo influenciado pelo próprio processo de reclusão destas mulheres. Inicialmente, ao estarem presas e simultaneamente estarem grávidas ou terem filhos pequenos, começam a preocupar-se com a decisão da permanência na prisão rogando a Deus sua prisão domiciliar.

A maternidade no cárcere evidencia uma incerteza. Após o cumprimento da pena privativa de liberdade, os filhos poderão não as reconhecer como mães. Neste sentido, há elementos de que maternidade seja dolorosa por trazer sentimento de impotência e perda, pois o filho destituiria o seu lugar de mãe.

A instituição penal, pelo seu caráter de confinamento, naturalmente estabelece barreiras para o mundo extramuros. O contato familiar é tolhido e ocasiona sentimento de tristeza, desesperança e solidão. Percebo que o encarceramento, como se dá atualmente, não significa uma estratégia de ressocialização/terapêutica.

2.3. Religiosidade e esperança

Entendo que tornar-se mãe no cárcere é uma situação dolorosa, pois remete a um segundo tempo de desamparo. Lembro da espiritualidade de Carla que permite direcionar seus desassossegos à Deus.

Quando ao redor começou aparecer ameaça de dor e sem nenhuma garantia, Carla pôs no personagem família-pai ideal que estabelece o sentido e a garantia de quem às protegerá da solidão e de certas lembranças infelizes do passado.

Koenig (2001) conceitua religião como um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos projetados para auxiliar a proximidade do indivíduo com o sagrado e/ou transcendente, e espiritualidade como uma busca pessoal de respostas sobre o significado da vida e o relacionamento com o sagrado e/ou transcendente.

Religiosidade é a prática que um indivíduo acredita e segue uma religião. Embora haja uma considerável sobreposição entre as noções de espiritualidade e religiosidade, esta difere da outra pela clara sugestão de um sistema de adoração e doutrina específica que é partilhada com um grupo (FLECK; et al., 2003, p.448).

Práticas religiosas constituem uma parte importante da cultura do presídio do *Ambiente Maternal no Cárcere*. O conhecimento e a valorização de tais comportamentos colaboram com a adesão do indivíduo à fé em momentos melhores, à esperança diante dos dias difíceis do encarceramento e à crença do bem-estar da família. Observei que a prática da religiosidade e espiritualidade mobilizou as entrevistadas e potencializou a tentativa de superação ao tempo de confinamento carcerário. Diante disso, temos elementos que sugerem certa conformação da longa pena de privação de liberdade que receberam. Elas acreditavam que foram sentenciadas injustamente, mas a figura de um ser superior faz com que surja a aceitação do dia a dia da prisão.

Esperança e espiritualidade possa se entrelaçar com a outra, pois o desejo em dias melhores e esperança, a qual estimula abrir caminhos para o futuro... com projetos, conduzindo a prováveis atitudes serenas, amadurecidas e equilibradas[...] Ainda podemos nos inspirar em poetas e artistas... Como diz Gilberto Gil: “a fé não costuma falhar (...)”. (NEGREIROS, 2003, p. 289).

Durante as entrevistas, escutei que as contínuas reflexões sobre os acontecimentos de suas vidas e a chegada de um filho, não desejado e não planejado, apontam para um pedido de orientação de Deus. Essas mulheres acreditam que as coisas da vida existem pelos desígnios Dele, criando determinada relação humana com o Divino que resulta na aceitação das intempéries da vida. Surge então um panorama que se faz oportuno observar, em virtude do surgimento de questões psíquicas ligadas ao encarceramento, à esperança por uma prisão domiciliar, que se acredita ser iminente. Estimo que a prática da religiosidade pode ser a causa da diminuição do desespero e do desamparo.

Diante de uma precariedade familiar e do desamparo social, clamam ao ser superior para ele dar conforto e aceitação. Frequentemente, quando as pessoas sofrem diversos tipos de

traumatismos, elas se sentem desamparadas e procuram novos sentidos e significados em suas vidas. As apenadas desenvolvem interpretações e tentam modificar positivamente o presente, tentando superar traumas indelévels de suas histórias de vida. Surge então o amparo para superação da dor e a autoconfiança em lidar com as adversidades do cárcere.

A experiência religiosa requer, especificamente, a capacidade de dar um nome à experiência de crer, que deriva da interação do sujeito com o sistema simbólico religioso e, para o homem de fé cristã, supõe a palavra reveladora de Deus e a capacidade de responder, com toda a sua pessoa, à interlocução iniciada por Deus (ALETTI, 2004, p.23).

Por outro lado, aquelas que não professam nenhum pertencimento à espiritualidade, também assistem aos cultos, porque estes são espaços e momentos que preenchem o ócio permanente. Esses momentos permitem o contato com pessoas, de outras alas do presídio, que também assistem ao culto.

[...] Também existem evidências crescentes de que a religiosidade está associada com saúde mental. Uma revisão de 200 artigos demonstrou que em 50% dos casos ela está associada com fatores positivos e em 25% com fatores negativos. Nesta revisão a religiosidade apareceu como sendo um fator protetor para suicídio, abuso de drogas e álcool, comportamento delinquente[...] Observou-se uma correlação positiva entre esses, onde a religiosidade/espiritualidade aparece como uma das estratégias utilizadas para o luto... Até mesmo em sujeitos que não são adeptos de nenhuma religião a espiritualidade aparece como uma dimensão importante, atrelada a questões existenciais significativas (NEGREIROS, 2003, p.452-453).

As diferentes pastorais espírita, católica e evangélica, pela prática do aconselhamento, criam uma rede de assistência social e material e oferecem um lugar para serem ouvidas. A presença dos grupos e dos discursos religiosos cristãos, além de proporcionar às internas um suporte emocional, representa um parêntese no cotidiano prisional que as anima. Além do mais, a religiosidade pode trazer elementos efetivos de controle sobre a massa carcerária, uma vez que sua presença evita tensões diárias das internas.

No caso específico da religiosidade, a presença dos grupos religiosos e a circulação do discurso religioso atuam como mecanismos de poder e de controle para manter calma a massa carcerária. Simultaneamente, para as internas, a assistência aos cultos e a presença dos grupos religiosos são formas de passar o tempo de ócio, de escutar palavras de conforto, de ter canais de contato com pessoas de fora do presídio. Do mesmo modo, a adoção do discurso religioso cristão por parte das internas, sendo o único recurso discursivo a que têm acesso, ainda considerando todos os limites que isso possa implicar, lhes oferece sentido, finalidade e transcendência à vida intramuros. Com a adoção desse discurso a interna que não consegue se singularizar aos olhos do mundo consegue-se singularizar aos olhos de Deus, bem como frente aos agentes religiosos (VARGAS, 2005, p.27).

Existe toda uma preparação para a chegada dessas pessoas que pregam o sagrado. Elas organizam a cela para recebê-las. A distribuição dos horários para as pastorais, segundo alguns agentes religiosos, é negociada entre a administração e os grupos conforme a disponibilidade da rotina da prisão.

Os grupos religiosos, em algumas ocasiões e em certa medida, atuam como agentes de reinserção ou de purificação social. Isso suaviza seu estigma de mulheres de alta periculosidade. Este estigma que se imprime para sempre no corpo e na vida dessas mulheres.

Tais agremiações também contribuem materialmente com a penitenciária. A ajuda material refere-se à doação de cestas básicas às famílias das internas mais carentes e doação de elementos, geralmente de asseio pessoal, para uso das internas ou dos seus bebês, como fraldas, absorventes, desodorantes, cremes, sabonetes, entre outros. Eles também são os maiores doadores nas festas e cerimônias da instituição. Contudo, cabe ressaltar que, no período da realização desta pesquisa, a ajuda material não se realizava de forma direta entre os grupos e as internas. Primeiramente, chegava às mãos da administração para vistoria e, posteriormente, a mesma distribuía.

A religiosidade, espiritualidade e fé se complementam mutuamente. Além disso, elas vão ao encontro da esperança expressada no momento das entrevistas. *O Ambiente Maternal no Cárcere* é também composto pela expectativa em dias melhores, bem longe das quatro paredes de uma cela. “Na sua essência, a esperança é, antes, um horizonte que se descortina, um apelo que nos convida a caminhar e a ir sempre adiante pelos caminhos da vida” (ROCHA, 2007, p.259).

Posso entender que religiosidade e esperança estão presentes e têm importância no cotidiano na cadeia. Trata-se de uma determinada força interna, que sustenta o desejo de sobreviver a uma pena de reclusão tão grande, dias sem ver a família, sem ver a natureza, sem ver seus filhos. Buscam de alguma forma a esperança para não caírem no desespero. Algumas esperam sair do presídio com seus filhos nos braços. Ledo engano, pois, por vezes, tal possibilidade parece remota. Entretanto, talvez seja preferível viver de falsas esperanças ou de expectativas irrealistas do que simplesmente não ter esperança alguma.

Neste sentido, a esperança só se concebe enquanto sustenta o desejo de ir na direção de um desejo de liberdade, de uma prisão domiciliar e do regime semiaberto. Religiosidade e esperança são características de um estado consciente de otimismo na inospitalidade da prisão. “A esperança sustenta esta capacidade de sonhar, alimenta as fantasias de desejo e cria nossos projetos de amanhã” (ROCHA, 2007, p.270).

Esperança de uma saída temporária do presídio e estar junto aos seus. É o que, em última análise, impulsiona o caminhar de ter boa conduta para não estender seu prazo de estadia dentro do presídio e sair das situações de desamparo afetivo. “[...] esperança não é esperar, é caminhar, é dar sempre um passo adiante com o qual tudo se recomeça” (ROCHA, 2007, p.262).

Sobre a busca da religiosidade e da esperança, trago à continuação alguns registros de relatos feitos por Carla e dados a mim, apresentados com sua autorização (ver os seguintes relatos 1 a 6). Sentimentos sobre a religiosidade e a esperança no cárcere, como também, sobre o sofrimento, em razão do afastamento de sua família e filhos.

Relato 1^o

27 de novembro 277 Salmos
 27 de novembro
 Hoje eu estou completando
 mais um ano de vida obrigado
 meu Deus pelo esse dia apesar
 de estar nesse lugar longe das
 pessoas que eu tanto amo eu
 queria tanto estar perto de quem
 eu tanto amo mais não do jeito
 que eu quero e do jeito que
 o meu Deus quer ou meu pai
 queria tanto que o Senhor
 realizasse o meu desejo mais tudo
 tem o seu tempo determinando
 hoje não deu uma vontade de
 chorar muito não bater uma
 tristeza mais Deus está mudando
 força para suportar mais eu creio
 e tenho fé nisso muito a Deus
 saúde paz entretenimento Alegria
 e felicidade como Deus Pai meu
 meu Deus meu Deus

8

Salmos 46: Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia. Portanto não temeremos, ainda que a terra se mude, e ainda que os montes se transportem para o meio dos mares. Ainda que as águas rujam e se perturbem, ainda que os montes se abalem pela sua braveza. Há um rio cujas correntes alegam a cidade de Deus, o santuário das moradas do Altíssimo. Deus está no meio dela; não se abalará. Deus a ajudará, já ao romper da manhã. Os gentios se embraveceram; os reinos se moveram; ele levantou a sua voz e a terra se derreteu.

Relato 2

Senhor Amado Deus e amado pai me
 ajude me de forças me capacite a cada
 dia não é fácil passar por tudo isso
 sozinho mais sei que tu estás comigo
 me sinto triste com tantas coisas
 alegria senhor meu coração me consola
 noite e dia todo dia é uma luta uma
 batalha diferente senhor senti mais
 suportar saudades dos meus filhos e
 de minha mãe mais sei motivos de como

eles estão no aqui que todo dia são por
 cada um entregando em tuas mãos.

Senhor meu Deus Toque no coração
 da Senhora Juiza e de alguém aqui
 do presídio pra mim ajudar sei que
 não sei ou certa de maneira alguma
 ter passado tanto tempo sem vim dentro
 no presídio nada justifica mais tu sabes
 Senhor meu Deus de todas as coisas e como
 resolver esse problema pra O Senhor não se

Relato 3

Senhor meu Deus e meu pai
já passei por tantas coisas aqui
nesse lugar, ~~por~~ não fosse o senhor
meu pai comigo já não estaria de
pé não suportaria tamanha dor
em meu coração é horrível está
em um lugar como esse e se sentir
só se não fosse a tua maravilhosa
presença em minha vida se
nem sei o que seria se não
que uma viva morta sem
poder me levantar obrigado
meu Deus pelo teu consolo pela
tua compaixão em minha vida
em minha alma sem Ti nada
disso seria possível, Te agradeço
por tudo sou falha pecadora
mas ~~tu~~ me amas obrigado
por seu imenso amor contigo
tenho mais paz mesmo em
meia tribulação só tu senhor
para confortar o meu coração
só tu pra me fazer mais do que
vencedora.

Imagens 7 e 8 - Espaço onde se realizam as práticas religiosas



Fotos obtidas da rede social: @seapgovpb

2.4. Últimas considerações

Apareceram relatos de uma situação específica de transferência, quando Laura falou que ia “*ver o céu*” ao ser chamada para ser entrevistada. Fatos antigos e recentes das experiências de maternidade e de maternagem vividas na cela 15, se enlaçaram à relação transferencial com a pesquisadora. A escuta clínica me permitiu ter acesso à relatos inéditos para serem interpretados nessa escrita. “Sei que a escuta clínica é diferente daquela feita pelo senso comum... Acho que as teorias servem principalmente para refinar nossa escuta e torná-la sensível às várias formas de sofrimento psíquico[...]” (MINERBO, 2017, p.49).

A relação de Carla comigo exaltou a transferência. Entretanto, o “comprovante físico”⁹ dessa relação, foi dado por Carla nos momentos que ela sabia que iria visitá-la.

Safra comenta da importância de se escutar a linguagem própria de cada indivíduo. Para esse autor, essa linguagem é chamada de idioma pessoal. Um modo singular de uma pessoa, a partir do qual ela tem sua maneira peculiar de interpretar a existência e de emprestar às palavras, imagens e atos, um sentido pessoal.

⁹ Foram vinte e duas folhas de dimensões 20x15cm. Entretanto, expus aquelas que nas quais não constava seu nome e dos demais filhos. Aproveito o ensejo de que a palavra “pai” ou “Pai” se refere a Deus.

[...] aparece em sua maneira de ser, em seu discurso, em seu gesto, nas coisas que ele colhe para compor seu ambiente, na maneira como ele constitui seu percurso de vida. A possibilidade de compreendê-lo permite que se possa interagir com a pessoa, conversando com ela no registro de seu idioma pessoal. O que significa a possibilidade de se compreender a maneira como fórmula as grandes questões da existência, o modo peculiar que ela tem de portar seu sofrimento e a maneira como sonha seu porvir (SAFRA, 2004, p.116).

As intempéries nas histórias de vida dessas mulheres, a infelicidade da passagem ao ato infracional e as condições de vulnerabilidade sócio afetiva puderam afetar o modo com o que cada uma vivenciou o *Ambiente Maternal no Cárcere*. A partir dos elementos apresentados, aparece que ser suficientemente bom na prisão é sofrido. Lembranças dolorosas e de profundo desamparo fizeram parte de tal experiência.

O *Ambiente Maternal no Cárcere* mostrou sentidos de vida e modos de viver a maternidade. Refletiu algo de muito íntimo das mães que são desprezadas pela sociedade porque são de alta periculosidade. Os sujeitos envolvidos neste estudo cometeram crimes, ultrapassaram os limites da ordem e da moral, rompendo um “acordo social” que, de fato, existe entre nós, mas do qual não temos a consciência.

É importante lembrar incômodos que limitaram sonhos e desejos dessas mães. Longe de sua família nuclear, passaram a adotar uma atitude mais indignada diante da condição de estarem apenada. Algumas histórias são marcadas por muitas situações vieram causar sofrimento: maus-tratos e abuso sexual. Elementos que trazem indicações de que o exercício de mãe suficientemente boa foi intranquilo. Somada à quebra de vínculos, a atmosfera hostil do cárcere traz uma outra peculiaridade para quem a vivencia: existe clima de desconfiança no relacionamento com as companheiras de detenção que são desconhecidas.

A mãe-ambiente, que pode estar presente no puerpério, traz elementos afetivos para sonhar com o seu bebê nascido. As experiências narradas indicaram elementos para vermo-las como mães-ambiente com limites de vida e de morte, impostos pelo tráfico de drogas. Experiências maternas diante de condições abjetas para a saúde emocional da díade mãe-bebê.

Há indicações de que os relatos trouxeram traços a respeito da insalubridade e lugubridade do cárcere. Não obstante, o exercício de ser mãe suficientemente boa não foi impossibilitado, mas prejudicado. Por mais que o cárcere seja adverso, existiram elementos que possibilitam observar rasgos/momentos da mãe suficientemente boa.

Os genitores se encontram encarcerados, foragidos ou não reconheceram a paternidade. Conforme Winnicott, para que preocupação materna primária possa se desenvolver da melhor forma,

faz-se necessário apoio afetivo para essa mulher. Os relatos compartilhados com a pesquisadora apontaram que, em certos casos, a retaguarda proporcionada pela avó materna sustentou o vínculo da filha com o neto.

A Cella 15 é considerada pela maioria das mães como um ambiente muito mais adequado para as crianças do que quaisquer pavilhões, pois foi construído para os bebês. Ao contrário de outras celas, que são consideradas ruidosas e inóspitas.

O cárcere se refere a um mundo em que tudo é excessivamente tolhido e racionalizado pelas leis. A condição de isolamento decorrente do processo de encarceramento traz às entrevistadas o afastamento da família, filhos, parceiro, amigos e do ambiente familiar. Há apenas a que fez referência de sofrimento sobre a experiência subjetiva marcada pela ausência do outro. Situação que pode apontar traço da solidão, pois, quando entram na prisão, as mães receiam ficar sozinhas, por não terem qualquer tipo de apoio.

Como disse, a partir dos resultados da pesquisa de campo, percebi que a atmosfera do *Ambiente Maternal no Cárcere* é lúgubre. Ela esteve envolta por desassossegos, saudades, privações e miséria humana. Mesmo assim, a maternidade foi pensada como um “*presente de Deus*” que direcionou a ter fé numa vida longe do crime. O filho esperado traz a marca uma vida melhor. Um sinal de fé em dias diferentes, pois se distanciaram da criminalidade para cuidarem de suas crianças.

A falta de uma rede de apoio, para a mãe encarcerada, é um ponto influente na constituição do vínculo mãe-bebê. O encarceramento, por si só, coloca a mulher em condição de desmerecimento de contato extramuros, sendo afastada do convívio com seus familiares e amigos, o que dificulta e muito a preservação dos seus laços afetivos. Como se não bastasse, a mulher-presidiária é, por vezes, desprezada e renegada por suas referências afetivas, sofrendo com o abandono e a solidão, caracterizando vulnerabilidade emocional e afetiva.

Na busca pela superação das experiências de sofrimento, as mulheres apenas constroem estratégias de enfrentamento para se adaptarem à institucionalização prisional e aos seus desdobramentos que dizem respeito à religiosidade e esperança.

Nesse sentido, para as mulheres deste trabalho, existiram elementos que auxiliaram a ter esperança no cotidiano de confinamento, principalmente a fé em Deus, na medida em que estas mulheres se apoiaram em um poder divino como mecanismo de aceitação de sua pena.

A análise dos dados sinalizou a necessidade de refletir e elaborar a preparação para a separação inerente à situação dupla. Reflexão que poderá embasar intervenções em presídios femininos. Materializar o investimento em seus filhos, promover reflexões importantes acerca da

construção de um projeto de vida para a díade mãe-bebê são aspectos que se mostram essenciais dentro de uma instituição prisional.

Neste momento em que finalizo este trabalho, reitero que a inospitalidade do cárcere e as respectivas separação compulsórias de seus bebês não impediram o exercício da mãe suficientemente boa, mas o dificultaram. Suponho que os traços de solidão e o “*estresse de cadeia*” podem ter sido embaraçantes para o tornar-se mãe na prisão. Além disso, as entrevistas trouxeram elementos que sugerem que houve incômodos, que afetaram a mãe em sua entrega ao estado de preocupação materna primária. Desde os últimos meses da gravidez, foi unânime que o anseio pela prisão domiciliar, tangenciou a preocupação materna primária das apenadas.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Desde o primeiro momento que estive no cárcere em 2015, percebi que o trabalho que iria fazer ia muito além das questões teóricas e que minhas reações emocionais seriam bastante significativas para a condução das entrevistas.

O trabalho de orientação com a professora Dra. Véronique Donard também foi perpassada pelo acolhimento dos impactos recebidos durante as entrevistas, tornando-se um recurso que bem utilizei para sentir, conhecer e lidar com os efeitos da relação mãe-bebê de caráter compulsório. Foram desdobramentos teóricos que aprendi ao longo do processo de contato com as entrevistadas, principalmente o manejo de questões de transferências e contratransferência no cárcere.

Acredito que a entrevista aberta foi um relevante instrumento para o importante processo de livre associação dessas mães encarceradas. Há elementos que apontam para o fato de que os incômodos sobre o tornar-se mãe no cárcere permitiram sinalizar que, além dos meus estudos em psicanálise, era necessário desenvolver certo refinamento na escuta clínica que vão além das cristalizadas ao longo da minha atividade profissional e que, muitas vezes, acabam sendo insuficientes para incluir particularidades que vão surgindo paulatinamente ao longo da escuta clínica.

Os momentos que mais trouxeram elementos para com relação à percepção de fenômenos que ocorreram na cela 15, eram dissimilantes daqueles outrora escutados na prática clínica. Ainda que os fossem, acreditei em que devia ser eu mesma. Com efeito, me permiti a ser movida por traços de “internalidade” própria que me deixassem, no momento das entrevistas, em “dis-posição” para a escuta de gestos, expressões sonoras, palavras, conotações afetivas de Laura, Ana Maria, Andréia e Carla; expressões do idioma pessoal de cada uma.

Aproximar-me do *Ambiente Maternal no Cárcere*, sob o ponto de vista da psicanálise, foi uma tarefa simples, porém não simplória; cercada de complexidades. A simplicidade se deu por poder exercer a capacidade de comunicação pessoal de forma direta. Complexa, pelos recortes necessários na teoria winnicottiana sobre o período da gestação aos seis meses de vida do bebê. As contribuições de Winnicott a respeito do tema “gestantes”, “puérperas”, “recém-nascidos” e “cárcere”, puderam favorecer uma releitura e discussões sobre a relação mãe-bebê na prisão, permitindo articulá-las à questão da subjetividade da experiência de tornar-se mãe no cárcere, com o caráter compulsório imposto por lei.

Laura e Ana Maria relataram que outras apenas maltratavam os bebês. As falas transcritas sugeriram elementos de que a mãe suficientemente boa não é uma disposição congênita.

Digo isto no sentido de que não há gestação e puerpério que não tenham uma história afetiva que lhes antecede. É um novelo de tramas entre passado e presente. Experiência com “ingredientes” complexos e inconscientes que pertencem à mãe, assim como ao tempo em que a apenas fora bebê.

Os elementos da pesquisa sugeriram que aquela mãe-ambiente que vivencia o processo de gestação e possui o espaço psíquico para sonhar, por exemplo, é extremamente distinta daquela em limite de vida e morte imposto pelo tráfico de drogas. Ressalto que, pese a esse ambiente ser por demais hostil (nada facilitador ao desenvolvimento psíquico da criança), a maternidade aparece pensada como uma forma de se distanciar de uma vida cercada por rótulos de “criminosas”, “bandidas”, “fichadas”, tentado ligar-se a concepções também cristalizadas de maternidade que, finalmente a devolvam um pouco da própria humanidade e alteridades perdidas.

As entrevistadas pontuaram momentos importantes que aconteceram no enlace afetivo com seus bebês. Foi posto que o nascimento da criança as fizeram pensar em uma vida longe de condutas delinquentes. A fé, esperança e religiosidade também impulsionaram o tornar-se mãe no cárcere e auxiliaram as mães a enfrentarem os traços de desamparo na experiência de gestação e puerpério vivenciados. As falas também sinalizaram como a maternidade no cárcere foi uma condição aviltante que atravessou a maternidade suficientemente boa.

Estudar o *Ambiente Maternal no Cárcere*, apontou elementos para afirmar que a condição emocional de tornar-se mãe no cárcere traz percalços para a maternidade suficientemente boa, pois o encarceramento foi uma situação trágica para as entrevistadas. Trágica até mesmo na concepção grega, que permeia a vida e o destino como coisas indissociáveis e que é impossível fugir deste último. Logo, o próprio “cair”, no jargão usado por quem passa pelas delegacias de polícias e prisões já mostra-se como fruto irremediável e lógico da vida que levam e o estigma de tal queda apresenta-se quase irreparável, fazendo com que, (neste caso, as apenadas), encarem a vida sob tal ponto de vista.

Assim tudo que aparece na vida dessas mulheres em sua vida são desafios a serem trilhados para que adentrem naquilo que é pensado como o “bom e o correto”, já que a maternidade para as mulheres sempre é vista ou prescrita como uma “benção”, a qual ela deve dedicar-se inteiramente. Contudo, é notório que uma mulher com tolhimento de liberdade não tem facilidade para estar devotada, disponível para o seu bebê, reconhecendo as necessidades e demandas de seu filho. Elas estão em condição de precariedade absoluta, e isso independe do ambiente físico, porque, para elas, se trata de uma questão existencial.

O caráter inóspito e insalubre do cárcere não impossibilitou, mas prejudicou o exercício materno de ser o ambiente facilitador. Durante as entrevistas, umas puderam sê-lo, outras não. A

forma de exercê-lo foi o que permitiu transformar a precariedade afetiva da prisão para o desejo e cuidado que circulam entre si e os bebês. Isso fica claro através das situações das entrevistas não se repetiram, por mais que o ambiente da cela fosse adverso, houve possibilidades do exercício da função materna, mesmo não efetiva. Assim posso pontuar que fendas/traços da maternidade suficientemente boa foram vistos no *Ambiente Maternal no Cárcere*, isto é, ser mãe-ambiente é suportar também a dor da separação e a ruptura do vínculo com sua criança.

Esse estudo em psicanálise sugeriu elementos para reavaliar a asserção de que o vínculo mãe-filho, no cárcere, é malogrado. Posto que a insalubridade traga alvoroço à quietude esperada na gestação e puerpério, existiram tons diferentes de riscos que permitiram visualizar momentos da experiência de a mãe ser um ambiente suficientemente bom para seu bebê. A maternidade no cárcere é paradoxal e traz consigo unicidade, esta de difícil percepção e entendimento. Os achados deste estudo expuseram à vista que a generalização se fez um espaço para o particular que caracteriza a relação mãe-bebê construída em medida de privação de liberdade.

Em síntese, a realização deste estudo foi um grande desafio, dado que são escassas as contribuições da pesquisa psicanalítica sobre a temática; compondo mais um dos motivos que evidencia sua relevância.

Além disso, é pertinente recapitular que os resultados aqui apresentados possam apresentar falhas quanto à sua fidedignidade, por conta das possibilidades de não representarem plenamente a realidade de todo o país. Por essa razão, julga-se que, diante da temática abordada, seria adequada a realização de mais pesquisas em que se investigue o objeto de estudo mais proximamente, como pesquisas do tipo estudo de caso, ou pesquisas de campo.

O impasse é que, provavelmente, há inúmeras restrições do sistema prisional ante pesquisas desses tipos, sendo esse um âmbito de difícil acesso para estudiosos, o que, possivelmente, demandará um pouco, ou muito mais, energia, engajamento, perseverança e disposição do pesquisador. De modo geral, o intuito desta investigação foi contribuir para expansão de fundamentação teórica referente à relação mãe-bebê que decorre em estabelecimento penal no Brasil, sendo possível verificar os efeitos do encarceramento na vinculação entre a díade.

Em relação às controvérsias acerca da permanência da criança com a mãe no cárcere, entendo que a prisão domiciliar traz o benefício da relação mãe-bebê se estender para além dos seis meses.

O tema deste trabalho foi engajado com o compromisso social e dialogou com a realidade no aprisionamento de mães, gestantes e puérperas. Amparos vindos das políticas públicas são

fundamentais para esse primeiro período da sobrevivência psíquica das crianças. A exemplo de Ana Maria, o tráfico de drogas é uma forma de sobrevivência material a qual remete a realidade socioeconômica brasileira.

Ainda assim, em algum momento, essa pena abarcará um número cada vez menor de mães e gestantes infratoras. Não restam dúvidas de que a questão do cárcere é um assunto crucial no Brasil. A instabilidade política nacional e as atuais adversidades socioeconômicas podem levar mulheres à eventualidade de perpetrarem em novos/outros atos delituosos. Sendo assim, deixariam de ser rés primárias. Nestes casos, é incerto de que o regime aberto em prisão domiciliar seja obtível. A instabilidade do cenário político brasileiro pode vir a faiscar o número crescente de rés reincidentes. No Brasil, se a taxa de desemprego e baixa escolaridade são elevados, e é preciso indagar-se sobre qual seria a possibilidade para aquelas de condições econômica desfavoráveis, alcançarem meios para o sustento familiar.

Não se trata, portanto, de uma contribuição definitiva. O que foi proposto foi uma sugestão à pesquisa psicanalítica cuja orientação metodológica foi o conceito de mãe suficientemente boa. E saliento mais, foi só a “ponta do iceberg” de desdobramentos de conteúdos teóricos e ricos para a prática profissional e de pesquisa.

Dentre as limitações deste estudo têm-se: pequeno número de mulheres entrevistadas e inseridas na mesma instituição, entrevistas apenas com as encarceradas, não tendo sido investigada a percepção dos familiares, das crianças e dos funcionários da instituição. Recomenda-se a realização de mais estudos, envolvendo maior número de participantes, cumprindo pena em diferentes presídios.

Aproveito esse momento de finalização de escrita para fazer uma analogia e compartilhar o meu posicionamento sobre a experiência do ser suficientemente bom do *Ambiente Maternal no Cárcere*. Apesar da indelicadeza e adversidade da prisão, devido a sua inospitalidade para a gestação e puerpério, pode existir maternagem que resista ao ônus da separação compulsória de suas crianças. O *Ambiente Maternal do Cárcere* também pôde mostrar traços de que existem relações mãe-bebê que, mesmo com dificuldades, germinaram; tal como, na aridez do solo do sertão, a flor de mandacaru consegue sobreviver ao seu habitat inospitaleiro...



REFERÊNCIAS

- ABRAM, Jan. Mãe. *In: A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Tradução de Marcelo Del Grande da Silva. Rio de Janeiro: Revinter, 2000a.
- ABRAM, Jan. Preocupação materna primária. *In: A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Tradução de Marcelo Del Grande da Silva. Rio de Janeiro: Revinter, 2000b.
- ABRAM, Jan. Holding. *In: A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Tradução de Marcelo Del Grande da Silva. Rio de Janeiro: Revinter, 2000c.
- ALCANTARA, Ramon Luis de Santana; SOUSA, Carla Priscilla Castro; SILVA, Thaís Stephanie Matos. Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.38, n.spe2, p.88-101, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600088&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 jan. 2020.
- ALETTI, Mario. A figura da ilusão na psicanalítica da religião. **Psicol USP**, São Paulo, v. 15, n.3, p.163-190, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000200009>.
- Após nove meses, chega o momento da separação entre mãe e filha.** (2015, 29 de set). Tv Uol. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/3--joelma-sofre-ao-se-despedir-da-filha-04020D98386EC8B15326>
- ARAGÃO, R. O. (Org). **O bebê, o corpo e a linguagem**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- ARAGÃO, R. O. Entre mãe e bebê – continuidade, descontinuidade e ritmo. *In: Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. ARAGÃO, Regina, Orth; ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. (Org). São Paulo, Escuta: 2018.
- ARTEIRO, Isabela Lemos; PASSOS, Maria Consuelo. Do desamparo materno ao cuidado do outro: uma experiência de tornar-se mãe.. *In: VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.*, 2014, Belo Horizonte. Trabalhos Completos - Mesas Redondas, 2014. http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/vi_congresso/Mesas%20Redondas/102.1.pdf
- AULAGNIER, Piera. Nascimento de um corpo, origem de uma história. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 9-45, Sept. 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47141999000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Dec. 2020.

BARRETTO, Dorcas Luisa da Cunha Paiva. **A relação primária no modelo narcísico freudiano e na perspectiva relacional winnicottiana**. 2011 **Dissertação de Mestrado**. (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco. Recife: 2011.

BARRETTO, Dorcas Luisa da Cunha Paiva. Do corpo materno ao corte paterno. *In*: BARROS, Neuma; CAMINHA, Iraquitan; ALMEIDA Ronaldo Monte. **Narrativas do corpo**. 2ed. João Pessoa, CCTA, 2016.

BIRMAN, Joel. Erotismo, desamparo e feminilidade. *In*: **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34, 2009.

BIRMAN, Joel. A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, pág. 9-30, dezembro de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311999000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de dezembro de 2020.

BOWLBY, John. Algumas causas da doença mental. *In*.: **Cuidados maternos e saúde mental**. Tradução de Vera Lúcia Baptista de Souza e Irene Rizzini. São Paulo: Martin Fontes, 2002.

BOWLBY, John. O lugar da perda e luto na psicopatologia. *In*.: **Perda: tristeza e depressão**. (3 ed). Vol 3. Tradução de Valtensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

BOWLBY, John. Segurança, angústia e aflição. *In*.: **Separação: angústia e raiva**. (4 ed). Vol 2. Tradução de Leonidas Hegenberg; Octanny S. da Mota & Mauro Hegenberg. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. Angott. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. V.12, n.22, 2015. Disponível em < https://www.sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/12/16_SUR-22_PORTUGUES_ANA-GABRIELA-MENDES-BRAGA_BRUNA-ANGOTTI.pdf>. acessos em 06 jul. 2020.

BRASIL. Art.5, L. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Art 83. Lei n. 7.210/1984 11.942, de 11 de julho de 1984. *In*.: **Código Penal**. Recuperado em 20 de fevereiro de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20Penal.&text=Art.,do%20condenado%20e%20do%20internado.

BRASIL. Lei 8.069/90. Art. 9. *In*.: **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.

BRASIL. Art. 3. Resolução n.4 2009. *In*.: **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP)**. Recuperado em 20 de fevereiro de 2015, de <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao04de15dejulhode2009.pdf>

BRASIL. Art 89. Lei n. 11.942, de 28 de julho de 2009. *In.*: **Código Penal**. Recuperado em 20 de fevereiro de 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

BRASIL. HC. Resolução nº 466/2012. *In.*: **Conselho Nacional de Saúde**. Recuperado em 20 de fevereiro de 2019, de <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

BRASIL. HC. 143641. *In.*: **Supremo Tribunal Federal**. 2018. Recuperado em 20 de fevereiro de 2015, de <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=370152>

BRASIL. Ministério da Saúde. *In.*: **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Amamentação é a Base da Vida. 2018**. Recuperado em 30 de janeiro de 2019, de <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43891-ministerio-da-saude-lanca-nova-campanha-de-amamentacao>.

CAON, José Luiz. Serendipidade e situação psicanalítica de pesquisa no contexto da apresentação psicanalítica de pacientes. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v.10, n. 1, p.105-123, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000100008&lng=en&nrm=iso. Acessado: 09 Feb. 2020.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, 40(72), 89-102. Disponível em: <http://www.ceccarelli.psc.br/texts/novas-configuracoes-familiares-mitos-verdades.pdf>

CELERI, Eloisa H. R. Valeer; OUTERIRAL, José; FILHO, Julio Melo; GOLDSTEIN, Raquel Z. de. Paradoxo, objeto transcional e fetiche. **Revista Brasileira de Psicanálise**. v.42. n.1. (2008). Versão impressa.

CICCONE, Albert. A ritmicidade nas experiências do bebê, sua segurança interna e sua abertura para o mundo. *In.*: **Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê**. ARAGÃO, Regina, Orth; ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. (Org). São Paulo, Escuta: 2018.

CUNICO, Sabrina Daiana; BRASIL, Marina Valentim; BARCINSKI, Mariana. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.509-528, jul.2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000200005&lng=pt&nrm=iso. acessos em 06 jul. 2020.

Dammski, L., & Costa, I. (2020). O aleitamento materno no cárcere à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Revista Sociais e Humanas**, 33(2). Disponível em <http://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/43223>

DIAS, Elsa Oliveira. Caráter temporal e os sentidos de trauma em Winnicott. São Paulo , v. 1, n.2, p.1-8, 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200001&lng=pt&nrm=iso. acessos em 05 jul. 2020.

DINIZ, Giselle César Vieira; ROCHA, Zeferino. As metamorfoses do espelho do rosto materno na constituição do self da criança. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 125-142, 2006. Disponível em < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/271/27160108.pdf>>. Acesso em: 10/06/2018.

DOLTO, Françoise. A solidão primeira: uma cascata de interdições. *In: Solidão*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Economia libidinal da parentalidade. *In: Parentalidade*. TAPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (Org.). São Paulo: Cult Autêntica, 2020.

FRANCA, Rafaela Mota Paixão; PASSOS, Maria Consuelo; ROCHA, Zeferino. Os sentidos da saúde na obra de Donald Winnicott. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 42, p. 97-106, dez.2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372014000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jul. 2020.p.124).

FRANÇA, Fátima; PACHECO, Pedro; TORRES, Rodrigo (Orgs). **O trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia. 2016.

FERRARI, Ana Carolina. Clínica com gestantes: singularidades, desafios e particularidades. *In: A clínica da constituição do laço: corpo-linguagem-psicanálise*. LACERDA, Eloisa Tavares. (Org.). São Paulo: Escuta, 2017.

FERRARI, Ilka Franco. Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, 10(4), 1325-1354. (2010). Recuperado em 16 de abril de 2015, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400012&lng=pt&tlng=pt.

FERRARI, Ilka Franco. Mulheres encarceradas e seus filhos: exercício da perversão no mundo capitalista?. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** [online]. Vol.19, n.4, pp.678-690. (2016). Recuperado em 16 de abril de 2020, de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142016000400678&script=sci_abstract&tlng=pt

FERRARI, Ilka Franco; FAM, Bárbara Morais. Mulheres e filhos encarcerados: uma realidade institucional. **Estudos & Pesquisa em Psicologia**, v. 16, n. 4. (2016). Recuperado em 16 de abril de 2020, de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/33442/23703>

FERRARI, Ilka Franco; SIMÕES, Vanessa Fusco Nogueira. Mulheres privadas de liberdade e seus filhos: o sistema de justiça criminal em perspectiva. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 421-437, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jul. 2020.

FERREIRA, Severina Sílvia Maria Oliveira. A interação mãe-bebê: primeiros passos. *In: WANDERLEY, Daniele de Brito (Org.). Palavras em torno do berço*. Salvador. Ágalma, 1997.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. Psicanálise e universidade: perspectivas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 147-159, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 06 July 2020.

FLECK, Marcelo Pio da Almeida. (et al). Desenvolvimento do WHOQOL, módulo espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 446-455, Aug. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102003000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102003000400009>.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In: *Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos*. v.1. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1895).

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo uma introdução. In: **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos**. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Original publicado em 1930[1920]).

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 6, n.2, p.255-270, dez.2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 abr. 2019.

FULGENCIO, Leopoldo; BIRMAN, Joel; KUPERMANN, Daniel; CUNHA, Eduardo Leal (Orgs.). **A Fabricação do Humano - Psicanálise, Subjetivação e Cultura** São Paulo: Zagodini, 2018.

GODINHO, Thais. Vida organizada: como definir prioridades e transformar seus sonhos em objetivos. ROSA, Claudia Dias. In.: **E o pai? O pai em Winnicott**. São Paulo: Gente, 2014. E-book.

GOMES, Sérgio. Winnicott e a matriz do inconsciente não verbal. In.: **A gramática do silêncio**. São Paulo: Zagodoni, 2017.

GRANJA, Roberto Barberena. Ferenczi em Winnicott. In: **As origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosófico de um pensamento original**. 2ed. Curitiba: Juruá, 2016.

GREENBERG, Jay R.; MITCHELL, Stephen A. D.W. Winnicott e Harry Guntrip. In: **Relações objetais na teoria psicanalítica**. Tradução de Emilia de Oliveira Diehl. Porto Alegre, ArtMed, 1994.

GREEN, André. **Orientações para uma psicanálise contemporânea**. Tradução de Ana Maria Rocca Rivarola ... [et al]. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

IACONELLI, Vera. Luto insólito, desmentido e trauma: clínica psicanalítica com mães de bebês. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 10(4), 614-623, 2007. Retrieved May

14, 2015, from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000400004&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S1415-47142007000400004.

IACONELLI, Vera. O corpo na psicanálise. *In: Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume, 2015b.

IACONELLI, Vera. Reprodução de corpos e de sujeitos: a questão perinatal. *In: Parentalidade*. TAPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (Org.). São Paulo: Cult Autêntica, 2020.

IRIBARRY, Isac Nikos. O que é pesquisa psicanalítica?. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 6, mn. 1, p. 115-138, jun. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>.

IZHAKI, Fania Goltsman. Meio ambiente e self em Winnicott: uma releitura relacional. *In: BEZERRA(Jr.). Benilton; ORTEGA, Francisco (Org). Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

KHAN, Mohammed Masud Raza. [1958]. Introdução por Mohammed Masud Raza Khan. *In: Da pediatria à Psicanálise*. Tradução de Davi Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

KOENIG, H. *Handbook of religion and health: a century of research reviewed*. University Press, Oxford, 2001.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS. *Vocabulário de Psicanálise*. Tradução Pedro Tamem. São Paulo: Martins Fonte, 2001.

LECLARIE, Serge. *Escritos clínicos*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEITÃO, Heliane de Almeida Lins. O self no espaço compartilhado: a subjetividade relacional em Winnicott. *ECOS: Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 7(1), 2017. 48-58. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3708/2316

LINS, Valéria Maria Cavalcanti. A maternagem “roubada” pelo encarceramento – entre a prisão e a vida que corre... *In: LINS, Valéria Maria Cavalcanti; VASCONCELOS, Karina Nogueira. (Org). Mulheres encarceradas e filhos abandonados: realidade prisional feminina e a estratégias de redução do dano da separação*. Curitiba: Juruá, 2018.

LOPES, Rita de Cássia Sobreira. (et. al). Tornar-se mãe no processo de amadurecimento: implicações para a ética do cuidado. *In: LOPARIC, Zeljko. (Org). Winnicott e a ética do cuidado*. São Paulo: Dune, 2013.

MACEDO, Mônica Medeiros Kother; FALCAO, Carolina Neumann de Barros. A escuta na psicanálise e a psicanálise da escuta. *Psychê*, São Paulo, v. 9, n. 15, p. 65-76, jun. 2005. Disponível

em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 mar. 2019.

MARIANO, Grasielly Jeronimo dos Santos; SILVA, Isília Aparecida. Significando o amamentar na prisão. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v.27, n. 4, e0590017, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000400312&lng=en&nrm=iso>. access on 05 mar.2019. Epub Nov 08, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018000590017>.

MARIN, I. S. K. Sujeito, desamparo e violência. **Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.2, n.3, set. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v2n3/1415-4714-rlpf-2-3-0075.pdf>

MARIN, Isabel da Silva Kahn. Violência e transgressão: interrogando a adolescência. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v.6, n.3, pág. 94-109, setembro de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142003000300094&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 de dezembro de 2020.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. TORNAR-SE MÃE NUM PRESÍDIO: A CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO POTENCIAL. In.: RABELLO, Silvana. (Org.). **Laço mãe-bebê: intervenções e cuidados**. São Paulo: Primavera, 2016.

MEZAN, Renato. Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 39, n. 70, p.227-241, jun.2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100015&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 01 mar. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINERBO, Marion. **Estratégias de investigação em psicanálise: desconstrução do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MINERBO, Marion. **Diálogos sobre a clínica psicanalítica**. São Paulo: Blucher, 2017.

MIRANDA, Denismar Borges de; MATÃO, Maria Eliane Liégio; MALAQUIAS, Ariana; SOUZA, Eliane Luciana de. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. V. 6, n. 2 (2016). Disponível em <<http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/984>>. acesso em 05 jul. 2020.

NASCIMENTO, Lucas Gonzaga do; BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 102-116, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600102&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jul. 2020.

NASIO, Juan-David. Introdução à obra de Winnicott. *In: Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.* Tradução de Vera ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro. Espiritualidade: desejo de eternidade ou sinal de maturidade?. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 275-291, set. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482003000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 jul. 2020.

OGDEN, Thomas H. A mãe, o bebê e a matriz no trabalho de Donald Winnicott. *In: A matriz da mente: relações objetais e o diálogo psicanalítico.* São Paulo: Blucher, 2017.

ORMEÑO, Gabriela Reyes; Ana Carina. Filhos nascidos no cárcere e as dificuldades do exercício da maternidade em ambiente prisional. **PsicolArgum.**, v. 33, n. 82, Available from <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19979>>. access on 17 Feb. 2020.

OUTEIRAL, Jose Ottoni.; GRAÑA, Roberto Barberena. (col.). *In: Donald W. Winnicott: estudos.* Porto Alegre: ArtMed, 1991.

PASSOS, Consuêlo. A mente do bebê: o fascinante processo de formação do cérebro e da personalidade. **Revista Viver Mente e Cérebro.** Vol. 4. Versão Impressa. São Paulo: Duetto.

PASSOS, Maria Consuêlo; FONSÊCA, Célia Maria Souto de Souza; LIMA, Albenize de Oliveira. O desafio de se tornar mãe de múltiplos bebês: reflexões sobre o processo de singularização dos filhos. **Aletheia.** n.40. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 dez. 2020.

PASSOS, Maria Consuêlo; POLAK, Pia. Maria. A identificação como dispositivo da constituição do sujeito na família. **Mental,** v.2, n.3, 2004. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/420/Resumenes/Resumo_42000304_5.pdf

PEREIRA, Valéria Brandão; LEITAO, Heliane de Almeida Lins. Sobrecarga e rede de apoio: a experiência da maternidade depois da separação conjugal. **Pesqui. prá. psicossociais,** São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-12, abr. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 dez. 2020.

PHILLIPS, Adam. **Winnicott: Adam Phillips.** Tradução de Alessandra Siedschlag. São Paulo: Ideias e Letras, 2016.

PITLIUK, Lia. Winnicott e os desafios da parentalidade. *In: Laços.* TAPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. Orgs. São Paulo, Cult Autêntica, 2020.

ROCHA, Zeferino. Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. **Síntese – Revista de Filosofia.** São Paulo, v.26, n.86, 1999.

ROCHA, Zeferino. Esperança não é esperar, é caminhar. Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v.10, n.2, June 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142007000200255&lng=en&nrm=iso>.

ROCHA, Zeferino. A experiência psicanalítica: seus desafios e vicissitudes, hoje e amanhã. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p. 101-116, junho de 2008a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982008000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 de abril de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982008000100007>

ROCHA, Zeferino. Para uma abordagem estrutural da depressão: contribuições freudianas. **Psychê**, vol. 12, núm. 23, diciembre, 2008b. acesso em 19 de abril de 2019. <http://www.redalyc.org/pdf/307/30720926001.pdf>

ROCHA, Zeferino. Angústia, Pânico e Desamapro. *In: Freud: novas aproximações*. Recife: Editora Universitária, 2008c.

ROCHA, Zeferino. Para uma clínica psicanalítica do cuidado. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p.453-471, dez.2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000200013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jul. 2020.

RONCHI, Isabela. A Maternidade e o Cárcere: uma análise de seus aspectos fundamentais. **Ronchi**, 2018. Disponível em: http://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2018/03/isabela_ronchi_20172.pdf. Acesso em: 3 maio 2020.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. 2ed. São Paulo: Escuta, 2016.

ROSA, Miriam Debieux; Domingues, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n.1, p.180-188, Abr 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100021&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 30 nov. 2019.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, 1998.

SAFRA, Gilberto. **A po-ética na clínica contemporânea**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

SALEM, Pedro. Reflexões sobre confiança e hábito em D. W. Winnicott e J. Dewey. BEZERRA (Jr.), Benilton; ORTEGA, Francisco. (Org). *In: Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte - MG, n. 38, p. 23–28, dez. 2012. Disponível em: <http://www.ceccarelli.psc.br/texts/angustia-separacao-desamparo.pdf>. acessos em 07 mar. 2019.

SANTOS, Denise Santana Silva dos; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. **Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática**. *Revista Baiana de Enfermagem*. V32 (2018). Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/22130>. acessos em 07 mar. 2020.

SANTOS, Antonia Claudia Soares Leão dos; SILVA; Luan Sampaio; PEDROSO, Janari da Silva. Observação Psicanalítica da Relação Mãe-Bebê no Cárcere. *Revista Subjetividades*. v.20, n.1, 2020. Available from <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e8856>

SANTOS, Bruna Rios Martins; REZENDE, Vânia Aparecida. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 583-594, Sept. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512020000300583&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Dec. 2020. Epub Oct16, 2020.

SCHALCH, Ivelise. Do abandono ao investimento: intervenção no laço cuidador/bebê em situação de acolhimento institucional. In.: **A clínica da constituição do laço: corpo-linguagem-psicanálise**. LACERDA, Eloisa Tavares. (Org.). São Paulo: Escuta, 2017.

SERRALHA, Conceição Aparecida. Prefácio. **O ambiente facilitador winnicottiano**. São Paulo: CRV, 2016.

STELLA, Claudia. **Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para seus desenvolvimentos**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SZEJER, Myriam. **Parto em Segredo**. In **Anais do Segundo Encontro Brasileiro para o Estudo do Psiquismo Pré e Perinatal: Decifrando a Linguagem dos bebês**. São Paulo: Casa do Psicólogo, (1997).

SZEJER, Myriam; STEWART, Richard. **Nove meses na vida da mulher: uma abordagem psicanalítica da gravidez e do nascimento**. Tradução de Maria Nuryrmar Brandão Benetti. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

VARGAS, Laura Ordoñez. O. Religiosidade: poder e sobrevivência na penitenciária feminina do Distrito Federal. **Debates do NER**. (Universidade do Rio Grande do Sul), ano 6., n. 8 (2005). Recuperado em 08 de fevereiro de 2019, de <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/2757/2027>

VENTURA, Miriam; SIMAS, Luciana; LAROUZE, Bernard. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 607-619, Mar. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000300607&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 Dez. 2020.

UNGIER, Aida. Por uma psicanálise bem temperada. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v.42. n.1. (2008). Órgão Oficial da Federação Brasileira de Psicanálise. Trimestral. Versão impressa.

WINNICOTT, Donald Woods. Evacuação de crianças pequenas. WINNICOTT, Donald Woods. *In: Privação e delinquência*. Tradução de Álvaro Cabral. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1939a).

WINNICOTT, Donald Woods. A mãe separada de seus filhos. WINNICOTT, Donald Woods. *In: Privação e delinquência*. Tradução de Álvaro Cabral. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1939b).

WINNICOTT, Donald Woods. Alimentação do bebê. WINNICOTT, Donald Woods. *In: A criança e seu mundo*. Tradução de Álvaro Cabral. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. (Original publicado em 1944).

WINNICOTT, Donald Woods. Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil. WINNICOTT, Donald Woods. *In: Privação e delinquência*. Tradução de Álvaro Cabral. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1946).

WINNICOTT, Donald Woods. Desenvolvimento emocional primitivo. *In: Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1945).

WINNICOTT, Donald Woods. Ao editor, Times. *In: O gesto espontâneo*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1949).

WINNICOTT, Donald Woods. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. *In: A família e o desenvolvimento individual*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1950a).

WINNICOTT, Donald Woods. Saber e aprender. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original publicado em 1950b).

WINNICOTT, Donald Woods. Psicoses e cuidados maternos. *In: Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1952).

WINNICOTT, Donald Woods. Para W. Clifford M. Scott. *In: O gesto espontâneo*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1953a).

WINNICOTT, Donald Woods. Duas crianças adotadas. *In: SHEPERD, Ray; JOHNS, Jennifer; ROBINSON, Helen Taylor Robinson. W. (Org.). Winnicott pensando sobre crianças*. Tradução de Maria Adrianna Veríssimio Veronesse. Porto Alegre: 1997. (Original publicado em 1953).

WINNICOTT, Donald Woods. Armadilhas na adoção. *In: SHEPHERD, Ray; Johns, Jennifer; ROBINSON, Helen Taylor. (Ed.) Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artmed, 1997. (Trabalho original publicado em 1954).

WINNICOTT, Donald Woods. Preocupação Materna Primária. *In: WINNICOTT, Donald Woods. Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. (Original publicado em 1956a).

WINNICOTT, Donald Woods. Para J. P. M. Tizard. *In: O gesto espontâneo*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1956b).

WINNICOTT, Donald Woods. A contribuição da mãe para a sociedade. *In: Tudo começa em casa*. 4ed. Tradução de Paulo Sandler. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1957a).

WINNICOTT, Donald Woods. A contribuição da psicanálise à obstetrícia. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original publicado em 1957b).

WINNICOTT, Donald Woods. Teoria do relacionamento paterno-infantil. *In: O ambiente e os processos de maturação*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: ArtMed, 1983. (Original publicado em 1960a).

WINNICOTT, Donald Woods. Os doentes mentais na prática clínica. *In: O ambiente e os processos de maturação*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: ArtMed, 1983. (Original publicado em 1960a).

WINNICOTT, Donald Woods. O desenvolvimento da capacidade de preocupar-se. *In: O ambiente e os processos de maturação*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: ArtMed, 1983. (Original publicado em 1960a).

WINNICOTT, Donald Woods. O relacionamento entre uma mãe e seu bebê. *In: A família e o desenvolvimento individual*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1960b).

WINNICOTT, Donald Woods. Teoria do relacionamento paterno-infantil. *In: O ambiente e os processos de maturação*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: ArtMed, 1983. (Original publicado em 1960d).

WINNICOTT, Donald Woods. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. *In: O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz Porto Alegre: 1983. (Original publicado em 1963a).

WINNICOTT, Donald Woods. Distúrbios psiquiátricos e processo de maturação infantil. *In: O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz Porto Alegre: 1983. (Original publicado em 1963c).

WINNICOTT, Donald Woods. O recém-nascido e sua mãe. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original publicado em 1963d).

WINNICOTT, Donald Woods. A mãe dedicada comum. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Trabalho original publicado em 1966).

WINNICOTT, Donald Woods. A influência do desenvolvimento emocional sobre problemas de alimentação **Winnicott pensando sobre crianças**. SHEPERD, Ray; JOHNS, Jennifer; ROBINSON, Hellen Taylor. (Org.). Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre:1997. (Original publicado em 1967a).

WINNICOTT, Donald Woods. O ambiente saudável na infância. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original publicado em 1967b).

WINNICOTT, Donald Woods. Pós-escritos: D.W.W.: *In: Explorações psicanalíticas*. WINNICOTT, Clare; SHEPERD, Ray; JOHNS, Jennifer; DAVIS, Madeleine. (Org.). Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu. 2ed. Porto Alegre: 2005. (Original publicado em 1967c).

WINNICOTT, Donald Woods. A amamentação como forma de comunicação. *In: Os bebês e suas mães*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Original publicado em 1968a).

WINNICOTT, D. W. Conceitos contemporâneos de desenvolvimento adolescente e suas implicações para a educação superior. *In: O brincar & a realidade*. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1968b/1975).

WINNICOTT, Donald Woods. Um vínculo entre a pediatria e a psicologia infantil: observações clínicas. *In: WINNICOTT, C.; SHEPERED, R.; DAVIS., M. In: Pensando sobre crianças*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: 1997. (Original publicado em 1968c).

WINNICOTT, Donald Woods. Individuação. *In: WINNICOTT, C.; SHEPERED, R.; DAVIS., M. Pensando sobre crianças*. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: 1997. (Original publicado em 1970).

WINNICOTT, Donald Woods. Os estágios iniciais. *In: Natureza humana*. Tradução de Davi Litman Bogomoletz. Série Analytica. Direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990a.

WINNICOTT, Donald Woods. O ambiente. *In: Natureza humana*. Tradução de Davi Litman Bogomoletz. Série Analytica. Direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1990b.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanal.*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 06 jul. 2020.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Continuidade e descontinuidade no exercício da parentalidade. *In: Continuidade e descontinuidade no processo de subjetivação do bebê*. ARAGÃO, Regina, Orth; ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. (Org). São Paulo, Escuta: 2018.